

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 15

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio
EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO: Elísio de Campos — EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 15

15 de Janeiro de 1917

SUMÁRIO

<i>O Prior do Crato em Viana do Minho</i>	José Caldas
<i>Russa de má' pêlo (conclusão)</i>	Teixeira de Queiroz
<i>Em demanda do Rio de Janeiro</i>	Silva Bastos
<i>Alma harmoniosa</i>	Carlos Magalhães de Azeredo
<i>Les bambous, L'Intrus</i>	Ofélia Corêa da Costa
<i>Nas margens do Yser</i>	Reynaldo dos Santos

REVISTA DO MÊS

<i>Carta do Brasil</i>	João d'Além
<i>O mês artístico</i>	A. R.
<i>Crónica musical</i>	Humberto de Avelar
<i>O mês literário</i>	Joaquim Manso
<i>«A Alegria, a Dôr e a Graça»</i>	Lucio dos Santos
<i>Relatorio do Consul de Portugal no Maranhão</i>	F. P.

Reprodução de: Alves Cardoso.

Desenhos de: Raul Lino, Santos Silva e Cristiano de Carvalho.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	2\$80
Seis meses	1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
-------------------------------	---------

Número avulso em Portugal \$25

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



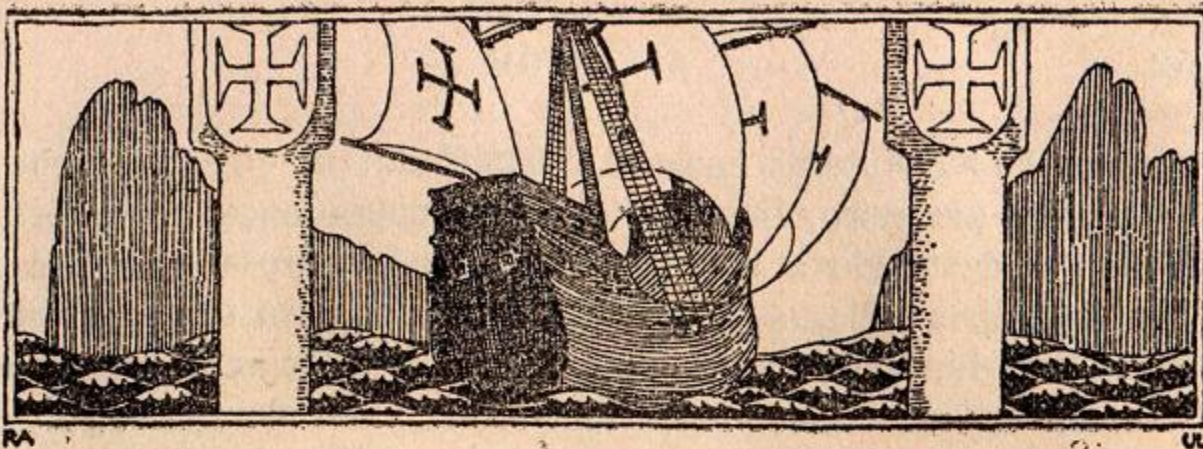
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



O Prior do Crato em Viana do Minho¹

As desgraças com que agonisa entre nós, numa feira horrenda de consciências em almoeda e de ambições miseráveis em conflito, a gloriosa dinastia de Aviz, não acham em Viana ecos ou vibrações que se apartem da pesada atmosfera de corrupção e de aviltamento que a tal hora se respira em todo o reino. Murmura-se, lamentam-se os acontecimentos, chega mesmo a presentir-se a iminência do perigo, mas não se arriscam propósitos que levem a uma decisão. Ninguém sabe o que vai suceder; e, no entanto, esta ignorância abre, a um tempo, nas consciências mais adormecidas pelo egoísmo e nos espíritos menos contagiados da perversão geral, um como que tábido clarão de dúvida e de angústia, de temôr e de sobresalto.

Desde a segunda metade do govêrno de D. João III. que Portugal caminha para a catástrofe. São inúteis todos os avisos. Por ambição, por temôr, por servilismo palaciano todos seguem, de olhos fechados, na ronda da fatal demência. Os mais extravagantes sonhos de glória confundem-se, num sinistro amplexo, com os propósitos mais vís. Sob o arnêz do cavaleiro, debaixo da toga do magistrado, como adentro da cogula monástica não raro bate o coração ambicioso do mercador. A Índia, de ninho de heroes, tornára-se o balcão da mais impúdica das tabolagens. A falta de percepção moral é absoluta. D. Sebastião, alucinado pelo sonho de glória em que o embaláram e que em breve o hade perder, lança-se numa aventura de armas, seguro na «certíssima es-

¹ O presente trabalho constitui o Cap. I. do Liv. II. da *História de um fogo morto*, cuja 2.^a edição o autor neste momento está preparando.

perança do aumento da pequena cristandade.» E' êle, com efeito, o príncipe guerreiro, o «novo temôr da maura lança», o rei prometido e destinado a continuar «as obras valorosas» do César das Espanhas: êle, a «maravilha fatal da nossa idade» quem, nessa hora funesta de expiação e de desvarío, representa melhor do que ninguem a assombrosa inconsciência da alma portugêsa. Com os olhos presos da fatal miragem, nem sequer dá mostras de conhecer o próprio chão que pisa!

Participando ao senado de Lisboa a sua próxima passagem á Africa, já «a tempo de se embarcar e logo partir»¹, e em que tudo, numa alucinante confusão de trágico, de heróico e de burlesco se confunde; em que não falta a espada de Afonso Henriques, nem o diadema imperial que o hade coroar, nem o orador sagrado que lhe tecerá o penagírio, nem mesmo o poeta que numa nova epopeia o hade cantar, D. Sebastião tem como de pouca monta a façanha que lhe vai trazer a posse de toda a Mauritânia, sem olhar a que na suposta fácil emprêsa que medita, não só a vida, mäs também a corôa, a honra e a independencia da patria estão em risco de perder-se. Nada vê, nada pre-sente no trasvalío de tanta loucura!

«Em quanto durar a minha breve ausência» — diz êle,² na certeza do seu triunfo, confia no conselho de govêrno que deixa velando pelos destinos do reino, do qual espera receber dentro em pouco as homenagens gratulatórias a que têm jús todos os vencedores.

«A minha breve ausência. . .»

Ê sôbre êste arraial prevertido pela ebulição de todas as humanas miserias, que cáe, como de súbito, o vendaval da irreparável desgraça. O cardeal D. Henrique, sempre mal-avindo com o sobrinho desde os dias da regência de D. Catarina, acolhera-se a Evora, recusando-se a fazer parte do govêrno, e demitindo-se desde logo do cargo de Inquisidor Geral, dignidade para que todavia já havia sucessor desde os principios de 1578.³ Por motivos

¹ Carta régia de 13 de Junho de 1578. *Arquivo da Camara Municipal de Lisboa, L. I. do Cons. e Dec. del Rey D. Sebastião*, pag. 163.

² *Loc. cit.*

³ Breve *Romanus Pontifex* de Gregorio XIII., datado de 24 de Fevereiro de 1578, nomeando o bispo de Coimbra, D. Manuel, coadjutor e futuro sucessor do cardeal infante D. Henrique no officio de Inquisidor Geral de Portugal. *Corpo Diplomat. Port., T. X. p. 537-40.*

de ordem económica, e não menos talvez pelo pouco ou nenhum crédito que liga ás promessas feitas por Filipe II, em Guadalupe, Pedro de Alcáçova prevê o nenhum exito da régia aventura, e procura afastar-se dos insensatos e dos cortesãos que a aplaudem, indo mais tarde, por despeito ou por ambição, engrossar o número dos parciais de Castela.

Alheio a todo êste pesado ambiente de preversão moral, o rei larga do Tejo a 25 de Junho, como quem parte para um torneio ou justa de armas. Se à partida correm lágrimas de muitos olhos e sôam brados de protesto e de reprovação em muitas bôcas, o alardo dos atabales e tambôres, das charâmélas e das trombêtas bastardas, junto ao troar incessante dos canhões, cêdo afogam e apagam fácilmente essas vozes discordantes, em que se fundem os últimos soluços da alma portugêsa. E' a sorte de um povo, o destino duma pátria que vão ser jogados em África por um louco, filho posthumo de um diabético degenerado, neto dum rei estúpido e de uma rainha fanática, e bisneto dum depravado frívolo e duma princêsa de Castela, conhecida na História pelo sinistro e sombrio título de Joana — *a Doida*.

A miragem fatal durára pouco.

Menos de dois meses após a abaláda trágica, o cardeal D. Henrique era informado em Alcobaça, por o Geral dos Jesuítas, dos tristes termos em que se déra a perdição do rei. Esta lúgubre embaixada cabia como de direito á Companhia de Jesus. A garra de Loyola vinha desde os dias do duque de Gândia ensaiando o assalto á pósse da vítima. Ao chefe da sua milícia pertencia, por tanto agora, a notificação da desgraça que preparára.

A 23 de Agosto de 1578, quase dois mezes andados sôbre a arrancada do Tejo a som de sacabuchas e trombetas, a corôa que D. Sebastião deixára perder em Alcacer-Kibir, perdendo com ela a vida, passava de súbito para a frente do cardeal D. Henrique, cuja incapacidade moral e péssimo carácter em breve haviam de assinalar-se nos destinos portugueses por actos que tornarão para sempre odiosa a sua memória.

No pleito da sucessão, que dentro em pouco vai abrir-se, postas de parte as pretensões do Papa, de Catarina de Médicis, da rainha de Inglaterra e do duque de Saboia, o menos arrogante e o mais comedido de todos os pretendentes¹, por não terem por

¹ Emmanuel Philibertus, filius Beatricis licet natu minoris quam Isabella esset, tamen regnum ambiebat, sed modestissimè. Paris, *Bibl. nat. F. fr. 16106*.

si nenhuma espécie de fundamento jurídico ou histórico digno de aprêço, havia apenas três candidatos verdadeiramente dignos dêste nome: — Filipe II. de Espanha, representante dos direitos de sua mãe, a infanta D. Isabel, filha de D. Manuel; o duque D. João de Bragança, como sendo casado com uma filha do infante D. Duarte, igualmente filho de D. Manuel; e D. António, priôr do Crato, filho do infante D. Luís, do mesmo modo filho de D. Manuel, havido de Violante Gomes, *a Pelicana*, posto que legitimado por um acto secreto,¹ confirmado mais tarde por uma sentença dada pelo colégio capitular da Ordem de Malta,

¹ É como no caso se expressa M. le Vicomte Guy de Bremond D'Ars, no seu valioso estudo acerca de João de Vivonne (*Jean de Vivonne, sa vie et ses ambassades près de Philippe II. et à la cour de Rome. Paris. 1885. 2.ª édition*) obra coroada pela Academia francesa. A pag. 115 o illustre escritor diz: — «don Antonio, prieur do Crato, fils légitimé, mais par acte secret, d'un autre frère du cardinal.» Este *acto secreto* a que aqui se alude, é o que claramente se dedús da prova testemunhal confirmativa do casamento do infante D. Luís com Violante Gomes, «mulher muito ferosa e honesta, de grande graça e vertude», e que serve de capital fundamento à sentença proferida a 13 de Março de 1579 pelo colégio capitular da Ordem de Malta, assinada por D. Manuel de Melo, clérigo regular da mesma Ordem. Esta sentença, porém, indo claramente ao encontro da vontade do cardeal, leva-o a impetrar de Roma um rescrito pontifício, em razão do qual a decisão do pleito relativo à legitimidade de D. António haja de competir em última instância ao mesmo cardeal. Era êste o caminho mais rápido para fazer acabar de vez com todas as alegações do sobrinho. Armado assim com esta suprema decisão pontifícia, D. Henrique nomeia desde logo um conselho suprêmo, composto de prelados e jurisconsultos da sua mão, ao qual incumbe conhecer da validade jurídica da sentença de 13 de Março. Constituído em tribunal de revisão, êste alto corpo político anula a decisão capitular da Ordem de Malta, e tem a D. António como filho espúrio do infante D. Luís, ordenando que sobre o assunto se faça «perpétuo silêncio.» D. António, porém, não se considerando vencido, encarrega o seu representante em Roma, Alexandre Formento, de submeter à apreciação do Papa a sentença revogatória que o condena, oferecendo á sua suprêma autoridade de Chefe da Igreja e de jurisconsulto eminente o arbítrio e a flagrante parcialidade com que os julgadores se houveram no feito. A êste apêlo responde Gregorio XIII., a 7 de Setembro, enviando a D. Henrique um breve cominatório, censurando-o pela fôrma porque se permitiu interpretar o seu rescrito, e dando desde logo aquelas suas letras como revogadas e de nenhum valôr. Por último, intíma o cardeal a que jámais volte a intrometer-se no pleito da legitimidade do sobrinho, que considêra pendente, devendo limitar-se unicamente a instruí-lo pela maneira que tiver por mais consentânea com a justiça, ficando reservada á autoridade apostólica a faculdade de proferir a sentença final. Este breve de Gregorio XIII., não só

que D. Henrique, fundando-se num rescrito pontifício, depois revogado pelo Papa, que o autorizava a ser juiz na causa em que era parte, ajudando-se, para o intento, de uma comissão de prelados subservientes e de jurisconsultos servís, consegue anular. Mas tendo sido revogada esta sentença por Gregório XIII., por um seu breve interlocutório, a que a corôa negára sanção, datado de 7 de Setembro de 1579, por julgar essa sentença iníqua e conter evidentes violações de justiça, cometendo directamente ao Papa o direito de pronunciar a ultima palavra sôbre todo o processo, a causa de D. António ficava, canónicamente pelo

escandalisa como irrita até os últimos extrêmos o cardeal, ordenando immediatamente que o procurador do priôr do Crato, Diogo Botelho, saia sem pêrda de tempo de Lisboa, sôb pena de morte. E logo, a 30 de Setembro, numa crise de loucura senil, escreve a João Gomes da Silva, embaixador de Portugal em Roma, ameaçando o Papa, dizendo-lhe que não só não reconhece e muito menos publica o breve de 7 de Setembro que anula a sentença dos seus juizes, mas autorisando-o a fazer saber ao Pontífice que, ou o breve foi *falsamente fabricado*, ou o seu procedimento, como Cabeça da Igreja, *por indescendente*, está dando grande razão aos heréges e maus cristãos.

Tudo isto, porém, é dito por uma fôrma tão irreverente e tão imprópria da sua dignidade, que chegamos a vacilar sôbre a pouca segurança do seu juizo, e, ainda mais, sôbre o decôro moral e prudente aviso do arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, que é quem com êle despacha e lhe assiste neste melindroso assunto.

Conf. *Gorpo Diplom. Port., T. X. pp. 552-5.*

Sobre este ponto De Thou, escreve: — «Qui si (*D. Antonius*) probare jus suum potuisset, ceteros a limine judicii repellebat.» *Historiar. sui temporis. Lib. LXIX.* Esta prova, porém, tendo-lhe sido admitida pelo Papa, não lhe foi reconhecida pelo cardeal D. Henrique. Em compensação resolve intimar o priôr do Crato a que, perante êle e os seus juizes favoritos, venha pessoalmente deduzir os seus direitos, por ventura no intento de haver-se com o sobrinho pela mesma fôrma violenta porque se conduzira, pouco antes, com Diogo Botelho e com as testemunhas constantes da justificação incriminada. D. António, por prudencia e por decôro próprio, negou-se a colaborar nesta burla que o ódio senil do tio lhe preparava.

M. Paul Durand-Lapie, na sua recente memória — *Un roi détroné réfugié en France* (Revue d'Histoire Diplomatique) expressa-se no assunto em termos de uma rara lucidês. «On reprochait à don Antoine d'être le fruit d'une union irrégulière; mais outre que des précédents pouvaient établir qu'en Portugal, comme en France chez les anciens ducs normands, la bâtardisse n'était point une cause absolue d'exclusion de l'hérédité, ce prince prétendait devoir sa naissance à un mariage légitime, quoique clandestin, et il offrait d'en fournir la preuve. Cette preuve faite, le prieur de Crato était le plus proche héritier de la couronne. *Loc. cit. n.º 2 (1904) p. 274.*

menos, *sub judice*, sem prejuizo de êste proseguir na defesa dos seus direitos, antes de, em toda a parte, os poder sustentar e fazer produzir.

Ora se de todos estes pretensôres excluirmos, como é de direito, o rei de Castela, como estrangeiro e em opposição aos costumes e tradições políticas, tanto de Portugal como de Espanha, como mais particularmente se viu no século XIV. entre nós, *modo lusitanum*, e mais tarde em Castela, quando das pretensões do genro de el-rei D. Fernando ao trôno de Portugal, e das do duque João de Gaunt à corôa de Espanha, embora ambos deduzissem os seus direitos de duas princesas havidas de legítimo matrimónio, vindo como estrangeiros a ser vencidos pelos bastardos de Aviz e de Trastamara, sómente por serem naturais dos estados em que queriam succeder: — se excluirmos, pois, do número dos pretensôres, pelas razões expostas, o filho de Carlos V., temos que o pleito da sucessão terá de derimir-se agora, única-mente, posta de parte a intervenção das armas e adentro da esféra do direito público daqueles dias, entre D. João, duque de Bragança, representando a duquesa D. Câtarina sua mulher, na sua qualidade de filha do infante D. Duarte, e D. António, priôr do Crato, representando directamente, como filho do infante D. Luís, os seus próprios direitos.

Reduzidos, assim, a dois, os pretensôres, não ha dúvida de que, pela denegação do *pareatis*, ou *carta de publicação*, imposta ao breve de Gregorio XIII. que revogára a sentença da Junta dos prelados e dos jurisconsultos parciaes do cardeal, resta em campo somente o duque do Bragança, o único, dos tres, parente por afinidade do último rei.

Sôbre ser filho do infante D. Luís, sempre havido como tal, usando na côrte e fóra dela as suas armas sem quebra, possuia o priôr do Crato muitas partes de gentil homem, tendo-o, os proprios que lhe eram mais desafetos, na conta de sumamente agradável¹, afavel e generoso², excellencias naturaes que juntas á sua rára vivacidade, felicíssimo ingenho e singular agudeza, cêdo,

¹ O Priôr do Crato, sobre muitas partes de que era ornado, era sumamente agradável. Sousa, *Historia Genealogica*. T. VI. L. VI. cap. XV. p. 147.

² D. Manoel de Meneses, *Chron. de El Rey D. Sebastião*, cap. XIII. p. 43 (ed. de 1730).

por mesquinho e miserável ciume, o haviam de tornar mal-visto do cardeal¹, baixo compendio das mais ridículas e absurdas ambições. Possuia, além disso, D. António, uma sólida educação literaria², sendo mestre em artes pelo colégio de Santa Cruz de Coimbra, havendo estudado a teologia em Evora, falando várias linguas, e extremando-se particularmente na latina em que era peritissimo.

Claro resulta que, com taes qualidades de espírito e de cultura mental, o filho de Violante Gomes não podia ser bem aceito do tio. D. Henrique, dotado da mais desmedida vaidade, temia-se de quantos, no trato da vida, presumia que lhe fizessem sombra. A sua constante desinteligencia com a rainha nunca tivera outros fundamentos.

Esta implacavel má vontade por D. António, a qual cresce e engrossa no ánimo do cardeal á medida que o sobrinho vae achando acolhimento no coração do rei, cêdo passa as fronteiras. A 25 de Julho de 1565 expedia o Papa Pio IV. o breve *Non sine magna*, no qual diz constar-lhe ser de todo ponto desordenada a vida do priôr do Crato, vida a seu parecer sem esperança de remedio³, e chamando para o assunto as atenções do rei e do cardeal, concluindo por cometer a este último o govêrno do priorado emquanto durar a pena de suspensão que lhe impõe⁴.

De par com este baixo genero de intrigas, D. Henrique não se cança de tratar o sobrinho por uma fórma absolutamente in-

¹ Depois da morte do Infante D. Luís, continuou o Cardeal Infante D. Henrique na estimação do Senhor D. António, cuja vivacidade era tanta que o pôs em estado de encontrar no Cardeal algum desagrado. Sousa, *Ibid.* T. III. L. IV. cap. VIII. p. 370. D. Manoel de Meneses (*loc. cit.*) dá outro motivo á aversão do cardeal pelo sobrinho, pretendendo insinuar, que o grande desgosto sofrido por D. Henrique pela recusa de D. António em seguir o estado eclesiastico, quebrara no ánimo do tio todo o genero de afeto pelo filho de seu irmão. Esta rasão poderá ter, quando muito, agravado a antipatia de D. Henrique pelo priôr do Crato; origina-la ou determina-la, não. O mobil inicial deverá ter sido a emulação, dada a baixa deformação moral de D. Henrique.

² . . . afavel, generoso e mui douto. D. Manoel de Meneses, (*loc. cit.*).

³ . . . vivendi licentiam effusus est, ut nisi salubri aliquo remedio coerceatur. *Corpo Diplomat. Portugues, T. X., p. 191.*

⁴ Este zêlo de Pio IV. pelo decôro da vida mundana de um rapaz de 24 anos, fechando em Roma, e por casa, os olhos aos mais baixos excessos dos seus cardiais cubicularios, dá bem a entender o empenho de quem no assunto e áquela hora, lhe está carregando a mão.

digna do seu nascimento. Neste propósito é valiosamente auxiliado pelo duque de Bragança, D. Teodosio, mal ferido ainda do famoso pleito das *preferencias*, resolvido, havia pouco, pelo rei em favor de D. António ¹.

Como as desatenções, porem, se sucedam, o priôr passa a Madrid a queixar se do tio. «Que o não acolhem na côrte como quem é», diz ele no seu agravo. Filipe II. atende-o, e confia a Cristovão de Moura, filho de um antigo criado do infante D. Luís, a tarefa de aplanar o conflito. A resposta de D. Sebastião ás grosserias do cardeal não se faz, no entanto, esperar. Essa resposta consiste em dar o govêrno de Marrocos ao priôr, fazendo-o assistir de um conselho composto dos mais illustres fidalgos do reino. Uma vez em África, D. António, que um preconceito paterno fôra consagrar á Igreja, violentando assim as tendencias do seu espírito e os naturaes impulsos do seu temperamento, «condus-se com bizzaria e talento egual para mandar, pondo em terrôr toda a barberia» ².

A tomar o passo, como pretensôr, a este neto del rei D. Manoel, de seu natural impetuoso, ambicioso e arrebatado, nem melhor nem peor, pelo lado moral, que os que com menos justiça lhe disputam o diadêma, temos o duque de Bragança, absolutamente inculto, grosseiro, descortês e de todo o ponto antipático á consciencia popular. Mais novo apenas desaseis anos que D. António, ainda se não havia revelado, fôra das suas emprêsas cinegéticas, senão por um fragil instrumento das ambições de sua mulher ³. Ao próprio cardeal fôra ele, embóra simuladamente, sempre antipático. A mesma duquesa, D. Catharina, só por momentos preoccupa o espírito de D. Henrique. O seu candidato fôra, desde a primeira hora em que se abre o pleito da sucessão, como mais tarde os factos o vieram confirmar, o filho de sua irmã, a princesa D. Isabel. O que ele nunca teve foi a coragem de abertamente o declarar. Toda a sua existencia, após a desgraça de Alcacer, é constituída de uma ininterrupta cadeia de hesitações, em que os seus intuitos apenas balbuciam. Toda a sua política visava a encontrar um cúmplice, á sombra do qual as suas afeições po-

¹ Sousa, *Historia Genealogica*. T. VI. L. VI. cap. XV. p. 148-9.

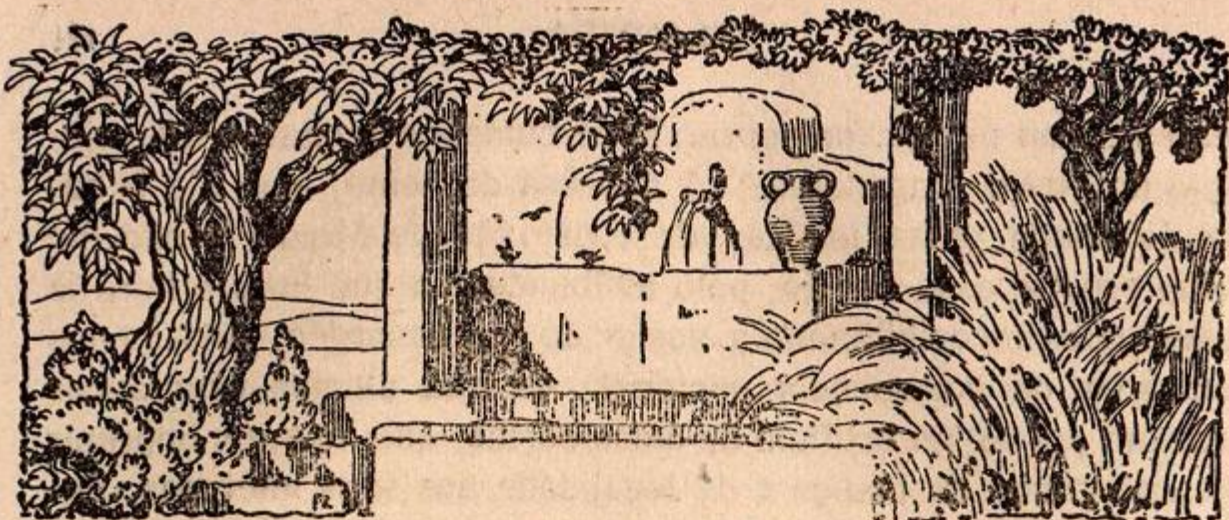
² Sousa, *loc. cit.*

³ De Thou, *Op. cit.* Lib. LXX. Conf. M. de Bremond, *Op. cit.* ch. XI., p. 120, nota 3.

dessem, sem perigo, manobrar. Esse cúmplice procurou-o a princípio no povo. Enganou-se. A nobrêsa do reino, que ele já sabia dominada pelas intrigas de Cristovão de Moura ¹, não lhe podia prestar esse auxilio, pelo aviltamento a que hora a hora ia resvalando, impossibilitando-a, assim, de ser um órgão, pelo menos ostensivo, da consciencia nacional. As suas últimas esperanças estavam postas no artificio de umas côrtes, que viessem imprimir um alto cunho de justiça e de legalidade aos seus intereses. Para esse fim ele as preparára com um tão alto espírito de corrupção e de conhecimento dos homens, que até chega a parecer dos nossos dias!

JOSÉ CALDAS.

¹ Carta de Pedro Dor, consul de França em Lisboa, a Saint-Gouard, datada de 15 de Maio de 1579. *Ms. Bibl. nat. F. fr. 16106*. M. de Bremond, *Op. cit. ch. X. p. 117, nota 1.*



Russa de má' pêlo

«Elle est fauve comme une hirondelle»

H. DE BALZAC — *Médecin de Campagne.*

IV

(*Sua conclusão*)

Para o velho José Fortunato, era grande ventura, esta aprendizagem de costura e bordados! Esfregava, pelos cantos da casa, as mãos de satisfeito. Elle, que sempre fôra honrado, premeditava enganar, para todos, que em tal acreditassem. E blasonava contente de malicioso, este homem sincero...

— A costura e os bordados eu vol-os darei. Toda para a musica!... Todinha para a divina arte!...

Como jardineiro d'aquelle espírito, ia cultivar a mimosa roseira, que rebentaria em flores de gloria. Os esmeros da sua candida velhice seriam inteiramente, para a nova e esplendida criação do seu engenho. E exclamava comsigo mesmo:

— Hoje é domingo, *dies solis!* Venturoso dia em que arranjo, para a minha flauta, a companheira desejada! Como esta velhice vae ser alegre e satisfeita!

A poeira dos seus cabellos brancos andava-lhe agitada na fronte, pelas vezes que levava, tremulo de contentamento, os dedos á cabeça, para significar entusiasmo e inspiração! Aquella modesta alma de artista, toda se transportava de gozo, ao pensar na sua conquista. Quando, nêsse *dia do sol*, Violanta trouxe a filha, vestida do melhor (camisa branca, bordada nos punhos; collete de veludilho, floreado a retrós, aconchegando-lhe as pomas nubís; chinelas de pesponto e meias abertas), José Fortunato fugiu

d'alí, para que não lhe vissem as lágrimas de prazer! A velha, como lhe queriam aprimorar a rapariga, transformando-lhe as mãos gretadas do trabalho rude, em delicadas mãos de imagem, enfeitara-lhe a cabeça com o lenço amarêlho de ramagens, que lhe fazia sobresaír os cabellos cor de cerdeira envernizada e a tez clara do rosto picado de sardas esmaídas! Antevia-lhe futuro mais delicado do que o della, e toda cheia de aspirações recommendou:

— Faça-m'a mulher de prestimo, senhora Perpétinha. Que um dia se possam ver, no altar de Nossa Senhora, toalhas saídas da sua agulha d'ella, é que eu desejava!

— Não se arrependerá, senhora Violanta. Espero que sua filha tenha grande geito para o bordado. Quer-me parecer...

— Que Deus lhe ponha a *birtude*. Se não fosse para a sua casa, não a deixava sahir da minha.

José Fortunato espreitava pela frincha da porta do quarto, esta scena de esperanças. Sorria ao engano, em que todos estavam. O que elle descobria no aspecto de Luisa, era coisa bem diferente: um talento musical que deslumbraria, uma garganta de ouro, que elle se encarregaria de aprimorar! Já não tinha deante de si a garota, que percorria os caminhos lamacentos com os pés gretados, as pernas roixas ao frio, os cabellos de fogo revoltos de mal penteados: era uma deusa com todos os encantos da arte, Euterpe coroada das flores mythológicas. Na sua commoção ou na sua estranheza, a pequena nada acrescentava ou oppunha às palavras de sua mãe, e às da irmã do mestre-escola... Acanhada, oprimida por este destino novo, que não sonhara, passava nervosamente a unha do pulgar, na dobra do avental garrido, scintillante de lentejoulas e vidrilhos. A mãe julgando-a desanimada encorajou-a:

— A senhora Perpétinha fará de tí uma bordadeira capaz! Podes ainda vir a trabalhar num manto de Nossa Mãe da Consolação, como fizeram as meninas de Refuinho, que aprenderam no convento! Sempre é melhor que ir procurar lenha nos montes e devesas.

Quando se separou da filha, no meio de chorados lamentos, como se a rapariga fosse para longe e para sempre, José Fortunato saiu do quarto, com o fim de receber a discipula. A irmã disse-lhe:

— Aquí a temos e que seja p'ra bem!...

Elle respondeu:

— Para o melhor que pode ser, Perpétua! P'rá a divina arte!
— apregooou com trasporte.

Levou-a logo comsigo, recordando-lhe, como um pae carinhoso, a cantiga que lhe ouvira na borda do rio, emquanto lavava a roupa. E para despertar a sensibilidade latente na alma da futura artista, tomou a gloriosa flauta e principiou uma aria da *Norma*, musica que de Braga lhe enviara o dr. Villela. Luisa encostada ao peitoril da janella, seguia attenta os complicados tregeitos de corpo, que o mestre-escola fazia, alçando-se nas frases sublimes e agachando o dorso magro, nas que eram sentidas e lamentosas. Terminando perguntou para a experimentar:

— Não achas bonito?

— Eu acho, sim senhor — respondeu timida.

Perpétua, que viera assistir a esta prova, disse:

— Bordar, também é muito lindo.

Mas José Fortunato afastou com sorriso depreciente tal comparação:

— Ora!... Ora!...

Luisa conservava-se indifferente, à divergencia dos dois irmãos; porêem requerida para uma resposta confessou:

— Gostei muito do que tocou o senhor professor.

— Vês?... Não compares... Não compares...

Ao olhar triunfante do irmão, a velha tornou indecisa:

— Uma coisa não tira a outra...

— Tira, tira, sim senhora — oppoz José Fortunato, com energia. Isso da agulha pica os dedos e nunca foi arte!...

A rapariga attentou n'elle com estranheza, por ser o contrario d'isto, o ajustado com sua mãe; mas Perpétua corrigiu distraíndo a conversa:

-- Hade haver tempo para tudo. Fartas horas tem cem dias!...

* * *

José Fortunato apossara-se da discipula, com tal ancia e desmedido enthusiasmo, que a não deixava a sua irmã, senão justamente o tempo, em que estava com os rapazes na aula. E ainda aligeirava essas horas, impaciente e preso da sua febre pelo adiantamento de Luisa. Todos lhe achavam differença: elle que sempre fôra exemplarmente puntual no cumprimento dos deveres de professor, dava agora suétos, sob pretextos futeis. Logo que ficava só, chamava a rapariga para a sala da escola, e começava no

solfejo. As noites passava-as elle de candieiro aceso, compondo poesias novas e musicas adequadas para lhe ensinar. Vivia num turvelinho de inspiração, como nunca: só pensava nos meios de aprimorar o grande talento de Luisa. Debaixo dos seus cabelos brancos, creavam-se óperas e canções admiráveis, que entoava com voz roufenha. Quando de manhã a discípula aparecia, sempre lhe parecia que vinha tarde: resmungava as suas queixas, contra Violanta, que, bronca e ignorante, prejudicava a florescência do génio da filha, preferindo-lhe miseros trabalhos caseiros. Desde que se levantava (ao romper do dia) até que a visse, não fazia senão espreitar o caminho, andando e desandando no quarto, tamborilando impaciente os vidros da janella. Parecia um namorado a espera da sua escolhida, da noiva que por fóra lhe trouxesse metade do coração.

Porêm, a rapariga era um tanto rebelde as regras da solfa; o que o mestre produzisse na flauta repetia-o na sua voz de oiro, conservando-o na memoria; mas quanto a rudimentos... era avessa. José Fortunato, possuido de admiração, contentava-se com o que ella lhe dava: logo que Luisa abria a bocca para cantar, elle era só transportes entusiastas, gestos de pasmo e agradecimentos oferecidos ao céu, por lhe ter preparado aquelle encontro do rio! Tudo que copiara em Refuinho, tudo que lhe tinha mandado o dr. Villela, e mais o que compozera de sua inspiração, considerava-o farto e rico peculeo, com que dia a dia ía acrescentando o saber da discípula. Queria leval-a a casa da fidalga D. Maria, para que esta, mail-as sobrinhas admirassem o prodígio; porêm Luisa oppunha resistencia: soffria de acanhamento, «vergonha de cantar deante das senhoras...»

— Vergonha de que?! — exclamou exaltado. De seres uma verdadeira artista, como ellas nunca poderão ser?!...

A discipula sentia pudor íntimo, um receio casto. Não tinha coragem para se apresentar no antigo solar, que sempre venerara, como moradia duma casta superior. Podiam-na chasquear, podiam deprimil-a com risos...

— Pois é pena, tenho pena que não te resolves. Esta linda área de *Norma*, tu cantal-a como as meninas nunca cantaram, apesar de terem tido bons mestres, *n'esse Braga*, onde se sabe musica a valer. Olha que a Clotildinha, que tem muita presumpção, não te chega aos calcanhares, entendes?...

Na realidade, no canto largo das operas, Luisa avinha-se com

mais sentimento do que nas canções populares. A sua vocalisação, por um dom natural, era fácil e entusiasta; ia muito além do que o bom professor lhe podia ensinar. Era brilhante nos *crescendos*, meiga e suavíssima nas notas medias. A lingua em que tinha de cantar, nem ella, nem o mestre-escola a sabiam pronunciar; mas o seu instinto vencia as difficuldades, tomando o canto, sem palavras. Perpétua assistia a alguns daquelles triunfos, e acompanhava seu irmão nos applausos. Ambos tinham lagrimas nos olhos, sem saberem porquê. O velho exclamava, batendo no joelho murros, com a sua mão débil:

— Não ser eu homem rico, para te levar a *essa Italia admiravel*, onde até as pedras sabem cantar!

A rapariga, na sua bruteza nativa, não o entendeu e pediu explicação... Então elle disse que havia uma terra muito longe, onde cantar era um modo de vida, para senhoras formosas, que andavam cobertas de oiros e brilhantes. No *Commercio do Porto*, que lhe emprestava o brasileiro Cerqueira, fallava-se dellas com grandes elogios, quando vinham ao teatro de S. João. Muitas eram filhas de gente pobre e humilde como Luisa, e tornavam-se célebres e ricas pelo canto. Algumas (lera-o ainda ha bem pouco tempo) vinham a ser princessas; porque casavam com filhos de reis. Esse país de lenda, em que florescia, em tempos antigos, um Virgilio e um Horacio, era a terra da arte por excelencia, e quem lá fosse uma vez, entrava no céu, antes de morrer.

— Foi um engano da natureza, eu não ter nascido lá!... Se tivesse nascido na Itália, não estaria agora a aturar rapazes, que me moem a paciencia! — exclamava num desvario de sonho.

— Mas por onde se vae p'ra essa terra?... — perguntou a discipula, com o olhar fixo no tecto, e um evidente aneio nas pupilas sombreadas.

— Isso não te o sei dizer, rapariga; — confessou — mas passam-se muitas vezes montanhas mais altas que estas nossas d'aqui, em volta. A pé levará talvês mais dum ano, a cavallo será menos o tempo; mas quem sabe se haverá estalagens, para a gente guardar a besta. Depois é preciso dinheiro, muito dinheiro, para gastar pelo caminho, e nem eu, nem teu pae o temos. Tu já viste, na villa, uns homens que tocam realejo? — lembrou.

— Já vi uma vez, mostrou-me um a minha mãe... — confessou Luisa, num tom de summida voz, como se fallasse a uma sombra.

— Pois esses homens vem de lá, são italianos e trazem essas músicas lindas, que andam a espalhar pelo mundo. Quando encontro algum, não me posso despegar delle e dou-lhe todo o dinheiro que levo, só para elle me tocar quanto saiba. As vezes dá-me vontade de ir atras delle, para vêr a sua terra abençoada.

O rosto de Luisa revelava, na sua expressão, o claro escuro de qualquer ideia aventureira, que a seduzia. Nada perguntou; porque nesse instante a imaginação lhe creava coisas mais bellas e singulares, do que as pintadas pelo proprio José Fortunato. Ir numa andada, por terras novas, onde o canto fosse a occupação de todos!... Já se presumia levada através d'um céu cheio de harmonias, voando com azas de anjo, como os do painel da igreja da villa, quando Nosso Senhor sobe á bemaventurança, num trono de nuvens! José Fortunato, na suas commovidas referências, ainda acrescentou:

— Pois se em algum domingo fores vender ás frutas de tua mãe, e tornares encontrar algum desses tocadores, repara bem e escuta-o: elle vem do encantador país da Italia e lá todos são assim, amantes da musica. Em Roma, onde vive, cercado dos seus cardeaes, Sua Santidade, canta-se em toda a parte: nas ruas, nas igrejas, nos theatros, nas casas e nos campos! Que país divino! — pronunciou o mestre-escola com transporte.

— Como tudo isso será lindo!... — murmurou Luisa, em palavra suave e branda, fallando para o interior dum mundo novo, que antevia.

V

Domingo claro de estío! Palpitava a luz do sol beijando os frutos novos, que amadureciam com as suas carícias. A figueira de Violanta era temporã; os seus figos bebiam da água fresca da mina, que regava os dois campitos e a horta do seu eido. Estavam sempre bons para comer pela volta do S. João, e as suas boquinhas vermelhas recebiam beijos dos besouros, que zumbiam no ar a sua melopeia de verão. Eram compridos, afunilados, como os dedos da Senhora da Consolação; o seu verde esmaecido denunciava madurez, que tambem se reconhecia, quando se apalpavam. Eram da qualidade chamada *bacorinhos*, pela similhaça com o fucinho dos leitões. Abrindo-os, via-se-lhes o ventre cheio de rubís, que na bocca se desfaziam, como cristaes de assucar, produzindo a sua mastigação, um rumor de macio

ao triturar. Os rapazes da vizinhança eram gulosos; quando chegava o tempo favoravel, andavam sempre a espreitar os figos de Violanta, e sentindo-os maduros, vinham com as suas forquilhas de cana, roubar-lh'os. Então ella anticipava-se a tirál-os e nesse domingo de sol estival, logo de manhã cedo, mandou um dos filhos encher um açafate, com os melhores, que Luisa levou ao mercado da villa, cobertos com uma toalha alvissima. Na volta traria azeite comprado com o producto da venda, e que lhe era necessario, para adubo da panella e do bacalhau cozido.

Quando a rapariga, vestida com a sua ropa de ir á missa, tomou logar na praça, em frente da igreja, ao lado de outras vendedeiras, e descobriu os seus figos, parece que um suave aroma se evolara daquelles frutos, que sorriam com as suas boquinhas de cravo franzidas como lábios vermelhos de criança, que estivesse a meditar, com a profunda e incomparável sisudez dos innocentes, que recebem as primeiras impressões no seu cerebro. Luisa, que não era formosa, estava linda, com as suas miudinhas pintas de sarda a picarem-lhe a pelle branca, os olhos verdes a mexerem-se na luz matinal, os cabellos côm de mogno polido, apartodos na testa, como os do Jioconda. Serena e um tanto meditativa, oferecia os frutos acamados no açafate, em filas como soldados dispostos a marchar. Com a grande habilidade de suas mãos, fôra ella que assim os acamara para atraír o comprador. Estava scismadora, o cestinho na sua frente, assentada no chão, como as suas companheiras... e esperava. Ás palavras de conversa, que lhe dirigiam, respondia com monossilabos; tinha certa nuvem de sorriso melancolico, pousado nos seus olhos tristes e nos lábios silenciosos...

Ninguem se chegara a ella para lhe apreçar os seus figos, nessa manhã colhidos e ainda rociados pelo orvalho. Expunha-os à vista de todos: eram tão lindos, eram tão bons; mas ninguem lh'os queria... Da maciesa e doçura de taes frutos, fallava o verde esmaiado da pelle e o rubi da sua boquinha franzida, onde as abelhas tinham vindo sugar o açúcar do seu mel... E ella estava triste e scismava olhando o seu açafate, por encertar... Dispertou, porem, do seu sonho, com o aparecimento dum rapaz, que parou em frente, perto da porta da igreja, com uma caixa de realejo pendurada dos hombros. Era loiro, imberbe, a cabeleira de santo caía-lhe sôbre a nuca, os seus olhos azues eram retalho de céu de Napoles. Vestia jaquetão de veludilho

castanho, calça do mesmo afunilada, na cabeça boné de pequena pala. Lançou aos prédios em volta olhar inquiridor e simples, que veio repousar casualmente na vendedeira de figos, que lhe estava á vista. Para se aliviar do peso do instrumento que trazia encostado ao dorso, voltou-o para a sua frente, pousando-o n'um descanzo de madeira, que trazia comsigo, conservando-o, porem, encostado ao peito. Abriu a tampa do realejo, deu tres voltas a uma manivella, e os primeiros sons de experiencia e de reclame saíram amplos e livres, como rolas voando. Uma mulher que estava ao lado de Luisa e vendia ovos disse :

— É um realejo. Toca melhor que o *orgo* da egreja.

Á Russa veio-lhe á lembrança tudo quanto ouvira a José Fortunato, acerca destes tocadores ambulantes e da terra famosa, donde eram naturaes. Logo a sua imaginação voou a êsse país de poesia, em que as chimeras vivem uma vida real e consoladora! . . . O coração pulsava-lhe ancioso e contente, pelo que ía ouvir. O aspecto do tocador, com a sua negligência senhoril e a elegancia dos antigos vates nómadas, apossou-se da simpatia da camponeza, que nelle logo collocou alma nobre, espalhando, como uma religião, a arte da musica. Logo que os primeiros acordes se alargaram no espaço, a atmosfera encheu-se de jubilos e sentimentos deleitosos, que se lhe repercutiam no coração. Sentia uma dolencia encantadora, sons aflautados de orgão ondeavam-lhe sobre a cabeça, sem sobresaltos; mas logo certa melancolia encheu o espaço, onde os seus olhos se perdiam.

A fronte do italiano, a sua cabeça pulvilhada de oiro, a phlegma da sua esbelteza singular . . . ajudavam Luisa na compreensão idealista da musica. Naquella caixa, de apparencia vulgar, havia certamente um segredo: parecia que uma garganta divina ali estivesse escondida . . . Tamanho era o poder de seducção do que ouvia! . . . A sua imaginação habitava num céu, onde estariam anjos, cantando. Mas logo reconheceu que escutava a mesma área da *Norma*, que José Fortunato lhe tinha ensinado. Vieram-lhe lagrimas de gozo, que limpou commovida, ás costas da mão, conservando-se-lhe nos olhos, um nevoeiro de mysterio. Só queria ter ali a seu lado o velhinho, que lhe abrisse a alma á comprehensão do canto divino! Aquelle rapaz de cabeça loira e olhos claros, era um seu irmão pela sensibilidade. Vinha de longes terras, numa peregrinação de acaso, sem pensar nos contratemplos, que o poderiam esperar. Abandonara família, o seu lar, o céu da sua terra, as

paisagens queridas que lhe tinham enfeitado a infancia, entregando-se à bella aventura de ver gentes novas. Reconhecia-se, como elle, no sentir, desejava tel-o por companheiro num andar sem destino. A gente que por ali estava, nas janellas, na rua, em volta do tocador, escutava-o sorrindo sem compreensão; mas Luisa bebia-lhe na expressão dolente a candura da alma. Quando terminou a primeira peça de musica, o estrangeiro começou a mostrar em volta a sua bandeja solicitadora; mas pedia com altivez de sorriso, e agradecia sem baixesa, e com a expressão do seu olhar azul, acompanhada de legeiro movimento de cabeça, o pouco que lhe davam. A filha da Violanta pagou-lhe agradecida, com os melhores figos do seu açafate, que escolhera de antemão, ageitando-lh'os na bandeja, como se os depozesse aos pés de uma imagem querida e venerada. Mas fel-o com susto e tremendo; receiava que a humilde oferta lhe fosse recusada... Ao contrario, o rapaz atentou nella, agradeceu melhor que o dinheiro, mettendo na bocca um desses fructos, que saboreou sorrindo. E certa expressão de carinho distingui-a, dizendo:

— Grazia tanta!...

Luisa perturbou-se em toda a sua alma, como se a propria imagem dum anjo lhe tivesse fallado. O coração pulou-lhe desasocegado no peito; tal o menino de seis meses, que estivesse no regaço de sua mãe, brincando. A primeira e suave impressão colhida, ouvindo a musica, tornara-se agora seducção, atracção irresistível. O tocador, depois d'algumas canções napolitanas, lançou ao hombro o realejo, para continuar a sua peregrinação, e no momento de partir distinguiu-a com um olhar de despedida, um sorriso e um adeus de cabeça, em quanto continuava a comer os figos, que ella lhe dera. Luisa sentia-se fóra de si, vivia uma vida de atracção e desvario!... Ergueu-se impellida por uma força interior, tomou sôbre a cabeça o açafate, e seguiu o caminho que levava o do realejo, agora acompanhado de rapazio. Era levada, como os magos, com os olhos na guia d'uma estrella. Não podia desprender-se do *troveiro*, que no mundo semeava musicas tão lindas. Sentiu arrefecer o coração, quando, ao voltar uma esquina, deixou de o vêr, e acelerou o passo à procura daquella luz e daquelle calor. O italiano, d'uma vez, ao inquirir com a vista pelas janellas, voltou o rosto: viu-a a seguil-o e sorriu-lhe de novo. Ella reconheceu-se culpada: parou para retroceder, para fugir; mas não pôde, continuando encantada e opres-

sa, o seu desatino. O tocador defrontou-se com um predio de grande aparato, parou e começou a encher o ar de sons de órgão, que voavam celeres. A rapariga aproximou-se mais resoluta, escutou com a alma cheia de encanto!... Quando elle acabou, offereceu-lhe toda a fruta do seu açafate, pondo-lh'a ao alcance da mão.

— Tome . . . — disse.

Tirou dois figos apenas.

— Tire mais . . . — insistiu.

— No querer mais, grazia . . .

Luisa então propoz-lhe :

— Vou comsigo . . .

— Con mé? . . .

— Vamos ambos por aí fóra . . .

— Fóra? . . . — repetiu o rapaz loiro, sem bem compreender.

— Sim — insistiu ella mais decisiva, alongando o braço, para designar o mundo, seu desconhecido.

— E mangiare? . . . — observou o italiano com um sorriso honesto e descrente, acompanhando-se dum gesto que designava comer. Poco *dinéro* . . . — confessou nobremente.

— Eu canto . . . Ganho dinheiro . . .

O tocador de realejo deu aos hombros um movimento, que definia toda a sua vida errante, difficil e casual. Pintou-se-lhe no rosto expressão triste e desambiciosa. Havia dois anos que partira de Nápoles, trazendo ás costas o seu ganha-pão de poeta vagabundo . . . Percorrera lindas terras da antiga Provença, costas marítimas com montanhas que se erguiam para as nuvens, paisagens severas ás veses, outras meigas como sorrisos. Ganhava apenas o sustento, n'um absoluto desprendimento de lucros; mas com sinceridade reconhecia ser vida incerta e por vezes pouco carinhosa. Fixou os seus olhos azues na ingénua camponesa, que o mirava numa ancia de esperança. E atirando para o dorso o realejo resolveu :

— Viene.

Luisa, resoluta e louca, seguiu-o para por longes terras.

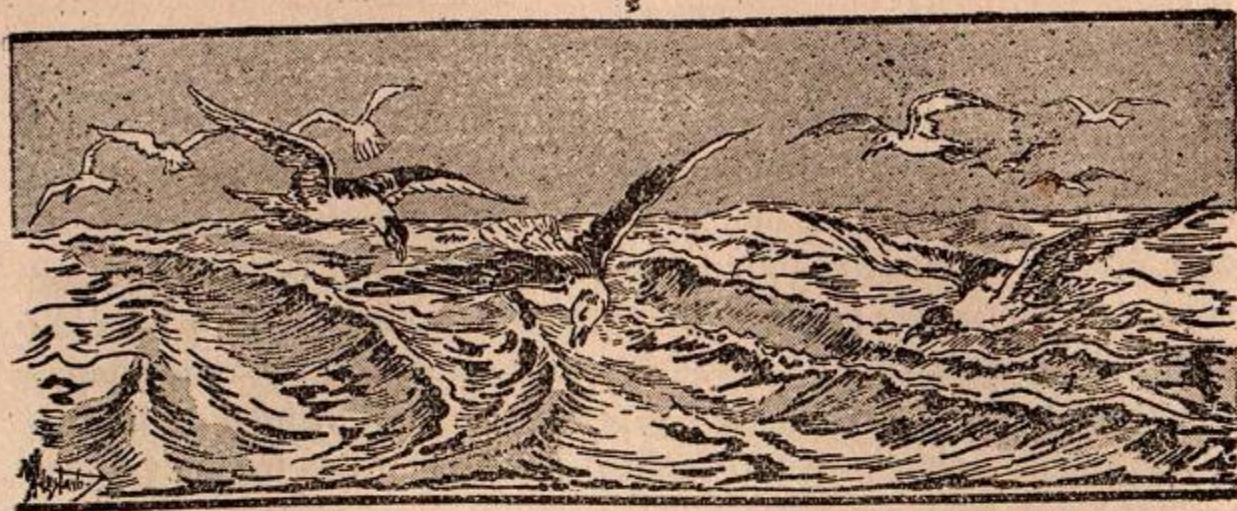
* * *

Foram, e não se averiguou ainda, o caminho que levaram. Guiava-os um sonho de arte, sugerejavam-se irmãmente ao destino. Fiavam, sua sorte, dos carinhos anónimos que encontrassem. Ti-

nham contra a má fortuna a resistencia e a loucura da mocidade: só a inexperiência é corajosa, só ella acredita na possibilidade de se atravessarem os precipícios lúgubres da vida, com azas. A poesia tem bastante força moral, para acreditar na ventura permanente. Nas baladas antigas, nos contos de fadas, em todo o idealismo indisciplinado e ingenuo da idade media, passaram-se casos d'estes, e os poetas que nol-os contam, é porque elles existiram.

Cortinhas, Setembro, 1913.

TEIXEIRA DE QUEIROZ.



Em demanda do Rio de Janeiro

O espectáculo da Baía esmagara-me; sentira-me ínfimo, como se, num almofariz, braços de gigantes me tivessem reduzido à coisa mais simples, a um ser nulo. Ainda sob o vinco profundo do que os meus olhos observaram naquela assombrosa região — estufa imensa atochada de árvores e espécies parasitas, ao pé das quais os exemplares animados dos nossos jardins botânicos, e medrados ao calor e humidade artificiais pareceriam comparsas liliputianos de uma estufa para bonecas — a rota de quatro dias fez-me retomar posse de mim mesmo. O coração pulava-me de impaciência pelo objectivo da minha viagem. Noite em claro, naturalmente; a pé cedíssimo. Sondando as trevas ansiava pela claridade do dia, e ela sem dúvida seria, como dias antes notara, coisa bem diferente da claridade do Velho-Mundo. De repente, vejo desenharem-se no firmamento rutilâncias fugazes, como se crianças travêssas brincassem com máquinas eléctricas, mudando a cada momento os discos de vidro para multiplicarem as gradações de côr. Não estaria uma desmesurada Leo Füller, lá no alto, serpentinando, multiplicando as evoluções com vestes finíssimas da mais subtil seda de Cachimira, entretendo-se em provocar jogos de luz, deslumbramentos de coloração? Sem a vista o apreender, de momento a momento essas résteas luminosas ora surgiam, ora se sumiam, ora se reacendiam para darem lugar a outros fantásticos e imprevisos cambiantes. Ao longe, uma sombra que emergia da treva, a espessar-se, a aparentar o que quer que fôsse de humano. Nuvem prestes a castigar-nos com um dêsses aguaceiros equatoriais? Não: era o *gigante que dorme* — dizia-se

do lado; e uma voz docemente feminina corroborava: é o *gigante deitado*! Ah!, sim, o famoso gigante. E acudiam-me à memória interpretações sôbre o monstro granítico, anteriormente lidas — que êle se parecia, segundo uns, com Luís XVI, segundo outros com os Bourbons, ou com Lord Wood, e ainda com o falecido almirante brasileiro, o Carvalhão. Seria acaso um parente expatriado do lendário Adamastor? E procurava em Portugal o sócia do estafermo... sim, talvez o famoso Dr. Penedo da Rocha Calhau — que Deus haja em santa paz!

O paquete entrou então plácidamente a baía, avançando cautelosamente, como se receasse o encontro de quaisquer sirtes. Oh, que deslumbramento, tudo isso que se oferecia à minha imaginação de algarvio sedento de viagens! À esquerda, a massa de gneisse-granito — o *Pão-de-Açúcar*, precisamente os pés do gigante-deitado; e depois, mais altaneiro, o dorso extravagante do *Corcovado* — ainda então virgem à exploração turista; e como que sumindo-se em uma atmosfera de sonho, umas montanhas de aspectos exóticos, e montes, no primeiro plano, de um azul nítido, mas baceando, baceando, esfuminhando-se lá mais longe, em contornos deslavados, em perspectivas indecisas... Estaria eu no Japão? Porque essa paisagem semelhava certos desenhos que os artistas do Sol-Levante compõem num sorriso de desdém por todas as leis da perspectiva, com pincelinhos pueris, para disfrutarem talvez a crédula Europa... E a baía cada vez a avantajar mais a sua magnificência pujante, num cenário maravilhoso, super-teatral, único no mundo: além, a *Serra dos Órgãos*, de recortes caprichosos e formas tubulares a justificarem o baptismo recebido de ignorado padrinho; a nosso lado, a curva preguiçosa e acariciadora do Botafogo; ao encontro da proa, ilhas de diferente grandeza, inundadas de luz, cravejadas de flores, ostentando árvores de seiva luxuriante, de feição apenas ornamental, desabitadas, outras acessíveis à vida, à indústria — *Paquetá*, onde os noivos iniciam as suas desilusões, *Cobras*, onde ressurta a faina do Arsenal, e ainda outras que parecem apenas *bouquets* de verdura, boiando ao sabor da plácida corrente; e um sol que na Baía sentira sinapizar-me as costas, mordente, truculento, coando-se pela folhagem de toda essa vegetação exuberante, caindo sôbre nós numa irradiação intensa, deslumbrante, luz que parece disparada de sóis desconhecidos, vogando noutros mundos, luz rebelde a toda a fantasiação policrômica!

Via então verificar-se o fenómeno que o sábio Humboldt anos antes observara com a sua sensibilidade de homem de sciência a quem a natureza concede as chispas da Arte: — o aparecimento de vapores tenuíssimos que não só não prejudicam a transparência do ar, mas tornam até as tintas mais harmónicas, polindo asperezas e adoçando os contrastes: de aí a sensação de doçura, mesmo quando o clima nos dê a espaços uma fadiga de pesadume. Tal é o segrêdo da magia singular que caracteriza a paisagem dessas regiões de inesgotável encantamento e imprevisito, segrêdo que o viajante não dominado exclusivamente pela *febre do ouro* pode verificar, por exemplo, na Tijuca. Aí, os aspectos da paisagem cambiavam precisamente por efeito daquele fenómeno; a mesma paisagem parecia *outra*, consoante a incidência da acção solar e o jôgo dos leves vapores. Succediam-se então mutações inopinadas de scenário. A cascata-grande, vista a certa hora do dia? Um retalho de grandeza, de imponência, com incríveis gradações de luz. A cascata-pequena? A mesma imponência, a traço reduzido. De palmo a palmo, os troncos esguios de fetos arborescentes, altaneirando-se, como a preguntarem às árvores de altura descomunal: qual de nós é mais alto? E, de espaço a espaço, exemplares das mais elegantes palmeiras imperiais. Mas que árvores são aquelas que vistas numa posição parecem uma, e noutras posições parecem outra coisa, tão acentuado é o contraste?! Ah, sim: árvores corpulentas que se deixam abraçar por parasitas impiedosas, atrevidas, de côres berrantes, de flores caprichosas, com o seu mundozinho da turba animal, tomando a côr da flor albergadora, a justificar a teoria mimetista, em que Darwin tanto insiste. E é curioso ver essas parasitas engrimpanando-se, parecendo quererem sobrepujar, amesquinhando-as, ou arrancar-lhes a sua individualidade, as árvores onde elegeram domicílio; é verdade que algumas outras, mais acomodaticias, vivem em boa paz, nas espécies a que se apegaram: — na luta pela vida, as exigências são diversamente impostas, tal como succede nas espécies animais.

Por toda a parte, a vida brotando intensamente, sob as formas as mais simples ou mais complicadas. Aquelas nesgas de sêda, aos vôos obliquantes, de que janela de sinhá descuidosa caíam? Ah, pois não parecia: êsses vistosos farrapos são afinal borboletas azuis, e borboletas fulvas, imperiais, de asas triunfantes, onde se desenham olhos como nas caudas dos pavões. E a vista per-

dendo-se por áleas intermináveis de palmeiras vulgares; plantas de feitos impossíveis, de um derrengue donairoso, *coquette*, de cicádeas pujantes, de cactáceas temíveis, de espinhos ameaçadores na sua defensiva, de bambus corpulentos, ao pé dos quais os nossos, filhos de espécies despaisadas, fariam um papel de pauzinhos magrizelas, e mais árvores inclassificadas, descomunais, donde raízes adventícias, contorcendo-se, veem fincar-se no solo, como cobras astuciosas, dissimuladas, espreitando o viajante para, a súbitas, o atacarem. E neste crescendo de estupefacção se sobe ao *Pico da Tijuca*, ao *Pico Margarida*, ao *Pico Papagaio*, à *Vista Chinesa*: imprevistos de tintas e meias-tintas, um silêncio grandioso, solene, só cortado pelo zumbido de insectos exquisitos, de formas estapafúrdias, de instintos doces ou ferinos — dando tudo a impressão de uma majestade aliado ao *austero-soave* com que os italianos definem a incomparável beleza da sua risonha Florença... No Pico da Tijuca a variedade das impressões colhidas estonteia. Se se observa a planície onde assenta o Rio — lá em baixo, os combóios simulam carrinhos de latão com que as crianças brincam — e se depois lançamos o olhar para as montanhas de corte caprichoso, mais inverosímeis, quanto mais fogem para planos longínquos, coleadas de nuvens mais baixas que os morros, ziguezagueando alternadamente do violáceo para o plúmbleo, o cenário passará por transfigurações repentinas, fugazes, mas as suas gradações não poderão ser fixadas com rigor pelo artista na sua tela. E sempre um sol obcecante, um sol que em tudo realiza a criação, a eclosão da vida, desde o mundo dos infinitamente pequenos até êsses assombros em que a Natureza resolve nas regiões exaustantes do Equador... Mas, e se a noite nos surpreender em plena contemplação da paisagem brasileira? Não tenhamos dúvidas: a côr não será bem a dos nossos climas; a lua coando-se por certas fôlhas, como as da bananeira, tirará tons que não são bem os das regiões do Velho-Mundo: é uma *outra* lua, é *outro* luar, são outras tintas, pelo mesmo motivo, pela mesma causa observada por Humboldt — os vapores tenuíssimos que banham todas as coisas, adoçando os contrastes, espiritualizando os mesmos objectos que ao sol cru, mordente, do meio-dia, affectarão tons bem diversos...

Se não houver luar, se a treva invadir a noite? Os pirilampus, muito maiores que os da Europa, parecerão estrêlas cravadas na chã!

*
* *

Viver é recordar, e melhor se viverá quando muito houver que rebuscar no Passado. A evocação do grande cenário do Brasil sugere naturalmente a de pessoas, e algumas, tantos anos volvidos, vivem na minha memória, como se em carne e ôsso se apresentassem a meu comércio, tanto mais que entre elas sobressaem homens que passaram mais tarde a figurar, ou na História, ou na Crónica. Recordo . . . certa individualidade de relêvo, colaboradora na obra da Revolução ou antes transformação de 1889. Foi numa das fazendas do barão de Tinguá, no acaso de uma convalescença prescrita para o campo. O brasileiro a que vou referir-me era major de engenharia, lente da Escola de Guerra, e se a memória me não atraiçoa — fizera a campanha do Paraguai. Espírito disciplinado pela doutrina comtista, a sua mentalidade ressentia-se do exclusivismo de escola. Republicano por doutrina, ajudou, sem dúvida, na sua cátedra a preparar a mocidade para o derruimento do Império.— Qual o espírito político, hoje, dos Brasileiros? preguntámos-lhe um dia, em sua casa, na afável palestra do jantar.— *Não tenha v. dúvidas: a república está feita nos corações dos Brasileiros; será uma realidade quando o imperador morrer.* Falhou a profecia apenas no momento do facto: o Marco Aurélio do Brasil foi surpreendido ainda em vida pelo baque do seu trono honrado.

Certo é que o Dr. Benjamim Constant Botelho de Magalhães teve uma acção de destaque na obra da evolução brasileira. Aos cargos indicados juntava o de director da Escola Normal preparatória do professorado primário, e do *Instituto dos Meninos Cegos*: aqui, onde residia, punham, êle e sua mulher, toda a ternura de verdadeiros filantropos e educadores carinhosos. Que singular comoção me causou a visita a êsse estabelecimento, para mim uma novidade, pois não se pensara ainda em Portugal na possibilidade de uma tarefa tão consoladora, tão simpática e útil como a de ministrar aos ceguinhos uma instrução literária e, do mesmo passo, profissional. Não estaria eu sob a garra de uma ilusão?! *Cegos lendo . . . os Lusíadas*, e trechos da nossa história; *cegos lendo* nos mapas de relêvo a corografia portuguesa, a geografia universal?! E escrevendo um cumprimento de boas-vindas à minha pessoa — outra das muitas bondades do Dr. Benjamim Constant para comigo — e *escrevendo* a resposta por mim

ditada! E depois, fazendo-se ouvir na fanfarra da escola, e tocando até composições suas no piano; e afinando pianos, e nas oficinas fabricando artefactos com iniludível perícia! O director revia-se com sobrada justiça na sua obra; os cegos e seu director mutuamente se amavam, se estimavam, unidos, como formando uma mesma família. A obra, então modesta, subordinada a escassos recursos oficiais, em desproporção com a enorme percentagem dos não-videntes em todo o Brasil, terá sido animada, sem dúvida, pelo largo sôpro de iniciativas, de melhoramentos que a República Brasileira tem levado a cabo em todos os ramos administrativos, e, particularmente, na instrução pública. Foi êste o ramo em que o Dr. Benjamim Constant veio a colaborar como ministro da República, e sem dúvida que lhe prestou os serviços correspondentes ao seu saber e ao seu grande amor pelo Brasil.

Que pessoas mais a recordar? Artur Azevedo, por exemplo, meu companheiro de viagem, de Lisboa ao Rio. Vinha de realizar o sonho de tantos brasileiros — ver a Europa! Ainda me lembro da funda melancolia que a baronesa de Tinguá punha nas suas palavras de desesperança, da quási certeza de não poder realizar a sua romaria a Meca — Lisboa, Madrid, Paris — Paris sobretudo! Pobre senhora! Em vão me esforcei, escudado em Stendhal, em lhe insinuar que as melhores viagens são ainda as que nós realizamos no domínio da Fantasia, vendo com os olhos da imaginação coisas muito superiores . . . a tudo que se pode ver. Realizaria o seu sonho, veria ao menos Lisboa, berço dos seus antepassados? . . .

Artur Azevedo, que Lisboa conhece como autor da *Capital Federal*, poeta e revisteiro, funcionário público, boémio em horas livres, era um espírito crítico, mordaz se o beliscavam; no fundo, porém, um bom. A sua veia satírica por vezes o prejudicou na sua situação social. Por Artur Azevedo conheci Machado de Assis, uma das glórias do Brasil: um e outro se sumiram já no mistério do Além . . .

Recordando . . . recordo o Dr. Cardoso de Meneses, também homem de letras, inteligência viva, pianista brilhante, belo conversador. Esplêndida noite de Arte passada em sua casa, ao Catumby. Admirava em grande reverência Mendelssohn e, perante a minha medfocre estima pela obra dêsse compositor *un peu pompier*, cultivador do *Terno*, confidente de mulheres tardia-mente românticas ou desgostosas da prosa da vida, esforçara-se

por converter-me ao mendelssohnismo; e tão brilhantemente se houve com o teclado que por um triz me não converteu. . .

Recordando . . . recordo um conhecido dos tempos coimbrãos — o Dr. Silva Ramos. Brasileiro de nascimento, a sua mocidade decorreu em Portugal e a sua formatura foi feita na formosíssima diva do Mondego. A poesia da encantadora *alma-mater* e a saudade nostálgica dêste Portugal, para êle, poeta pelo coração e pelo espírito, segunda pátria, tem-no acompanhado sempre no seu país. Que horas de suave recordar, na Tijuca e no Botafogo. . . lembra-se v., Silva Ramos? Creio que ambos chorámos repassados de cruciante saúde do rincão português. . .

* * *

Recordando . . . ainda com funda melancolia — certa mancha no quadro maravilhoso que me prendeu a imaginação alguns meses. Lendo os jornais, deparavam-se anúncios como êste: «*Vende-se um rapaz de 28 anos de idade, bem reforçado, acostumado ao serviço de roça. . .*» Tal dia *haverá leilão* de tantos *escravos*, entre 25 e 40 anos, musculosos, corpulentos. . . *Vendem-se* homens? Ah, sim, havia ainda a escravatura no Brasil. Estava no estertor vizinho da morte. . . mas *ainda se vendia gente*. Vira escravos, em várias fazendas, é certo; vira-os regressados da labuta diária, às ave-marias, fatigados, torporosos; formavam diante do capataz e rezavam, sabe Deus com que vontade! Depois, a senzala engulia-os: fechavam-se-lhes as portas por fora: preto fugido, era preto perdido; portanto, capital morto.

Numa dessas fazendas, a do barão de Tinguá, assisti — não virá talvez fora de propósito mais esta nota de costumes que se perderam — à cerimónia da primeira moenda da cana açucareira. Sentia-se aí o vinco português, a tradição da nossa capacidade colonial. A máquina de moer a cana fôra enfeitada adrede com flores, fazendo cercadura a cruces formadas com troços da cana. Ao pé um oratório com a imagem da Senhora da Conceição, diante da qual patrões e escravos rezavam o têrço — sobrevivências de três séculos de patriarcalismo português. Desfolhada a cana, o barão foi o primeiro a deitar um trôço na máquina; em seguida as senhoras; depois os convidados — o Dr. Benjamim Constant e quem isto escreve. A têrmo, como era da praxe, todos provámos a calda, enjoativa à fôrça de doce, calda que, escorrendo da trituração, seguia pelo caneiro para as caldeiras. Na noite,

patrões, convidados e serviçais, todos nos dirigimos à casa da moenda e aí rezaram a ladainha. Os sons guturais dos pacientes escravos — moídos, sonolentos, e que no entanto eram geralmente bem tratados — a que poderei compará-los? A um grou-grou de certos animais rescaldantes de sede, bebendo sôfregos a água?

A escravatura estava prestes a exalar o último alento: batia-a a lei de vinte-livre (Rio Branco); batia-a a propaganda acérrima, generosa, das sociedades abolicionistas; batia-a sobretudo... a *fôrça das coisas*. Um regozijo familiar, uma data feliz — nascimento, boda, aniversário — eram freqüentes vezes pretexto para a alforria. Fôra minha companheira de viagem, de Lisboa ao Rio, uma dama respeitabilíssima, a condessa do Barral e da Pedra Branca, outrora aia da princesa imperial (1) e que, embora carregada de anos, ia assistir ao casamento de seu filho. No dia do seu natalício alforriou 40 escravos. Simpática e instruídíssima senhora: como relembro com saúde as nossas palestras, a bordo, trocando as nossas impressões sôbre os poetas e prosadores portugueses que ela conhecia... melhor do que alguns homens de letras.

A escravidão agonizava; três anos não eram passados, quando uma lei, rubricada pela princesa regente, anunciava num lacinismo fulminante, a todo o mundo, esta boa nova: «Art. 1.º É declarada extinta desde esta data (13 de Maio de 1886) a escravatura no Brasil».

Nada mais. Era porêem um cataclismo para os interêsses seculares, uma revolução na economia nacional? Sem dúvida; mas o Brasil extirpava de golpe uma infâmia, apagava de vez a mancha mais vil de uma nação, em fins do século XIX, como se dezanove séculos antes não tivesse caído dos lábios de Cristo a sentença condenatória de toda a exploração humana!

Sentiria o imortal Darwin, no seu túmulo, o choque formidá-

(1) O imperador, para ostentar a consideração em que tinha esta dama, assistiu de grande uniforme ao casamento do conde do Barral, e não pouco o censuraram por isso.

Contou-me a respeitável senhora esta interessante anedota. O imperador do México, visitando o monarca brasileiro, no Paço, não viu nem guardas nem quaisquer agentes que velassem o chefe do Estado. Preguntando à condessa do Barral quem guardava o rei, teve esta resposta imediata: «*O imperador está bem guardado com o amor dos seus súbditos*».

vel do abolicionismo triunfante, êle, o sábio que na sua *Viagem de um Naturalista* dava agradecimentos a Deus por não ter de revisitar o Brasil — *êsse país de escravos?* Que amarguras não transparecem por as suas admiráveis observações ante a fauna e flora brasileiras quando tem de consignar as suas notas de carácter social! E seria injusto nas suas apreciações? Pois se êle vira um patrão chicotear um pobre moleque, pelo tremendo crime de apresentar um copo mal limpo ao grande sábio! E assistira ao esbravejamento de um senhor de engenho prestes a separar as mulheres e os filhos de uns tantos escravos, como castigo de certa falta, só o demovendo da brutal medida o próprio interêsse em risco; e sabia que, numa casa fronteira à sua, uma certa sinhá tinha de reserva pinças com que torturava as cabeças dos dedos das suas escravas, à menor falta praticada pelas infelizes.

Morreu o grande sábio sem ouvir talvez os ecos das primeiras arremetidas abolicionistas. Que ao menos o editor das reedições da *Viagem de um Naturalista* se não esqueça de prevenir os leitores de que o Brasil, desde 1886 varreu totalmente da sua História essa humilhante miséria! . . .

* * *

Trinta e dois anos passados. Contudo, ao fazer êste esboço, sem dúvida incompleto, das maravilhas que ainda hoje povoam a minha memória, pergunto a mim mesmo se estamos num crepúsculo precursor de uma noite horrível ou próximo a resolver essa aurora de esperanças de melhores dias para a nossa querida Pátria; se, como consequência dessa *guerra terrível*, que ameaça eternizar-se, uma catástrofe no nosso torturado torrão não me atirárá para aquele país, onde se fala a nossa língua e onde há corações prestes a consolar-nos? É amargo o pão comido no exílio? Sem dúvida: amaríssimo seria, será, o pão comido sôb a pata destruidora do *Teutão-Bárbaro*, ou sob o calcanhar do vizinho que não soube formar connosco uma nação de primeira grandeza e compensar-se-ia, em nós, da sua infeliz política colonial.

Que ao crepúsculo suceda, porêm, uma Aurora de paz, de venturas: nem por isso deixarei de sentir uma saúdade intensa daquele encantador país, de que agora se dizem tantas maravilhas, ainda recentemente descritas por Clemenceau, e narradas mormente por os que sabem ver — o que infelizmente não succede a todos os nossos patrícios. Quando muito repetirão, à ma-

neira panúrgica, a banalidade corrente — aquilo é bonito. O *Primo Basílio*, pôsto que janota, alfabeto e sabido em viagens, não se cansava, pelo visto, a descrever à pobre vítima do seu cinismo, à pobre senhora sepultada no *horror dos Prazeres*, as magnificências da paisagem brasileira. *Ce dont je plains le plus le paysan, c'est qu'il vit toujours au milieu de la nature, et qu'il ne la voit pas* — diz algures a George Sand. A grande maioria dos que se aventuram àquelas plagas vivem dentro de maravilhas que êles não sabem ver. Os estetas, os intelectuais, os sedentos de pitoresco não podem ir gozá-las pelas mesmas causas por que outrora *nem todos podiam ir a Corinto*. Com umas poucas de *pesetas* é possível ver Madrid, Sevilha, Córdoba, Granada; com alguns *francos* bem ratinhados poder-se há ver Paris: ir ao Rio demandará, porêem, tanto quanto a divina Laís exigia dos seus adoradores. Esperemos ao menos de uma intensa aproximação entre as duas nações irmãs, que nos seja possível um dia visitar, com menos do que era lícito levar na bolsa para gozar. . . Corinto, cidades como o Rio, a mais bela cidade da América do Sul, como Clemenceau o confessa, como S. Paulo, transformando-se por maneira vizinha do prodígio — e fixar na retina o panorama grandioso da capital federal. Ah, a surpreendência deslumbrante da baía do Rio de Janeiro!

SILVA BASTOS.



ALVES CARDOSO – A Cozinha do Snr. Abade

(Museu de Arte Contemporânea)

Alma harmoniosa

I

*Alma harmoniosa, que te vais sonhando
por onde a Vida à multidão se esquiva,
com certo olhar de sombra e luz, tão brando,
certa pálida graça pensativa;*

*como outras juntam flores e hervas, quando
a aurora em céu de Maio ri festiva,
e outras se exaltam, colibris caçando
e borboletas, numa tarde estiva;*

*tu, em lentos crepúsculos de outono,
por algum bosque sacro em abandono,
extática de scisma e de tristeza,*

*colhes as vagas músicas diurnas,
gemidos, queixas, lágrimas nocturnas,
em que se trai a dor da Natureza...*

II

*Tal sinfonia colhes, pura e grave,
teu coração lhe dá, e a fazes tua;
e ela a teu doce coração, como ave
ao próprio ninho caro se habitua.*

*E então na fala em tua voz, suave
como fonte a chorar no alvor da lua;
e, como eco de prece em funda nave,
dentro em nós se prolonga e se acentua...*

*Alma harmoniosa, canta, canta! Verte
à gente ansiada em vão, ou tôrva e inerte,
da urna do sonho a embriaguez divina.*

*Revela o gôzo estranho que se goza
sofrendo, e inda uma vez, Alma harmoniosa,
as volúpias do pranto ao mundo ensina!*

CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO,
Da Academia Brasileira.

Les bambous

São de uma das mais inteligentes e interessantes senhoras da colônia brasileira de Paris, os versos que neste lugar hoje publicamos. Versos de emoção e de ternura, dão-nos o direito de saudar na autora um claro e forte talento de poeta, a quem a *Atlantida* gostosamente presta as suas homenagens de admiração.

Les bambous serrés les uns contre les autres m'ont chanté cette chanson :

— Où donc vas-tu jeune fille, dans le vent léger du matin ?

La route est encor grise et froide et nul ne l'accompagne. Reste avec nous. Sur la rive où bientôt viendra le soleil nous te ferons un lit de feuilles...

— Où donc vas-tu jeune fille, dans la lueur du soir doré ? Reste avec nous, l'heure est calme et nous saurons au fil de l'eau bercer ta rêverie... Voici la jonque légère, embarque-toi...



— Où donc vas-tu jeune fille, dans l'épouvante de la nuit ? La montagne est noire et déserte, la voix du torrent mugit contre les pierres... N'as-tu donc pas la crainte de mourir ?

*Les bambous serrés les uns contre les autres m'ont chanté
cette chanson...*

*Mais j'ai continué mon chemin, car ni la brise de l'aurore,
ni la douceur du crépuscule, et ni l'orage de la nuit n'auraient
pu m'empêcher d'aller vers toi!*

L'Intrus

*Va-t'en. Ne chante pas ainsi contre ma porte
O souvenir heureux! Laisse-moi. Tu sais bien
Que mon âme aujourd'hui n'a rien et ne veut rien
Que la sagesse obscure et grave d'être forte.*

*Laisse-moi. C'est en vain que ta chanson m'apporte,
Ainsi qu'un lourd bouquet de roses dont le lien
S'est rompu doucement à force d'être ancien,
Tous les rêves perdus et vagues, de la sorte...*

*Laisse-moi, souvenir heureux, tu m'as lassé...
Je sais qu'il fut un jour où ton chant balancé
Était la chère voix qui berce et reconforte.*

*Je sais qu'il fut un jour... Mais le temps a passé
Et mon amour n'est plus et ma jeunesse est morte...
Va-t'en. Ne chante pas ainsi contre ma porte.*

Nas Margens do Yser

Julho de 1916.

As belas páginas que vão ler-se, foram amavelmente destinadas à «*Allantida*» pelo ilustre cirurgião Dr. Reynaldo dos Santos, ultimamente nomeado pelo Governo para Director do Hospital Português que se está organizando em França. São páginas de um homem de ciência e de um escritor, com raras qualidades de observação, e com uma nobre sensibilidade de latino, que soube ver, julgar e condenar as atrocidades da organização alemã.

Foi numa tarde de Junho que, com o Dr. Alves da Veiga, nosso Ministro junto do Governo Belga, e meu cunhado Pedro Cid, cônsul de Portugal no Havre, nos apeámos em Sainte-Adresse, junto à «*Villa Hollandaise*», uma das mais modestas que povoam a encosta. Colado na pequena porta, via-se um papel, tendo escrito à pena: «*Ministère des Affaires Étrangères*»! . . .

Entrámos e esperámos alguns momentos num recanto, talhado numa salita por um tabique de madeira nua, sem uma pintura, sem um papel, mobilado com três cadeiras de palhinha. E o gabinete do Ministro, onde fomos recebidos, tinha como única riqueza decorativa — mas essa, como era bela! — a vista admirável sôbre o mar!

A instalação dêste ministério, tão resumida, simboliza na sua modéstia, quási miséria, a Bélgica actual.

O Barão de Beyens, que nos recebeu, tem uma figura delgada, esguia, e o tom da face lembra o de um venerando marfim gótico. O bigode grisalho, fino e raro, parece cinzelado em prata velha. É um homem extremamente afável, que nunca sorri: o seu rosto grave, vincado pela desgraça, parece ter perdido, para todo o sempre, a faculdade de sorrir.

Foi graças à sua interferência que obtive a permissão para visitar as ambulâncias belgas e em especial a de La Panne, onde está a Rainha da Bélgica.

A CAMINHO DE CALAIS

Na manhã de 2 de Julho, quando na Cidade corriam as primeiras notícias da ofensiva do Somme, parti de Paris para a Bélgica, no rápido de Calais. O combóio ia cheio de militares, sobretudo ingleses e belgas. Apenas dois civis e uma mulher.

À medida que nos aproximávamos de Creil, o andamento afrouxava e, perto de Amiens, ficámos por algum tempo bloqueados entre combóios de tropas, atrás e à frente, tudo em marcha para o Somme.

Passam por nós soldados canadianos agitando festivamente os jornais ingleses da manhã, com as primeiras notícias do avanço dos aliados.

Mais adiante, australianos de cara rapada e máscara enérgica saúdam os *poilus* do nosso combóio com os seus largos chapéus amarelos de aba levantada a um lado. Vão nos estribos, sentados nos *fourgons*, agachados nos tejadilhos, e, entre cantos, avançam para a *frente*, a 20 quilómetros da qual nos encontramos.

Finalmente, em várias direcções e nas numerosas linhas de Amiens, combóios com artilharia, carvão, cavalos, munições, e seis combóios cheios de feridos; dois desses combóios são dos mais perfeitos que vi, construídos expressamente para esse fim. O combóio 25, côr de *kaki*, pára diante do nosso. Leva feridos sentados, mas a maior parte em macas. Tem sala de operações e pensos, cozinha, *bureau* do médico, quartos para *nurses*, etc. Algumas cortinas, fauteuils e flôres, dão-lhe logo o ar de conforto e elegância sóbria, de que os ingleses teem o segredo. Alguns dos feridos vão sendo pensados.

Em Amiens enfim, o nosso combóio consegue desembaraçar-se do bloqueio, para se afastar na direcção do mar.

Começam então a aparecer os grandes *camps* ingleses de Étaples, com as tendas de lona circulares, as *huts*, e as barracas indianas. São depósitos de tropas, grandes hospitais e campos de treno, ocupando uma extensão considerável sobre as dunas e constituindo a mais importante *base* inglesa.

Ao fundo, Paris-Plage e o encantador Hospital da Duquesa de Westminster.

Em Wimereux, novo campo mais pequeno.

Depois, Boulogne, cheia de letreiros ingleses, onde a moeda inglesa corre como a francesa.

Finalmente, Calais, negra e fumarenta, onde chego com grande atraso.

Só na manhã seguinte poderei seguir para a Bélgica: assim me informou o General Clooten, a quem me dirigi e que muito amavelmente se propôs arranjar tudo, para que eu conseguisse realizar o meu desejo.

Aproveito para dar uma volta pela cidade e vou até Calais-Plage.

Calais tem um ar semi-francês, semi-inglês, o que as oscilações da sua história explicam.

E é curioso ver estas antigas cidades, como Rouen, Boulogne, Calais, outrora ocupadas pelos ingleses como inimigos e que hoje o estão de novo... *por bem*, como diria o nosso D. João I. Por isso se acham aqui, como em sua... antiga casa.

As ruas principais, que vão até ao pôrto e à praia, estão cheias de uma multidão de soldados ingleses, belgas e até franceses. Diante de um *placard* com os últimos telegramas, há grupos numa alegria exuberante.

Na praça, o grupo de Rodin — *Les bourgeois de Calais* — é uma obra-prima, que assenta num pedestal vergonhosamente mesquinho. O bronze tem uma *patine* admirável. Nas docas, três navios hospitalares aguardam feridos.

O movimento é enorme, neste Domingo, que parece de Setembro, pela luz húmida e pela frescura penetrante do ar.

Na praia, o Casino foi transformado em hospital. Na galeria envidraçada, que dá para o mar, perpassam algumas *nurses*, brancas e azuis, rosadas e sorridentes.

A praia extensa, de areia fina, está duma animação de Domingo de paz. Raparigas e crianças jogam a bola, correm e brincam animadamente com os soldados.

Sento-me na areia a percorrer o «Daily Mail», e assisto depois com os olhos pregados no mar, a um pôr de sol nublado, cheio de laivos de púrpura, ensanguentando as costas da Inglaterra, que mal se adivinha ao fundo, do outro lado do estreito...

Ao voltar para o hotel, deparo com os «bourgeois de Calais» iluminados pelos restos de poente. Parecem acordados do seu sonho de bronze, envolvidos por um momento numa auréola dourada de ressurreição. Vão a caminho do mar! com as faces e os gestos transfigurados por uma irradiação, que dir-se-ia de luz interior, gorada no heroísmo do seu sacrifício. E, com os dorsos

de bronze mergulhados na sombra, ganham uma expressão mais forte de resignação profunda!

Depois, a noite cai, e Calais começa a envolver-se numa gaze rôxa de melancolia feita da bruma do mar e da humidade das terras alagadiças da Flandres.

Se as tardes são sempre tristes nestas regiões, as circunstâncias dão-lhes agora uma tristeza mais intensa ainda.

A CAMINHO DA BÉLGICA — LA PANNE

Na manhã de 3, às 9 em ponto, apresento-me novamente ao General Clouten. Tudo se arranjava: parto dentro de um quarto de hora! . . .

Mal ouço as suas instruções: «Um automóvel do Quartel General levar-me-há até Ghyveld, na fronteira; e aí, um oficial do Estado Maior belga espera-me, para me conduzir até La Panne».

Minutos depois, sòzinho, numa esplêndida *limousine* Minerva, rólo pelas estradas da Flandres francesa, a caminho da fronteira.

Atravesso Gravelines, «*petite et laide*», como dizia de Beatis, o escriba do Cardeal Aragon, quando por lá passou no século XVI.

Imobilizado na gare, um combóio belga conserva os arquivos de não sei que cidade.

A estrada corta numa recta a planície verde e luminosa. Rodam numerosas filas de *camions*. Mulheres e velhos trabalham estes campos fecundos, dos mais ricos da Flandres.

Adiante de Loon, à beira da estrada, um pelotão de ciclistas belgas, com auto-metralhadoras, descansa.

Depois, aparecem-nos Dunkerque e os seus canais. Cidade negra e triste. Algumas casas queimadas ou arrasadas, restos do bombardeamento alemão dirigido por cima da Bélgica.

Em Ghyveld, o Comandante De Leew, do Estado Maior, adjunto ao Quartel General, espera-me, com ordem de me acompanhar, instalar e apresentar em La Panne.

É um homem novo, de maneiras distintas, duma afabilidade encantadora.

O auto róla outra vez e julgo termos passado a fronteira . . .

—«Est-ce déjà la Belgique?» pergunto a De Leew.

—«Déjà *et encore* la Belgique» responde-me sorrindo.

A minha comoção, ao atravessar o solo sagrado da Bélgica, é

intensíssima e faz-me pensar no enternecimento religioso dos antigos peregrinos cristãos, ao pisarem a Terra Santa.

Dentro em pouco estamos em La Panne. É uma antiga praia de banhos, pitoresca pela distribuição irregular das *villas* sobre as ondulações das dunas. Um dique, como o de Ostende, estende-se ao longo da praia, que é muito extensa e plana.

La Panne, outrora apenas freqüentada pela burguesia desta região da Flandres, está agora ocupada por tropas belgas, e é notável por possuir uma ambulância cirúrgica modelar. Finalmente, ennobrece-a a presença do Rei e da Rainha dos Belgas.

A cêrca de 10 quilómetros de Nieuport, e portanto da linha de fogo, adormece-se e acorda-se diariamente ao som do canhão, quando não se ouve passar, por cima da cabeça, o silvo dos obuses, que a artilharia pesada envia para lá da fronteira belga, até Dunkerque.

Todas as manhãs, da varanda do meu quarto, aspirava o ar fresco da costa e assistia às evoluções, que a cavalaria e a infantaria faziam ao longo da praia.

Mais tarde, os soldados banhavam-se todos no mar.

Pela praia, renques de arame farpado; e, mesmo defronte da minha janela, trincheiras cavadas na areia e sustentadas por sacos constituem, com as suas metralhadoras e os soldados que as ocupam, postos de vigilância e de defesa da costa.

Barcos de pesca balouçam-se aqui em frente, no mar; e, no horizonte, cruzam numerosos vasos de guerra ingleses, que, não raro, bombardeiam a costa ocupada pelos alemães, com os grandes canhões da marinha.

A manhã e a tarde passo-as na ambulância.

Às 9 da noite está tudo recolhido, e qualquer civil encontrado mais tarde, na rua, é preso. As luzes apagam-se cedo e em La Panne adormecida, velam apenas o piquete de cirurgiões e *nurses* do pavilhão de urgência da Ambulância, e as sentinelas da costa. De vez em quando, passa no céu, scintilando, a pequena luz vermelha de um aeroplano em exploração.

*
* *

A Ambulância do Prof. Depage, foi fundada pela Rainha, que teve a idéa audaciosa e inteligente de fazer do *Hôtel de l'Océan* um importante núcleo hospitalar, perto do *front*. Convidou Depage para a sua organização, e a Cruz Vermelha Belga

encontrou os recursos para que a sua instalação se fizesse perfeita. O exército sustenta-a.

Actualmente, êsse primitivo núcleo acha-se rodeado de barracas e anexos de toda a ordem, que permitem hospitalizar 1.000 feridos e tratá-los com tal prontidão que se chegou a trazer um ferido da frente, num quarto de hora.

Cozinhas, lavandarias, banhos, laboratórios, serviços especiais de dentista, de prótese, de mecanoterapia, de electroterapia, de fabricação de instrumentos; 150 enfermeiras, parte belgas parte inglêsas, sob a direcção de Miss Campbell; 15 médicos da maior competência, cada um encarregado dum serviço especial; serviço de ambulâncias automóveis — tudo dirigido por Depage e sob o alto patrocínio da Rainha: tal é a ambulância modelar, cujo funcionamento estudei e segui durante uma semana.

As manhãs de visita aos pavilhões constituem uma alta lição clínica e moral. A organização é tal, que um pavilhão com 120 a 140 doentes, é visitado em 2 $\frac{1}{2}$ horas, vendo-se todos os pensos.

A Rainha, de pequena estatura e franzina (sobretudo ao lado de Depage, que é alto e espadaúdo), tem um ar de doçura e quasi de timidez, que encobrem uma tenacidade admirável. Fala baixinho, quasi em segredo, e os seus passos miúdos e silenciosos, que nos precedem à entrada das salas, seguem-nos na visita dos doentes.

Depois do exame das feridas, a que ela assiste aparentemente serena, nós seguimos e ela fica curvada discretamente sobre os seus soldados, segredando-lhes palavras, que nunca ouvimos, mas que lhes acendem no olhar uma expressão de gratidão, de conforto e de esperança.

Nenhum é indiferente à sua passagem. E esquecem-se da gravidade das feridas, ou das suas mutilações irremediáveis.

Lembro-me dum oficial, muito novo, com um olho tapado por uma pala. O olho está perdido, diz Depage; mas já o ferido atalha sorrindo: «*Mais ça n'a aucune importance!*» E a sua expressão era de tal maneira alegre e sincera que, dir-se-ia realmente, êle não lhe ligava importância alguma, para não a confranger.

A um oficial, que pela quarta vez era ferido e pela segunda baixava ao hospital, cego dum olho pela primeira vez, e voltando agora com feridas profundas na côxa e no braço, Depage perguntou: «*Vous avez déjà été décoré?*» Êle responde, sorrindo:

«Oh! je penche tout d'un côté...» E a Rainha, sorrindo-se: «D'où êtes-vous?» «Je suis d'Ypres, Madame... alors, vous comprenez, il y a des comptes à régler!» E dizia-o com uma decisão simples e alegre.

A Rainha segue os progressos da Ambulância dia a dia, com um interesse inteligente; verifica os resultados dos novos métodos como o de Carrel, as indicações das suas curvas, os sucessos das reuniões secundárias, e à tarde colabora nos pensos.

E esta dedicação constante é feita com modéstia, sem ostentação, silenciosamente, como o rito simples duma religião de carinho e bondade.

O Rei é um soldado. Para se encontrar a sua figura forte, nobre e taciturna, é preciso procurá-lo no meio do exército ou nas próprias trincheiras, onde os seus camaradas, como êle lhes chama, se batem.

Quanto a Depage, cirurgião famoso, professor da Universidade de Bruxelas, tem hoje em tórno da sua vida, uma série de dramas heróicos, alguns dos quais comoveram o mundo dum extremo ao outro. Êsses dramas atingiram-o na vida profissional, nos seus affectos de família e na sua pátria.

Conheci Depage em 1911, por ocasião do congresso da Sociedade Internacional de Cirurgia em Bruxelas. Era já considerado como um organizador de primeira ordem. A sua inteligência é clara e forte, impõe-se a superioridade do seu carácter. A guerra atingiu-o bem cruelmente.

Logo que a Cruz Vermelha Belga, desprovida de recursos, procurou reconstituir-se sob uma nova direcção, de que Depage fazia parte, sua mulher, decidiu partir imediatamente para a América para angariar fundos. Embarcou em 27 de Fevereiro de 1915. Percorreu os Estados Unidos duma costa à outra; esteve nos principais centros, desde New-York até S. Francisco; e, em menos de três meses, recolheu mais de 100.000\$, além doutros donativos especiais.

Em fins de Abril, embarcou para a Europa. Já vários amigos tinham insistido em a trazer antes dessa data. Mas M.^{me} Depage recusou-se, emquanto não obteve a sóma que tinha fixado de antemão. Só então voltou.

Embarcou no *Lusitânia!*

No dia 7 de Maio — como esquecer a data dessa tragédia! — o *Lusitânia* foi torpedeado.

M.^{me} Depage poderia ter tomado lugar num barco salva-vidas, mas recusou estóicamente. E, na ponte do navio já tombado, viram-na ainda, tratando um marinheiro ferido pela explosão do torpêdo . . .

Entretanto, os barcos afastaram-se; o *Lusitânia* continuou a mergulhar, e pouco depois, M.^{me} Depage, cumprido o seu último acto humanitário, lançava-se ao mar. O seu corpo pôde ser recolhido nas costas da Irlanda, levado para Queenstown e de aí para La Panne, onde jaz sôbre as dunas, perto do Hospital, que seu marido dirige.

Depage, cujos estudos sôbre o problema da construção e organização dos hospitais são bem conhecidos e lhe tinham ganho uma grande autoridade, tomara há anos a iniciativa de resolver o problema da enfermagem na Bélgica. E é outra recordação da sua vida a cujo desfêcho se liga uma nova monstruosidade alemã.

Fundara, cêrca de cinco anos antes da guerra, uma escola de enfermagem em Bruxelas, e pusera-lhe à testa uma *nurse*, que tinha mandado vir de Inglaterra, algum tempo antes, para o seu serviço.

Essa iniciativa foi fecunda e, quando a guerra rebentou, êsses esforços continuados tinham já espalhado pela Bélgica numerosas discípulas, que essa *nurse*, admirável pelo seu ensino, pelo espírito organizador e pela disciplina, criara.

A guerra, porém, separou Depage da sua colaboradora. Enquanto êle seguiu o exêrcito belga, ela ficou à testa da sua clínica de Bruxelas, transformada em ambulância, tratando belgas e alemães. Essa separação, como a de sua mulher, que embarcara para a América, foi definitiva. Alguns meses depois, numa madrugada fria de outubro, a *nurse*, colaboradora preciosa de Depage, foi assassinada por um oficial alemão, depois dum simulacro de processo . . .

Chamava-se Miss Cavell!

Não se dá hoje um passo na Bélgica, não se interroga a vida duma família, ou a crónica recente duma aldeia, que se não depare uma tragédia.

Esta foi, como as tragédias gregas, acompanhada dum còro formidável, que ainda hoje ecôa justiceiramente na consciêcia universal.

NA BÉLGICA

Foi no dia 5 de Julho que, com o Dr. Thooft, médico municipal de 1.^a classe, junto ao Quartel General Belga, percorri de automóvel todo êsse resto da Bélgica, que uma linha de água e de fogo tornou inviolável.

A região era das mais ricas da Flandres.

Terras de pastagem sulcadas por numerosos canais, extensas planícies atapetadas por uma verdura escura e húmida, cobertas por aquele céu baixo e nublado dos quadros de Van-der Neer, apenas, às vezes, duramente batidas pelo vento do mar, que desfolha as árvores, as inclina insistentemente para leste.

As costas dunosas, cobertas aqui e ali por uma penugem cinzenta e rala, teem o mesmo ar calmo e triste de certas regiões do Norte de Portugal, que Sousa Pinto fixou nos seus *pastéis* húmidos e luminosos, de longes infinitos.

A luz não é brilhante como no Sul, e Denys Rydandt fazia-o notar a certo pintor dizendo: «*A luz não é gloriosa, é afectuosa*».

Com efeito, tudo na Flandres se impregna dessa suavidade que se reflecte na pintura dum Memling ou dum Petrus Christus, na doçura da escultura em madeira da sua imaginária medieval, e até no carácter da sua arquitectura civil e religiosa. É ela que dá às aldeias um recolhimento, e aos homens uma afabilidade simples e grave.

Um rio, outrora sem história, percorria em meandros minuciosos toda esta planície alagadiça, e, das suas margens despidas de árvores, irradiavam numerosos canais, que levavam, através as granjas, a fecundidade das suas águas.

Era o Yser. Não tinha história. Todos os rios teem uma alma. Os poetas dão à alma dos rios o carácter das regiões que atravessam. Para êstes o Minho é risonho, e a alma do rio Douro austera. A do Yser era laboriosa e simples, como a dos flamengos.

As pequenas cidades e as aldeias, desta parte da Flandres ocidental, eram as menos conhecidas dos *touristes*, e até mesmo Ypres, apesar de possuir o mais belo monumento gótico da arquitectura civil do mundo inteiro, escapava freqüentemente à visita de admiradores sinceros da arte flamenga.

Todavia, essas pequenas cidades tinham, na sua beleza sóbria,

silenciosa e recolhida, um encanto de intimidade que as tornava mais sentidamente amadas por quem as conhecia.

Todas tinham a sua tradição histórica, algumas tinham-a gloriosa, e a crónica emoldurava os seus monumentos em tradições simples mas preciosas.

O mundo mal conhecia os nomes de Loo, de Lampernisse, de Ramscapelle, de Nieupart, de Dixmude, e até de Furnes.

Só a rainha delas, «*Ypres, la Reine*», tinha um título à celebridade mundial.

Veio a guerra, e essas cidades sem fama, incendiadas, vandalizadas, arrasados os seus monumentos, despojadas dos seus *beffrois*, das suas Halles, nuas, semi-mortas, entraram gloriosamente na História, pela porta do martírio!

Quem, no desejo de respirar o último perfume das suas almas, ou assistir à sua agonia, fizer esta peregrinação dolorosa, encontra-as vazias, sem habitantes, ou mesmo — já as não encontra!

Vi o que resta de Lampernisse: Um pedaço de muro rôto por três ogivas.

E era tudo!

Todas tinham preciosidades de arte. Raras puderam ser salvas duma destruição, metódicamente cruel.

Uma solicitude piedosa, semelhante à que recolheu e socorre os feridos, abrigou no *Petit Palais*, em Paris, algumas relíquias da arte flamenga.

Lá encontrei, expostos, restos da riqueza decorativa das igrejas e dos municípios de Ypres, Poperinghe, Loo, Nieupart, etc.

Na mistura de obras tão diversas, pela época, proveniência e carácter, sente-se a desordem duma fuga espavorida.

E nada mais comovente do que ver, em Paris, uma das portas das Halles de Ypres, esburacada pelas balas, dando entrada a êsse Museu de salvados, onde há armários, mesas e cadeiras do século XVII, vindos de Ypres, ao lado dum quadro atribuído a Van der Weyden, vindo de Ostende; estátuas e medalhões; um cadeiral completo; estantes de côro do século XVIII, de Poperinghe, misturados com bandeiras e colares de Nieupart e Furnes.

Pelas paredes, coiros de Córdova, veludos de Utrecht, bandeiras das Sociedades corais, dos Arquivos da Sociedade de Retórica de Nieupart, esfarrapadas, sustentando ainda no seu retículo de seda o velho escudo do Leão do Brabante.

Um S. Sebastião vindo de Nieucapelle, lembra um *Greco*, e,

entre as maravilhas da escultura em madeira, há uma chave de abóbada do século xv, em que uma virgem gótica sustenta apenas o tronco mutilado dum menino degolado por um estilhaço de granada.

Retábulos atribuídos a Petrus Christus e um tríptico a Van Orley foram atravessados pelas balas, feridos em plena côr; móveis desconjuntados, lindas arcas góticas com os tampos reben-tados pelas bombas, cadeiras amputadas das pernas ou dos braços, tudo espera aí a volta aos antigos lares. Uma Adoração dos pas-tores, admirável baixo-relêvo em carvalho do Norte, ficou de tal maneira negro e carbonizado, que dir-se-ia esculpido em carvão; e uma Virgem gótica de alabastro, trazida de Ypres, sorri ainda, tendo conservado através da tortura do fogo, os seus gestos de-licados e transparentes.

Dos objectos do culto da igreja de S. Martinho de Ypres, essa jóia architectónica hoje arrasada, alguns conservam irisações estranhas das chamas; um cálix torcido parece surpreendido numa convulsão de dôr; e há corôas, bandejas e estanhos parcialmente fundidos, colares mutilados, tudo provindo dessas Pompeias, em que se transformaram as pequenas cidades da Flandres.

FURNES

Nesse dia, começámos a visitar Furnes.

Furnes era uma pequena cidade flamenga, das mais antigas e calmas.

Mal se recordavam já as antigas devastações dos Vândalos, e sob o ponto de vista guerreiro, apenas conservava com orgu-lho a memória duma célebre batalha no século XIII, a que o seu nome ficou ligado.

Nos restos góticos das suas igrejas e na riqueza elegante dos seus monumentos e habitações dos séculos XVI e XVII, Furnes guardava o espírito da sua vida de outrora, de calma honesta e silenciosa.

A harmonia da *Grande Praça* era encantadora.

Não tinha a celebridade da de Bruges ou da de Bruxelas, mas tinha a intimidade de nenhuma outra.

Victor Hugo, que aí passou em 1837, escrevia (certamente do Hotel de «La Pomme d'Or»), uma carta à sua Adèle, descrevendo-

-lha nestes termos: «J'ai sous les yeux, chère amie, une des plus jolies places, que j'ai encore vues; vis-à-vis de moi, un noble Hôtel de Ville de la Renaissance, dont le beffroi est gothique, quoique gâté à son sommet par une balustrade à mollets; à gauche, plusieurs logis de divers styles, fort bien conservés; en face, à coté de l'Hôtel de Ville, quatre ou cinq gracieux pignons du XVI siècle, au-dessus desquels se découpe, dans le crépuscule, le profil d'une nef gothique; enfin à droite, une belle embouchure de rue, ourlée d'un coté d'un petit châtelet fort sévère et fort curieux, de l'autre d'un élégant fronton espagnol à rocaïlle accouplé à plusieurs autres, le tout dominé par une superbe flèche tout en brique qui est d'une ligne magnifique.

Ajoute à ces trois façades mon côté que je ne vois pas et qui les complète; mets au milieu un fort beau pavé à compartiments de couleur, immense mosaïque qui tient toute la Place, et tu comprendras, mon Adèle, que si tu y étais, et les enfants avec toi, la place de Furnes n'aurait rien à envier à la place Royale».

Êsse aspecto, Furnes conservava-o havia mais de três séculos. E assim se mantinha esquecida, no meio dos canais, apenas frequentada na ocasião das suas procissões, célebres na Flandres como as de Sevilla na Andaluzia, e que representavam talvez o resto da influência espanhola. Era por isso chamada — *la ville Sainte*.

Veio a guerra! E quando, diante da invasão alemã, o exército belga foi obrigado a recuar até ao Yser, o Grande Estado Maior ocupou Furnes.

Desde então, nessa cidade de silêncio, nunca mais se deixou de ouvir o canhão!

Aí recebeu o Rei Alberto, nos começos de Novembro, a visita do presidente Poincaré, de Joffre, do ministro Millerand, e, um mês depois, do Rei Jorge V de Inglaterra e do príncipe de Galles.

Na Grande Praça, passou frequentemente o Rei dos Belgas revista às suas tropas e aí condecorou os heróicos soldados, que, entre Nieuport e Dixmude, detiveram os ataques desesperados dos alemães.

Da sua calma e silêncio seculares, Furnes passou à agitação dum grande quartel general, no momento duma das mais trágicas batalhas da guerra actual.

E reviveu as horas bélicas do século XIII!

Durante mais dum ano Furnes foi continuamente bombardeada.

Logo ao comêço, duas granadas caíram no «*Hôtel de la Noble Rose*», cujo título gracioso recordava uma gentil tradição da guerra das duas Rosas. O andar nobre apresentava-se forrado de belas *boiseries*. O edificio era dos mais antigos de Furnes.

E aqueles dois obuses foram os seus últimos hóspedes. . .

Depois, uma a uma, as casas vizinhas foram caindo ao longo das ruas tristes, ardendo e aluindo, destruídas pelas explosões formidáveis da artilharia alemã, que insistentemente procurava atingir em Furnes, o Estado Maior belga. . . e talvez o Rei!

E a cidade teve que ser abandonada.

Algumas preciosidades do seu Hôtel de Ville, das Igrejas de S^t. Nicolas, de S^{te}. Walpurgis, ou do Tribunal, que ostenta o *beffroi*, foram recolhidas, como disse, para Paris. A Grande Praça que não tem um vidro inteiro, conserva ainda hoje as três tôrres altivamente de pé. É um dêstes acasos de felicidade, em que a Providência não foi pródiga para com a Flandres.

Por isso Furnes não está ainda morta: vazia, cheia de feridas e de brechas no seu corpo sagrado, Furnes dorme apenas. . . e espera!

O Hôtel de Ville espera a volta às suas paredes dos coiros de Córdova e do veludo de Utrecht, que forravam a sala échevinal, e espera os Sneyders e os belos pórticos da Renascença; S^{te}. Walpurgis conta que a sua Virgem de mármore, os seus anjos de prata, o tríptico de Van Orley, o seu magnífico cadeiral, voltarão ao seu santuário.

E é comovente pensar nos momentos de angústia que, em tórno dessa Praça, a alma secular dos seus monumentos deve ter vivido!

Separados dos seus habitantes e das riquezas de arte, que os adornavam, sofreram isolados, durante meses, êsse suplício horrível de ver a todo o momento chegar a morte, a que se sentiam condenados.

Em tórno, caíram, uma a uma, as velhas casas suas irmãs, e os incêndios avermelhavam a miúdo a palidez triste das fachadas amareladas de tejolo da Flandres.

A cada nova granada, que sibilava, a sua alma contraía-se de dor, pensando que seria essa a sua vez.

A cada explosão, estremeciam e gemiam os velhos arcaboços, e um estertor e gritos de dor saíam-lhe pelas vidraças estilhaçadas.

E a angústia recomeçou.

Esta tortura durou meses, até que em Março dêste ano cessou!

Quando, nessa tarde de Julho, entrei na *cidade santa*, «*Furnes la noire*», como a vira Goffic, estava vazia.

A meu lado, o Dr. Thoof, com o seu belo tipo de Frans Hals, fez-me percorrêr a pé, minuciosamente, as suas ruas, enquanto o automóvel tornejava a cidade, para nos esperar mais longe.

Fóra dela, numerosos acantonamentos de tropas; dentro não há viv'alma.

O silêncio é absoluto! Só nós dois a atravessamos. Os passos regulares e graves de Thoof, ressoavam na calçada como se fôsse de noite.

À entrada da rua, viam-se as fachadas das casas alinhadas, e, numa primeira impressão, tudo pareceu de pé — como Verdun, que, a um quilómetro de distância, dir-se-ia intacto. Mas avançámos, e ao olhar pelas primeiras janelas, esburacadas, reconheci que não restava senão ruínas!

O que o obus derrubou, o incêndio depois consumiu.

As frestas de algumas caves tinham sido tapadas com sacos de cimento, para proteger dos estilhaços; mas a chuva endurecendo-o, transformou-os em pedras, engastadas duramente nas grades dos respiradouros.

Percorro ruas entre alas de ruínas. Todavia, mesmo arruinadas, algumas fachadas da boa época conservam um resto de elegância, no recorte dos seus *pignons* denticulados, ou na decoração das janelas.

Portas entaipadas, escondem ruínas; outras, escancaradas ao vento e à chuva, manifestam-nas...

É a verdadeira *cidade morta*, como Rodenbach proféticamente tinha visionado Bruges!

Chego à «*Noble Rose*», cujo título se vê agora escrito a giz numa porta improvisada, tendo por debaixo — *Vins*.

Por detrás do único vidro inteiro do rés-do-chão alto, há algumas velhas garrafas alinhadas. São os restos da cave famosa, que agora se vendem aos soldados, quando atravessam a cidade.

Entramos então na Grande Praça!

É a encantadora praça flamenga, ainda como Hugo a vira, com as casas do comêço do século XVII, estreitas, de *pignons* recortados, mainéis da renascença, as molduras e os lavrados de

pedra, delicados e duma elegância caprichosa. Algumas teem restos de dourados, como as casas das corporações de Bruxelas; todas são diferentes, predominando nelas os tons amarelos escuros ou cinzentos do tejo da Flandres; e esta assimetria acrescenta-lhe pitoresco.

Ao canto e à direita, o Hôtel de Ville e a sua entrada lateral, com um balcão lavrado e arrendado, e o escudo, com o leão da Flandres em cima. Há restos de ouro na fachada negra.

Ao lado, fazendo canto com êle, o Palácio de Justiça, com finas esculturas em nichos da Renascença, e encimando-o — o *beffroi*.

É uma das três tôrres de Furnes; as outras são a flecha de S.^{te} Walpurgis e a tôrre maciça de S.^t Nicolas, em frente.

O *beffroi*, de bela proporção, com longos colunelos e ogivas, remata por uma lanterna semi-árabe, que nem é da época, nem do estilo, nem do gôsto do *beffroi*, sôbre que repousa. Foi o espanhol, certamente, que a colocou lá!

S.^{te} Walpurgis está por detrás, com a flecha elegante datada de 1628.

E estando todos os vidros de Furnes partidos, os seus vitrais estão na maioria intactos! O belo interior encontra-se vazio e o belo cadeiral, que o decorava, foi levado para Paris.

Quási defronte do Hôtel de Ville, perto do albergue de onde certamente Hugo escrevera a sua carta, está S.^t Nicolas.

A *tôrre* foi a única atingida pelo bombardeio; mas, parcialmente derrubada, sofreu já uma restauração suficiente para a conservar. Ao lado há uma pastelaria: na montra, tortas, *petits-fours* e pastéis com creme!

Este requinte inesperado de guloseima, no meio duma cidade bombardeada e abandonada, é na realidade inesperado.

E não há muito, uma loja de modista vendia o resto dos seus chapéus! Foi M.^{me} Croizat, a célebre cantora da Ópera Cômica, que, em La Panne, me contou depois êste pormenor.

O único habitante porêm, que nunca abandonou Furnes, mesmo nos dias mais terríveis do seu bombardeamento, foi o boticário!

A sua casa, na Praça, tem a janela baixa, meio entaipada, deixando ver o letreiro — *Pharmacie*. E, como era fotógrafo amador, saía nos momentos mais vivos do bombardeamento, para colhêr no seu *kodak* os aspectos flagrantes das derrocadas e dos incêndios.

É hoje o único habitante de Furnes, e lava ainda todas as manhãs, o pedaço de passeio, defronte da sua porta amarela, segundo o velho hábito flamengo.

Dando a volta a S.^{te} Walpurgis, encontro um velho pórtico do século XIV, todo envolto em verdura. E mais adiante, onde era outrora o mercado, há uma pequena praça, cheia de árvores, cujas copas redondas e baixas, projectam uma sombra regular triste, na relva macia, dando acesso ao *béguinage*.

Depois, atravessamos a última rua, de construções mais modernas, precisamente as mais poupadas, e, já de fóra da cidade, vejo de novo as três tórreres erectas, por onde os pescadores se regulam nas suas viagens costeiras, segundo me vai dizendo Thooft.

OESTKERKE E A VOLTA

Continuamos a visita por Steenkerke, uma das ambulâncias divisionárias.

O coronel médico seu chefe, que dirigia o serviço de saúde em Liège nos terríveis dias da invasão, conta-nos pitorescamente os três meses que passou na Alemanha, como prisioneiro.

Seguimos depois com êle por Avecapelle para Oestkerke.

Entramos na actual *zona vulnerável*. Atravessamos as antigas linhas belgas, hoje abandonadas. As trincheiras estão alagadas de água e o arame-farpado enferrujado e derrubado.

Chegamos às novas linhas. A vida civil, de há muito que desapareceu. Por toda a parte, um silêncio e um isolamento, que são só aparentes. Aqui, são baterias de artilharia, umas verdadeiras outras simuladas; a caminho da frente passam carros carregados de grandes ramagens para *camouflages*, vindos de longe, da região de Calais.

Cruzamos automóveis de abastecimento, ambulâncias de feridos, tropas que voltam de ser revezadas; e, por todas as granjas e abrigos por onde passamos, há soldados, cavalos, viaturas, tudo num contínuo movimento, sem ruído e perfeitamente ordenado.

Atravessamos o grande canal que vai ao Yser, e, já perto de Oestkerke, como para nos saudar, começa o canhoneio.

Entretanto, chegamos à Ambulância do Prof. Depage, instalada poucos dias antes, em pleno campo, a descoberto, a menos de dois quilómetros da frente, e apenas protegida por duas gran-

des cruces vermelhas: uma numa bandeira desfraldada ao vento, outra pintada no teto da tenda, para ser vista (e respeitada?) pelos aviões.

Em face de nós Dixmude, amputada da sua tôrre!

Das cidades martirizadas desta região, Dixmude foi a única que os alemães tomaram, e o seu nome está hoje ligado à odisseia heróica dos fuzileiros de marinha, cantada numa prosa admirável pelo poeta Le Goffic.

Nothomb disse dela, orgulhosamente: «Si la plus douloureuse, d'entre vous, a été possédée par eux, elle ne s'est du moins pas livrée vivante!»

Pervyse, também arrasada, os altos telhados das suas casas baixas abatidos, fica-nos à esquerda.

Dois obuses, que caem defronte de nós, incendeiam uma granja, donde saem grossas colunas de fumo!

Esta é a região, que mais feridos dá a La Panne; para os lados de Nieuport, as inundações do Yser, que ainda persistem, afastam as linhas inimigas, e em Nieuport, onde as linhas se aproximam, são os franceses, que as ocupam. Para o sul de Dixmude, novas inundações afastam as frentes dos dois exércitos, e o contacto só se faz de novo para o sul, pouco antes de Ypres.

A ambulância de Oestkerke tem uma instalação perfeita; quatro automóveis, e uma tenda, servem exclusivamente para operar os feridos do abdómen, em que a precocidade da intervenção é tudo.

E para que o seu transporte se faça mais ao abrigo, aproveitou-se um canal que vai de aqui serpenteando até ao Yser, atravessando as linhas belgas.

Um barco de fundo chato, com um pequeno motor a gasolina, transporta os feridos suavemente, em cerca de meia hora, da frente até aqui.

Voltamos à estrada de Ypres, atravessamos Hoogstade, cheio de tropas, e vamos mais adiante à ambulância do Dr. Willems, ocupada primeiro pelos inglêses, presenteada depois aos belgas. Era um antigo hospício de velhos quasi sôbre o Yser.

Pela segunda vez neste dia, chego às margens dêste rio trágico! A esta hora, em que o sol baixa já por detrás das dunas para mergulhar no mar, as águas do Yser parecem mais sombrias e espessas. Aqui, é um largo canal, de margens altas e desarborizadas, atravessando a terra gorda revestida sempre da mesma

relva escura e húmida, com as águas silenciosas e negras, rolando dolorosamente sôbre o seu leito de morte e horror das visões passadas.

Nos dias terríveis do outono de 1914, essas águas ensanguentaram-se da maneira mais trágica . . . Foi o «*Yser rouge!*»

Nelas se afogaram as últimas esperanças teutónicas . . .

Voltamos ao grande canal de Loo, passamos essa ponte tantas vezes atravessada desesperadamente, nos combates de Novembro.

E a caminho de Hoogstade, para retomar a estrada de Furnes a Ypres, cruzámos Lampernisse, de que resta apenas, como disse, um pedaço de muro da velha igreja.

Um crucifixo de marfim, atribuído a Du Quesnoy, e o colar e atributos da Sociedade de S. Sebastião são as únicas *épaves* do naufrágio de Lampernisse.

Não é uma aldeia morta, mas desaparecida, riscada para sempre da superfície da Flandres.

Em Perthem, em Alveringhem, sempre o mesmo abandôno, as mesmas ruínas. Não se vê um civil.

O Dr. Thoofte tem que me deixar na ambulância de Willems, mas outro automóvel, vindo de Ypres, conduz-me a La Panne.

E de aí a pouco, com dois oficiais belgas, numa carreira vertiginosa, voltámos de novo a Hoogstade. Deixando a torre de Bulscamp à esquerda, atravessámos mais uma vez Furnes, e à saída virámos na direcção de Nieuport.

Vamos ao longo do canal. À direita, Ramscapelle, de dolorosa memória, arrasada e quási submersa. Estamos já na zona francesa, desaparecem os *kakis* belgas e só se vêem os uniformes *bleu-horizon* . . .

Mas não entramos em Nieuport porque é já tarde; e, cortando para o mar, voltamos por Coxyde, restituídos de novo à vida civil. As crianças brincam à beira da estrada e as mulheres voltam do trabalho dos campos.

Quando chegámos às dunas de La Panne, anoitecia. Recolhi ao hotel, enquanto o automóvel voava de novo para Ypres.

Sentia a alma cheia duma emoção, que me constrangia e me exaltava. Tentei fazer reviver, na minha memória, os sítios por onde passara, na ânsia de conservar dêles uma imagem viva e detalhada.

Mas a excitação de tantas emoções angustiosas e belas não me deixava recordar pormenores nem fixar detalhes.

Só via a vasta planície semeada de ruínas, serpenteada por um rio de sangue.

Dessas ruínas não emergiam as antigas tórres, altivas, nem os *beffrois*, nem as Halles magníficas; e dentro dos últimos arcos góticos dos seus monumentos religiosos ou civis, não se torciam já as primitivas curvas flamejantes, que simbolizavam as aspirações do seu sentimento religioso ou o ardôr do seu patriotismo.

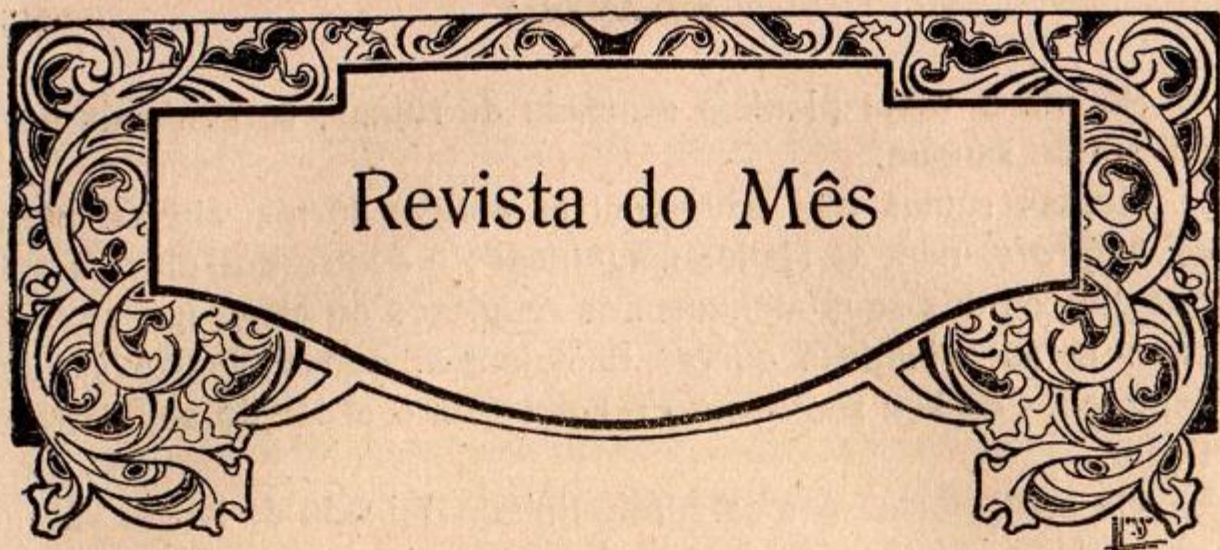
Os contrafortes das catedrais tinham deixado de lançar sôbre as absides abatidas os jactos elegantes dos seus arco-botantes.

Mas, mais alta que os *beffrois*, que as agulhas de S.^{te} Walpurgis, que as tórres de Dixmude ou de Nieupart, eu sentia subir para o céu baixo e nebuloso da Flandres uma aspiração constante, contorcionada de dôr e ódio, clamando vingança.

Era a alma errante da Flandres. Ela ondula sôbre as dunas, confundindo os seus lamentos com os do mar, envolvendo-se na atmosfera brumosa, como num manto, feito da humidade das terras e da tristeza dos seus habitantes.

E no meu espírito, essa visão continuou errando sempre, dantesca, infernal . . .

REYNALDO DOS SANTOS.



CARTA DO BRASIL

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

Não devem ser poupados esforços por parte de Portugal e do Brasil para que cada vez se conheçam melhor êsses dois países.

É de facto lastimável ver-se o quanto ainda resta a fazer para que cada um dêsses países dê ao outro o seu justo valôr.

São muito amigos, é verdade e são dois povos irmãos... mas...

Sentez-vous tout ce que ce mais veut dire?...

E como creio que o mal é pior por parte dos portugueses que dos brasileiros vejo com imensa satisfação a criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Universidade portuguesa.

Esse acto official por parte dos dois governos vem coroar a obra de aproximação em que tão brilhantemente estão já empenhados a *Atlantida* a *Americana* e vários particulares que se interessam por essa magna questão.

A escolha do Dr. Miguel Calmon para reger essa cadeira de Estudos brasileiros foi outro acto dos mais acertados por parte do Govêrno Brasileiro.

Homem de vastíssima cultura, político notável, publicista de valor e ex-ministro da viação no govêrno do saudoso Dr. Afonso Pena, o Dr. Miguel Calmon é verdadeiramente *the right man in the right place*.

Tudo nos faz prever o seu pleno êxito nessa tão grandiosa e tão delicada empresa.

O que terá a fazer será enorme e cheio de responsabilidades. É necessário que êle venha descobrir de novo um pouco o Brasil de hoje aos seus descobridores de 1500.

Será ouvido por uma quantidade imensa de estudantes e de pessoas de todas as culturas e classes sociais que irão às suas conferências para aprender, criticar, para satisfazer uma curiosidade e para julgá-las. No meio dessa turba imensa e dessa multidão diversa de mentalidades, terá o Dr. Miguel Calmon de ir revelando o Brasil, toda a sua imensidade, a sua história, o seu clima, o carácter do seu povo, a sua cultura, a sua política interna e externa e terá de tomá-lo em seu berço desde o período da descoberta. E isto com todo

o critério de sábio, imaginação variada de artista, calor patriótico, delicadeza de diplomata e eloquência de tribuno. Seguindo o programa do seu curso, irá o ilustre professor brasileiro desfazendo certas lendas que em Portugal ainda existem sobre nós e contribuirá também forçosamente para uma maior aproximação intelectual e económica em revelando aos portugueses o nosso estado mental e a vontade que existe no Brasil de entreter mais íntimas relações comerciais com Portugal.

Há uma quantidade imensa de problemas a tratar nas relações luso-brasileiras, muitos dos quais ainda estão à espera de uma solução adequada.

A importância dessas relações é hoje um facto mais que incontestado e é por isso que entenderam os Governos de Portugal e Brasil elevar à categoria de Embaixadas a representação diplomática dos dois países.

Está outrosim provado que, para o Brasil, o emigrante português oferece todas as vantagens e que é o único país onde esse emigrante se adapta perfeitamente desde o momento em que pisa o solo brasileiro, não tendo que lutar nem com as dificuldades de uma língua estranha.

Não se podem sentir os portugueses estrangeiros no Brasil, assim como nós em Portugal. A alma do povo é a mesma, os mesmos são os nossos ideais e no Brasil existe a aspiração de ir continuando pelo futuro as esplêndidas tradições que herdámos dos nossos antepassados.

A criação de uma carreira de navegação, que agora com o decreto do Governo Português, parece um facto solucionado, virá facilitar a indústria de transportes e dar maiores facilidades aos mercados dos dois países. E assim seremos sempre unidos para o futuro como o fomos pelo passado.

Dentro em pouco iremos ouvir da boca de um dos mais ilustrados filhos do Brasil, as palavras que são necessárias que se pronunciem para a coroação dessa obra de aproximação e amizade.

JOÃO D'ALÉM.

O MÊS ARTÍSTICO

EXPOSIÇÃO DIOGO DE MACEDO

Depois da parada futurista de Amadeu Cardoso, que, duma escola velha de quatro anos, teve entre nós o sucesso duma novidade escandalosa, assim no género das saias travadinhas, na mesma sala da Liga Naval içou Diogo de Macedo a sua produção de escultor. Vinte e dois trabalhos, desde o retrato modelado com amor à estatueta cheia de vago para pastagem da fantasia. Leiam-se as legendas das suas obras, *Rajada*, *De profundis*, *Sphinx*, *Cantos místicos da penumbra*, *Noite do Calvário*, *Voz da saudade*, etc., e ter-se-há uma ideia da percepção artística de Diogo de Macedo. É, com efeito, a sua uma arte que parece preconcebida da literatura. Aquelas belas palavras que poderão identificar um pedaço de barro ou de mármore, afeiçoado com engenho, quadrariam a matar num «in 12 elzevir» cheio de lirismo, e mesmo num trecho de música à mendelssohn. Antes de mais nada Diogo de Macedo tem a audácia de ir buscar à literatura, para uma arte de concretização como é a sua, o que aquela tem de mais abstracto e fugitivo.

A fixidez, que é a forma mais contendente da escultura, desdenha-a êle

pelo instável. Que maior fogo fátuo que um *canto místico na penumbra*? Esta busca do esquivo, que pede muito à vontade do observador, pode ter o defeito da irrealização, mas tem também sem dúvida o mérito da originalidade. Certo é que na escultura a originalidade está mais na factura e seus processos que na ideia que procura exprimir. Bem certo, não menos, que Constantin Meunier desdenhava rotular os seus trabalhos e que quando o fazia era com o termo mais simples e corriqueiro da vida. Na escultura de Diogo de Macedo passa todavia um sempre-o-mesmo sôpro elevado e quasi poderíamos dizer transcendente. A sua técnica, até certo ponto, serve bem a sua compreensão. Há uma passagem, não diremos estreita mas visível, entre esta sua transcendência literária e artística. Nesta maneira de conceber e realizar estará êle só Diogo de Macedo? Evidente é a inspiração em Rodin nas duas cabeças Beethoven e Camilo; não menos notória a inspiração em Constantin Meunier no seu *vindimados* e *Lux et Labor*. Em alguns dos outros trabalhos tem evidentemente um condão bem pessoal de buscar os efeitos de luz e sombra e de dar vida à sua emoção. Mas impressionada algures, enfeudada à literatura, a sua arte descerra uma nobre e sentida impressão de humanidade. Épica, lírica, sempre curiosa. Crêmos que Diogo de Macedo está à vista do vau em que, passado, se encontrará êle, com uma personalidade sua. A sua arte, oscilando entre Rodin, Meunier, Bortholomé, acabará por se encontrar em terreno seu. E da grande sensibilidade que nos revela, do seu gosto pronunciado pelo inédito, sairá um escultor que abrirá carreira.

EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS E DESENHOS NA SOCIEDADE NACIONAL

A *cimaise* do hall cheia; aguarelistas consagrados, aguarelistas que veem quebrar pela primeira vez a sua lança. Entre aqueles, Roque Gameiro que ousou tratar com vantagens, numa matéria inegavelmente inferior, os grandes temas reservados ao óleo. Algumas de suas marinhas, não falando de processos de escola, são de admirável transparência e visão segura. Alberto de Sousa hábil, muito hábil. Dignos de nota a Sé de Évora e o Arquivo Capitular, tam precisos, tam documentais. Leitão de Barros abre caminho com as suas notas de paisagem, ricas de côr e harmoniosas de tom, com um belo ressaibo impressionista, que parece a escola que muito bem se coaduna com êste meio português bêbedo de colorido. Alfredo Migueis transita do óleo para a aguarela sem deixar nada da sua personalidade. Delicadeza, doçura, suavidade, uma tonalidade de melodia nas suas marinhazitas que recordam um tudo nada os serenos ambientes de Puvis. Morais acusa nos seus trabalhos um *grand savoir faire*, Jaime Barata justeza na sua observação, Romero verdade e fôlego nas suas naturezas mortas. Tertuliano tentou o difícil retrato duma mulher em tons rosa. Curioso. Vaz sempre forte, montez encantador na sua *Casa do Diogo, Rua do Hospital, A fiar na roca*. Bonvalot expõe uns quadrozinhas, elevados e enlevados no mesmo requinte de elegância e de chique de que nos deu provas em transactos certames. Boldini português. O pintor visiense Almeida e Sousa numa cabeça de velho, a lápis, se nos não falha a memória, muito mais atraente do que nos quadros e nos desenhos dum academismo tam frio e técnica tam velha que costuma exhibir. É pena que mão tam segura e forte como a sua não desamarre a valer dos mol-

des arcaicos. Helena e Hebé interessantes; Helena mais arrojada, mais moderna; Hebé aguarelista para casa de gente que recebe.

Outros ainda, dignos de menção, nos escapam nesta resenha rápida e ligeira; a aguarela é uma arte acessível e liberal, mas que não se lhe pode pedir mais do que pode dar. Alguns dos expositores, que o não fazem, podem, sem temor, ir mais além a empunhar a paleta.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA NA SALA BOBONE

Carlos Reis, João Reis, António Saúde, Trigoso, Alves Cardoso. Muito igual, sem depressões, esta exposição de mestres e candidatos a mestres. Carlos Reis repete ali o seu muito virtuosismo de pincel; João Reis, seu filho, com algumas das suas notas impressivas das ruas de Trovões e sobretudo o retrato n.º 44, abre-se numa esplêndida perspectiva de artista. Talvez um pouco inspirados pelo pintor admirado que é seu pai, os seus trabalhos; talvez um pouco de timidez em ir mais além no domínio das escolas; talvez um excesso de equilíbrio para quem começa. Em arte, parece-nos bem, toda a rebeldia contra tutelas é salutar e recomendável. Carlos Reis fez carreira duma maneira, João Reis pode e deve fazê-la doutra. Alves Cardoso não expôs ali aquêles seus vigorosos e bem ordenados quadros que vão sendo lavra sua consuetudinária. Naquelas mostras de ar livre que expõe aparenta-nos ainda aquela indecisão em se fixar uma escola. Não há ali aquela dualidade tam flagrante do pintor de retratos e de ar livre que nos foi dado ver na Exposição de Belas Artes. Mas havendo vigor, poder de realização, ha hesitação. Alves Cardoso ainda anda em busca da personalidade. Saúde um pouco desigual nos trabalhos que expõe. O mesmo defeito de Alves Cardoso, mais vincado ainda. Mas que riqueza, que admirável realização impressionista os seus n.ºs 6, 7, e 2? Se António Saúde nos pedisse a opinião seria êste o caminho que lhe indicaríamos, mas tam franco e lial como mostra nêstes números citados. Foram êstes os trabalhos que maior emoção nos provocaram a dentro desta sala. Trigoso cheio de luz, duma côr um pouco derramada, de céus que nos são desconhecidos. Pareceu-nos ceder muito à estilização e aos valores locais, que quási sempre são falsos em ar livre. No conjunto, uma exposição delicada e curiosa.

EXPOSIÇÃO DE DESENHO E AGUARELA NO LICEU DE CAMÕES

Uma justa de rapazes, em que aparece brincahão o futurismo, um diploma de honra que Santos Calado levantou sem grande luta. Lápis hábeis Monteverde Cardoso, Manuel Vieira, Sousa Neves, J. Durte Costa. Futurista Januário Moura. Promessas, promessas...

A. R.

CRÓNICA MUSICAL

Passados seis meses de forçado silêncio, à míngua de assunto, voltam estas crónicas a aparecer, fixando o movimento musical de Lisboa, em todas as manifestações que mereçam registo.

Como todos os anos, a vida musical começa pela abertura dos concêrtos sinfónicos dominicais.

A Orquestra Sinfónica Portuguesa iniciou a sua sexta época a 26 de No-

vembro, justamente no dia em que fazia cinco anos que pela primeira vez se apresentara ao público. Como êsse tempo foi útilmente aproveitado pela orquestra, verificaram-no todos aqueles que, tendo-a ouvido entam e agora, compararam êsse 1.º com êste 79.º concêrto. Não me surpreende essa constante marcha ascencional, pois de há muito a profetizara — profecia, de resto, bem fácil, desde que se reparasse nas qualidades de director de orquestra que Pedro Blanch possui. O que, contudo, causa alguma admiração é a rapidez com que êsses progressos se acentuam e a importante diferença que se nota duma época para outra. Na série agora começada há que constatar também uma melhoria material, que muito contribui para uma maior perfeição: a substituição total, finalmente obtida, de todos os instrumentos de diapasão brilhante por outros de diapasão normal. Assim se consegue o desejado e necessário rigor de afinação.

Não me referirei aos trechos que já faziam parte do repertório da orquestra, mas apenas aos dados em primeira audição; e foram estes, nos três primeiros concêrtos, respectivamente: *Variações sinfónicas* de Edward Elgar, *Juventude de Hércules*, poema sinfónico de Camille Saint-Saëns e a *Sinfonia em ré menor* de César Franck.

Como esta última é incomparavelmente superior a qualquer das outras obras, é a que merece maior atenção. César Franck, holandês de nascimento, mas tendo vivido sempre em França, e aí exercido a sua influência, que foi enorme, é por isso considerado como francês; não quere isto dizer que enfileire na escola francesa, pelo menos no sentido vulgar da expressão; pelo contrário, a principal acção de Franck em Paris foi reagir contra o *maneirismo* do ensino oficial. Nomeado professor de órgão do Conservatório, a sua fama foi logo apregoada pelos discípulos, que lhe queriam como a um pai, e admiravam nele, àlêm do saber, a grande austeridade de carácter. Franck fundou entam a *Schola Cantorum*, que aparecia como um Conservatório livre em opposição com o do Estado. É fácil calcular a fúria dos ataques que lhe foram dirigidos, bem como o cõro de louvores com que outros o elevavam às nuvens. Deu-se em França com César Franck o mesmo que na Alemanha com Antõnio Bruckner, que uns consideram um génio incompreendido, e outros um amator de quem se falou de mais; assim Franck. A Gounod atribui-se o ter dito que Franck elevara a impotência à altura dum dogma. Verdadeira ou falsa, esta frase dá em todo o caso a medida do que a escola francesa pura pensava do grande organista.

Àparte o exagêro faccioso, não é muito de admirar que a crítica genuinamente francesa repelisse a obra de Franck. A clareza e a vivacidade, características principais da música gaulesa, não são as qualidades que dominam no fundador da *Schola Cantorum*; pelo contrário, um excesso de trabalho sobrecarrega-lhe a factura, de modo que freqüentemente a sua obra reveste um aspecto pesado e deselegante; ora estes defeitos são exactamente aqueles que o espírito francês menos perdoa.

Em compensação, a elevação de ideias e profunda inspiração tornam-no, para mim, superior aos mais representativos compositores franceses modernos, que, se é certo que possuem em alto grau a excelente qualidade da clareza, pecam por uma inspiração que, embora fluente e rica, nunca consegue ser profunda.

Na *Sinfonia em ré menor* estão patentes todas as grandes qualidades do seu autor: riqueza de motivos, elevada inspiração, extraordinária facilidade de escrita nas mais complexas passagens, reveladora duma sciência invulgar, e ainda uma perfeita e absoluta unidade dos seus três andamentos. Esta resulta da adopção da forma cíclica, de que Franck foi criador, por isso que, se não foi o primeiro a empregar o mesmo motivo através da trama orquestral de toda a obra até o fim — Schumann, por exemplo, já fizera quasi o mesmo trinta e sete anos antes na sua 4.^a *Sinfonia* —, foi em todo o caso o primeiro que erigiu êsse processo em princípio.

A *Sinfonia* é, pois, uma obra notável, se bem que possam apontar-se-lhe aqueles mesmos defeitos que a crítica francesa assacou à obra em geral de César Franck e que acima ficaram resumidos.

Por mim, só acho na *Sinfonia*, a aguar-lhe um tanto o alto merecimento, o seu ar sombrio, que nem o segundo andamento consegue iluminar; falta-lhe sorriso. É que Franck era um católico praticante, como tal incapaz duma concepção altiva e forte da vida; daí a impressão pessimista que nos deixa a sua obra, a que falta a seiva vivificadora que torna imortais as grandes obras pagãs; daí o ar dogmático da sua construção, que tam profundamente contrasta com a fúria dionisiaca dos imperecíveis monumentos em que Beethoven cantou o Amor, a Natureza, a Vontade.

Outra das primeiras audições da Orquestra Sinfónica Portuguesa foi o quarto e último poema sinfónico de Saint-Saëns, *Juventude de Hércules*, o único que ella ainda não executara, pois os três restantes, *Phaeton*, *Dança macabra* e *Roca de Ónfale* já faziam parte do seu repertório.

É esta uma obra bem francesa, e do primeiro dos compositores contemporâneos de França, de quem ella mais se orgulha; com razão, de resto, visto que Saint-Saëns é indubitavelmente o homem que melhor consubstancia todas as qualidades musicais da raça e escola do seu país; nem os lamentáveis dislates por êle feitos e ditos ultimamente podem apeá-lo do lugar que de direito occupa, pois êsses teem a desculpá-los os 81 anos de vida, vida que começou por um concêrto dado aos 10.

Apesar de último, não é o poema sinfónico agora executado o melhor do autor; a *Roca* é de melhor qualidade de forma e inspiração, embora a *Juventude* tenha um maior desenvolvimento. A audição desta obra confirma-me na opinião de que Franck, mesmo concedendo aos seus detractores todos os defeitos que lhe apontam, é incomparavelmente superior aos claros e elegantes compositores franceses. Um estudo regular da obra de Saint-Saëns faz-nos logo concordar com Hugo Riemann, para quem o autor de *Sansão e Dalila* não passa dum habilidoso (*geschikt*.) Esta é, de resto, a característica da arte francesa, mais formal que essencial, excessivamente escolástica, mais aprendida que pensada ou sentida. Acresce ainda que a música francesa nasceu no teatro e que é êsse o campo onde tem florescido, não sendo a sua mais brilhante manifestação — salvo raras excepções — a música pura ou absoluta.

Resta falar das *Variações sinfónicas* de Edward Elgar, o mais notável dos compositores inglêses contemporâneos; o desconhecimento da sua obra não me permite emitir qualquer juízo sôbre o seu valor; das *Variações* deduz-se um orquestrador de grande sciência e finura; quanto à essência ideológica, o impreciso e vago dos pequeninos trechos não consentem apreendê-la. As Va-

riações são retratos psicológicos em música, das pessoas íntimas do autor : é discutível se uma obra que se propõe tal fim deve transcender dos círculos íntimos para as grandes massas das audições sinfónicas; creio que não, e creio também que estas bagatelas e esquisitices em que tantos artistas modernos desperdiçam o seu talento, quando o não torturam para achar à fôrça a originalidade, por abstrusa que seja, são provas tristes da incerteza e indecisão em que todos se debatem.

Como é consolador o refúgio na pureza dos grandes clássicos !

HUMBERTO DE AVELAR

O MÊS LITERÁRIO

RODOLFO MARIA, novela por António Eça de Queiroz,
edição da Livraria Lelo & Irmão, Pôrto

A crítica acusou o autor dêste livro de comprometer literariamente o nome de seu pai, o mestre da *Relíquia*. Desde que não se sentia com fôrças para o exceder, deveria manter-se num prudente silêncio. Assim sentenciou a crítica. Parece-nos, porém, que êle procedeu muito atiladamente, publicando o seu *Rodolfo Maria* com o honesto propósito de se criar um direito a arreliar as pessoas susceptíveis. Claro que não é um escritor impecável, mas por isso mesmo tanto mais interessante. Os defeitos, às vezes, abonam mais um espírito que certas qualidades mui gabadas, visto que, por meio dêles, é que se afere o trabalho íntimo de criação, a fôrça e beleza dos affectos. Só o medíocre se preocupa com a perfeição. O verdadeiro talento obedece a uma lei que o leva a demonstrar-se em plena sinceridade, descobrindo-se sem hipocrisia nem véus mentirosos. Nisto está a sua fôrça. A natureza faz o mesmo : cria com absoluta imperfeição. Comete erros crassos. Não se envergonha, tendo pelos filisteus um desprezo granítico. Se o mundo sáísse perfeito das mãos de Deus nunca teria história. Ora as obras sem história são coisas mortas, inumanas.

AS PRAIAS DO MISTÉRIO, poemas de Guilherme Santa Rita,
edição da Livraria Ferreira

Merece-nos toda a simpatia êste poeta que ousou colocar-se ante a sua própria sensibilidade, como um consulente, perante um oráculo. Não temeu as sombras que todo o homem traz dentro de si — sombras que não são mais do que o problema metafísico que cada existência tem de resolver, para poder abranger o universo. Só lastimamos que Santa Rita nem sempre se mantivesse fiel ao seu alto propósito, dando-nos assim um livro mais íntegro e portanto mais límpidamente visionário. Recua em face de si próprio, com receio, talvez de desvelar-se nuamente, ante os seus olhos. A arte e a poesia sobretudo, agora mais do que nunca, necessitam aproximar-se da vida profunda, subterrânea, donde brota o fogo que, a bem ou a mal, nos ilumina as rotas do nosso destino.

ALMA PORTUGUESA, por Delfim Guimarães, edição de Guimarães & C.^a

Este livro lê-se facilmente e tão facilmente que a gente fica com a impressão que o seu autor adoptou sentimentos e sensações médias para não

transtornar a timidez susceptível dos leitores que não desejam chocar-se com emoções fortes, rútilas e ardentes. Delfim Guimarães, claramente, não quis tocar o coração da raça nas suas obscuras raízes, mas sim fazer como os melros que cantam sempre nos ramos mais floridos e beijados pela luz do sol. A sua *Alma Portuguesa* é, portanto, assaz superficial, em relação ao que podemos chamar a estrutura moral da nossa vida recatada, secreta. Quem se contente com as visões mais ou menos românticas que há bastantes anos veem embalando os sonhos aéreos, fugazes, de algumas gerações que mal teem tido tempo para conhecer a grandeza do mistério que comporta a alma de um povo, deve encontrar na *Alma Portuguesa* alimento mais que suficiente para supor que o lirismo se nutre do imponderável, do vago. Gente difícil, exigente desejaria que o poeta Delfim Guimarães sondasse com olhos mais proféticos o que está para além desta frágil aparência que diariamente constitui o nosso mundo de enganos. Os seus versos atingiriam então aquela alta, irreduzível verdade que, sendo a de um povo, é também a do homem em geral.

A AMÉRICA DO NORTE por Alfredo de Mesquita, edição da Parceria Pereira

Este livro escreveu-o um grande homem de letras que sabe ver as coisas com a frescura matinal das impressões que a banalidade ainda não poluiu. Entre os viajantes que dos Estados Unidos trouxeram alguma coisa mais que uma colecção de vistas e anedotas, êle viu a terra e o povo que hoje cria uma civilização que, destacada já da velha Europa, acusa valores que, num futuro mais ou menos próximo, hão de ser pesados na balança infalível do espírito. Simplesmente, não podemos acompanhar Alfredo Mesquita, na sua admiração impetuosa pelos americanos, porque estes, comparados com as nações típicas da Europa, mostram deficiências de sentimento e pensamentos que só alguns séculos de alta cultura hão de fazer desaparecer. A fórmula da *vida intensa* que êles criaram garante-lhes sob certos aspectos um vasto domínio, na scena do mundo. Mas só as raças que profundam o homem interior deixam obras e monumentos perduráveis. Os Estados-Unidos, por enquanto, vivem sob a opressão da matéria, da riqueza, do prazer imediato. Um dia conhecerão quão profético foi Edgar Poë, o seu vate desprezado, quando quis descobrir a alma dos seus concidadãos que já no seu tempo propendiam para a prática utilitária do dever.



OS LIVROS DO POVO, edição da Livraria Profissional

A Livraria Profissional meteu ombros a uma obra larga de vulgarização de conhecimentos que há-de marcar uma época na história da nossa educação popular. Escolheu para o efeito nomes prestigiosos de escritores de todos os

ramos da literatura e com a sua colaboração vai espalhar por Portugal e Brasil o pão do espírito, dando aos humildes, em piquenos folhetos, à razão de quatro centavos cada, as noções necessárias para lhe aclararem a sua tósca visão da natureza, da história, do homem, do trabalho, da arte e da sciência. Hoje mais do que nunca o saber domina o mundo. Muito convêm, portanto, derramá-lo como as chuvas que o céu lança sôbre as searas sequiosas. Abençoada obra!

Opúsculos publicados:

Como se observa por Palyart Pinto Ferreira.

A utilidade das árvores por Mário de Azevedo Gomes.

Como se fala a bordo por Francisco Penteadado.

De Ceuta ao Cabo da Boa Esperança por Lopes de Mendonça.

O LIVRO DAS CORTESÃS por Albino Forjaz de Sampaio e Bento Mantua,
edição da Livraria Guimarães

Nêste livro, colecionaram Forjaz de Sampaio e Bento Mântua os poemas que às mulheres perdidas consagraram os nossos melhores poetas de ontem e de hoje. É, no fundo, uma obra de piedade por aquelas que os tropeções da vida obrigaram a queimar a sua mocidade e a sua beleza nas aras de Vénus impura. Sempre o amor se prestou às mais variadas pinturas, desde o amor menino, com o seu carcaz de setas de oiro, até ao amor gandaieiro, nocturno, prostibular e putrefaciente. Cremos que a maior abjecção da carne é essa que se oferece aos transeúntes, acordando nêles desejos que o Pecado atiça. Emquanto a mulher se não libertar de tal, a sua situação será sempre vexatória.

O Livro das Cortesãs vincula, no espírito do leitor, esta lição, porque nos mostra todos os livores da degradação física e moral.

JOAQUIM MANSO.

«A ALEGRIA, A DOR E A GRAÇA»

Este livro e a personalidade do autor elevam-se acima dos horizontes restritos da crítica literária.

Será com efeito «A Alegria, a Dôr e a Graça» o livro dum poeta?

Pergunta embaraçosa, ou pelo menos julgada como tal, pois que todos se limitaram a responder que Leonardo Coimbra é um escritor de elevadas inspirações, dotado dum excepcional poder de expressão, manejando estilo fecundo em imagens sugestivas, quanto basta para o sagrar como artista e poeta. Resposta vaga, indecisa, dando ensejo a uma curiosidade inquieta: Que terá o livro de estranho?

Muitas coisas diriam os sábios, por certo, sôbre o assunto, se os chamássemos a conselho, como doutros tempos se diz que era costume dos reis, por malícia, se não para impôr justo castigo à vaidade dos que já então se esqueciam, tantas vezes, de comparar a ignorância própria com a omnisciência de Deus.

Alguns dêles, consentindo em sair do automatismo das suas ocupações, nos museus e em silenciosos arquivos, de tal forma protegidos contra a ruidosa actividade que vai pelo mundo, fariam figura de desenterrados, incapazes

zes de entenderem «A Alegria, a Dôr e a Graça», como deve ser entendido, como um acto de vida!

Mas outros, homens de cultura moderna, talvez pudessem esclarecer uma das razões por que o livro de Leonardo Coimbra apareceu sem ter despertado a confissão duma admiração geral, sincera e entusiástica, que por todos os títulos lhe devia estar assegurada. Atentando naquelas páginas, logo reconheceriam o lastro de cultura positiva que faz face ao sôpro da intuição criadora para formar o vôo iluminado do espírito, confiante e ousado, afirmando a certeza maravilhosa de direcção pela originalidade sempre vária de múltiplas direcções, moldando-se delicadamente às sinuosidades infinitas do ritmo original, espírito heróico, dominador e sereno, tendo por fim roubado aos deuses o fogo divino.

Acção do espírito fundindo-se no fluxo da realidade, na continuidade fugaz do que é, para atingir o conhecimento por «inúmeras contracções e resoluções no movimento inicial», da variabilidade instantânea surpreender, a cada momento, o valor de existência que representa e condensa, com a segurança com que abrangemos de nós próprios o conteúdo total pelo sentimento presente que temos de vida.

«Mélange d'enquête positive et d'invention hardie..» Acção do espírito que não é, como o sonho do poeta, miragem em que o pensamento se dilui.

«Toda a Alegria do Universo, diz Leonardo Coimbra, é a posse plena da sua harmonia, a integral memória do seu Ser».

O espírito, para em tudo seguir o modelo divino, é até alegre, enquanto cria! Optimismo duma qualidade superior, afirmando, mais do que a sua solidariedade, uma perfeita unidade com a vontade de Deus glorificado.

Espírito heróico que à Dôr se não furta, a sofre com orgulho, por ser sua, como um justo calvário que há-de realçar a glória de renovadas esperanças ou o valor da sensação de liberdade que é a Graça resignada.

As seitas religiosas que deviam ter inspirado esta atitude de filosofia perante a vida, tendo-se desacreditado pelo dogma e pela política, teem levado a louvar a Deus sem fé, sem Alegria; a repudiar a Dôr cobardemente, inutilizando os valores do generoso sacrifício voluntário pela organização de tal código de deveres, que em todas as circunstâncias o sacrifício se pode exigir e não se oferece nunca; por fim, à extrema miséria das lutas políticas, à inveja e à maldição, como à pior das escravidões.

Talvez agora se comece vendo o que tem de estranho e de geralmente incompreendido o livro de Leonardo Coimbra: é obra dum filósofo.

Contra o que nêle há de incomensurável com a inteligência, e não é sonho de poeta, chocam-se os hábitos do pensamento de utilização científica que em vão multiplicariam as reacções de análise sem atingirem jámais o conhecimento da realidade que é concordância e consubstanciação; chocam-se, ao mesmo tempo, as tendências libertárias do espírito artístico, criador de ilusões, não admitindo verificação imposta pela experiência aos desvarios da imaginação, à escolha arbitrária de pontos de vista especiais, muitas vezes deformadores. A intuição estética é intuição metafísica nascente, «limitada ao sonho, não proseguindo até à prova da verificação positiva».

Uns e outros, se confessassem o encantamento em que os terá prendido a leitura dêste livro, teriam de acabar por reconhecer, em flagrante contra-

dição com o corpo das suas idéas ou tendências habituais, que o que êle tem efectivamente de estranho é a presença dum poder superior do espirito que faz aparecer em todas as coisas o mistério latente e perturbador. Por isso alguns terão affectado uma sentida pena de verem perdido para a grei um artista cujo rarissimo poder de comover lhe garantiria lugar de primeiro plano, se quisesse subordinar-se às regras, e outros, por não poderem analisar o livro como droga de laboratório, terão composto um forçado sorriso de desdém por metafísicas, lamentando, à láia de crítica, que uma erudição de tão rara qualidade se pusesse ao serviço de virtualidades enganadoras...

Também a «Alegria, a Dôr e a Graça» não podia ter recolhido sufrágios de livres-pensadores que confundem a liberdade com o artifício grosseiro de limitar a acção do espirito a uma categoria reduzida de problemas.

Restam os prosélitos de seitas e partidos que, ao depararem com as maiúsculas das primeiras páginas, logo terão fechado «A Alegria, a Dôr e a Graça», de medo de caírem em pecado irremissível.

Entretanto, todos desejariam que Leonardo Coimbra se decidisse por Deus ou pelo Diabo, por um sistema ou por outro, por Minerva ou pelas musas, enfim que se matriculasse numa confraria para aí ser recebido de braços abertos. Esse mesmo desejo é implícito reconhecimento do seu talento original, que conseguiu converter a hostilidade, que é de moda contra a filosofia, em silêncio prudente, apenas reservado ou receoso.

Nos filósofos da época é aparente o esforço penoso de conversão às novas inflexões do pensamento: espíritos educados noutra corrente, com Taine e com Renan, para compreenderem os pressentimentos luminiscentes de Ravaisson e a doutrina de Bergson, tiveram de passar pelo indispensável «*effort d'oubli provisoire, pour se refaire un esprit libre et neuf*».

De Leonardo Coimbra dir-se-ia, para exprimir a impressão de ingénua graciosidade do seu pensamento, que é uma criança que, tendo presente por maravilhoso prodígio a experiencia ancestral, nos revela o mistério das coisas no seu primeiro olhar, «cheio de interrogações», que volve sôbre o mundo.

Rápida imagem da sua personalidade que explica a comoção sincera com que escreveu o livro, a mesma por certo com que vive a sua vida de religiosidade e inocência, com audácia, indo ao encontro das impressões profundas que de cada vez renovam e refrescam todas as sensações e idéas refazendo uma nova infância.

Por isso, também, serão as almas juvenis, irmãs da sua, quando na crise da adolescência se debaterem entre a atracção do mistério e a cega negativa científica, inflexível, que hão-de fazer crítica verdadeira dêste livro, reconhecendo que, em grande parte, «A Alegria, a Dôr e a Graça», sob a inspiração da Vitória, terá contribuído para a formação dos seus espíritos heróicos e livres, compreensivos, capazes de se prestarem uma colaboração generosa que afirme o eterno respeito pela memória dos mártires e dê um carácter de mais elevada humanidade à nova era de paz.

Apresentando-se a filosofia inicialmente como um método, como uma attitude, nenhum exercício de facto conviria melhor à fixação dêsse espirito inicial que o do pensamento sôbre as realidades familiares de que julgamos possuir inteiro conhecimento e que de súbito o filósofo nos revela, para além do véu superficial, na sua íntima concretização.

«A Alegria, a Dôr e a Graça» é uma lição e é o modelo de futuras gerações. Este valor inestimável, que resume a expressão de todo o meu elogio, não o possuí nenhum outro livro de filosofia que eu conheça. E, por isso que ao Brasil me ligam interesse e orgulho de raça pelas criações da sua exuberante actividade, além de comovida admiração pela mulher que em seu olhar me fixou o destino, seja-me permitida a esperança de ser ouvido com simpatia pela mocidade brasileira.

Que ela receba das minhas mãos o livro de Leonardo Coimbra como homenagem ao seu país esplêndido, distante imagem tentadora de Alegrias que o sol, o mais claro sol e carinhoso, reveste de placas de ouro, rutilantes.

Lisboa, Dezembro de 1916.

LUCIO DOS SANTOS

TEATROS

A grande e estranha história dêste pequeno povo de Portugal, que não quis conter-se no estreito âmbito da sua nesga de terra e se arrojou mar fóra, valoroso e aventureiro, em frágeis galeões, à descoberta de problemáticos mundos, é como nenhuma outra singularmente rica em figuras e em temas inspiradores de cometimentos de arte. Algumas das maravilhas máximas do nosso património de beleza, na poesia e na arquitectura, na pintura e no drama, consubstanciam-se com essa história de virtudes sublimes, de feitos heróicos, de rasgos deslumbrantes: Por exemplo, os *Lusíadas* e os tercetos junqueirianos de Nunálvares, a *Batalha* e os *Jerónimos*, as tábuas de S. Vicente e *Frei Luís de Sousa*, de Garrett. Num período que não vai longe, dramaturgos contemporâneos, dos mais brilhantes, procuraram ressurgir em scena episódios e tipos, épocas e costumes, tragédias e glórias de tempos idos, mas causas múltiplas, que seria fastidioso mencionar, esterilizaram e por assim dizer extinguíram êsse esforço, de certo fecundo se o teatro nacional não arrasasse neste país uma atribulada existência. Ainda recentemente, Marcelino Mesquita, em *Pedro o cruel*, tentou reviver o drama histórico ao qual deve a fama de que desfruta o seu nome, logrando despertar a curiosidade e o interesse, como sucedeu sempre que se exibiu num palco o *grande desvayro*, mas o êxito de semelhante tentativa não significa que o gôsto, as predilecções do público se depurassem, a sua cultura seja maior, o seu amor pelo passado mais consciencioso e mais profundo. Animaria êsse êxito Jaime Cortesão a exumar da gaveta *O Infante de Sagres*, já escrito, havia muito, antes do aparecimento de *Pedro o cruel*, e que vimos agora pôsto em scena pelo Repúbli-



ca com louvável escrúpulo de montagem e um desempenho que, sem ser digno de absoluta admiração, foi em geral correcto? Como quer que seja, entendemos que Jaime Cortesão fez bem, comquanto estejamos convencidos de que a impressão produzida pela sua peça na simples leitura há-de ser superior à que provoca representada. *O Infante de Sagres* constitui como labor literário a esplêndida afirmação dum talento formosíssimo de poeta e como obra histórico-dramática uma estreia de que não é lícito desdenhar e em que o autor honestamente se preocupou com o carácter do herói e a acentuação do seu papel nos destinos da pátria e do mundo. A despeito da insensibilidade dum parte do público às magnificências do poema, incompreendidas também por alguns dos seus intérpretes, que as empalidecem e as estragam na dição, *O Infante de Sagres*, para o qual certa crítica foi avara de justiça, porque entre nós ainda se confundem lastimosamente o artista e o homem político, percorreu a primeira etapa da sua vida à luz da ribalta sem que lhe escasseassem espectadores e aplausos.

Denominou Jaime Cortesão o seu trabalho drama épico e repartiu-o em quatro actos que talvez designássemos antes por quadros. Quando o pano se ergue, os primeiros livores matinais riscam o céu; o mar quebra-se, marulhando, contra os fraguedos de Sagres; no alto dum frágua chameja como farol uma fogueira; estamos em frente da casa do Infante. Ateia o lume um moço escudeiro, que entoa a sua canção, ao som da guitarra e do alaúde que dois marinheiros tangem. E o que diz a linda melopeia? Que um dia uma caravela partiu e não voltou, que os que vão a desvendar o mundo não sabem se regressam e que

Portugal é um navio
Que anda na rota do mar . . .

Um dominicano, que escuta o cantador, não crê que João Zarco volte. Frei Gaspar representa a oposição às aventuras marítimas; considera um crime a ambição da conquista de África; vem a Sagres para demover o Infante da expedição que projecta. João Fernandes, o escudeiro, assegura-lhe, porém, que serão baldadas as injunções, porque D. Henrique é «doutra raça»:

Quer sempre ir mais àlêm, desvendar o mistério
A todo o imenso mar e dilatar o império
Do nome português ao país africano!

O conflito que se desenrolará através dos quatro actos, ei-lo indicado. Mas não conseguem afastar o Infante da sua tenção e após o desastre, e ainda na hora extrema, hão de lançar-lhe em rosto as culpas dêle e as do cativo e da morte de D. Fernando. Amanhece . . . Os rumores de que foi avisada uma vela conduzem até o átrio da casa gótica de D. Henrique uma das filhas de Zarco: D. Mécia. O frade irónico pergunta a mestre Guedelha, astrólogo del-rei, se lê nos astros que haja navio perto e o judeu responde que o seu coração lho diz. A caravela com a cruz de Cristo irrompe na bruma do mar. O olhar aquilino de João Fernandes, que a suspeitára, descobriu-a. Chamam o Infante, que acode rápido. Só o frade insiste na dúvida. E, enquanto vão ver se é realmente Zarco que regressa, entre D. Mécia e D. Henrique trava-se um diálogo de amor. O poeta humanizou o Infante: já não é o homem ás-

pero, quási brutal, desumano, que ficou puro toda a vida para observar os seus votos, e que Oliveira Martins esculpiu no rijo mármore da sua prosa; é antes aquêle de quem Afonso Lopes Vieira disse, em frente do retrato pintado por Nuno Gonçalves e mirando-lhe «o olhar grave cheio de simpatia e de sonho, que «teve de recalcar no fundo do seu coração a ternura que lá existia». O diálogo é duma grandeza lírica impressionante! O homem casto, que não quis impedimentos de mulher à sua obra gigantêsca e única, enternece-se ante as graças da donzela que lhe fala não como a um amante vulgar, mas num arroubo místico, à maneira da virgem do santuário, dirigindo-se a Deus, como sua «serva fiel», no mais recôndito do claustro. Que apetece ainda o triunfador de Ceuta?

Sois tão alto, senhor! Todo o mundo vos louva!
E se por terra e mar tendes tanta vitória,
Se todo o Portugal celebra a vossa glória,
Porque não heis de emfim procurar o descanso?!

Mas D. Henrique, quási arrastado na sedução musical do carinhoso apêlo, quási rendido, desperta bruscamente do enlêvo, quando D. Mécia, ao ouvir-se gritar o nome de Zarco recém-chegado, corre ao encontro do pai. E eis o primeiro monólogo em que a psicologia do Infante se define e em que êle começa por arredar a perigosa tentação:

Como esta voz é doce e me perturba e enleia!
Não adormeça eu! Cala-te lá, sereia;
Eva, retira a mão que o doce pomo oferece.
Folgar! ir me d'aqui! Ah ninguém me conhece!

Compara-se a um fantasma, a um esto de tormenta que sopra sôbre o mar, ao próprio mar tenebroso, e traça, com arrebatamento, voltando-se para as águas que rugem, a missão que se propôs:

Hei de te eu desvendar, hei de entregar-te ao mundo,
E dêste Cabo extremo, último braço fundo,
Que se entranha por ti, num desvairado anseio,
Aos extremos confins, ao largo, a toda a parte...
Água, virgem cruel, hei de à força violar-te!
Porque não hei de eu, ó céu, ser a nuvem do sul?!
Vento, leva-me tu, quero galgar o Azul,
Sou, por graça de Deus, Príncipe do Mistério;
Leva-me além do céu, mostra-me o Infinito!

Zarco chegou com os seus marujos. Saúda o Infante e pede-lhe alvíçaras por que alargou o Oceano e descobriu a Madeira. Como foi? O que é a ilha maravilhosa? O navegador narra e descreve, em alexandrinos duma rara magia, entre o comovido alvoroço, o êxtasi, o júbilo dos que o cercam e o escutam, como êsse tesouro oculto da natureza foi achado e como

A ilha é toda ela um religioso encanto!

D. Henrique incumbete Jaime de Maiorca de lhe traçar a nova carta, consoante as informações de Zarco; promete galardoar a maruja, e neste instante surpreende-o a chegada de seu irmão D. Fernando que lhe traz a boa nova da aquiescência do rei D. Duarte à expedição de Tânger. O papa concedeu, para o efeito, a bula da Cruzada. Suscitou reparos aos que supõem que o respeito da cronologia é essencial no teatro histórico a imediata sucessão destes dois factos: o descobrimento da Madeira e a jornada de Tânger. Entre um e outro medeiam anos? Mas há arrojados mais atrevidos em dramaturgos célebres e ainda numa das passadas crónicas mencionámos os anacronismos de Lewis Parker na sua peça *O cardeal*, como o de atravessar todo o drama Clarice de Médicis, mãe do protagonista, a qual morrera vinte e dois anos antes da época em que decorre a acção!

Frei Gaspar, que veio a Sagres para combater a idéa da expedição a Africa, aduz os argumentos com que os do partido contrário à jornada entendem impedi-la. Nêste lance, o dominicano não personifica propriamente a Igreja, mas todos os que, desde o povo aos degraus do trono, incluindo membros da família real, se opunham à temerária empreza. Só por uma miopia irremediável de intelligência ou por manifesta má-fé se descortinam intuitos anti-clericaes na invenção da personagem que incarna a attitude adversa duma parte da opinião cujo rigor histórico reconhecem as pessoas medianamente lidas. Que arrebatada veemência a do duelo entre o Infante e o frade! Este, no floretear de razões, pergunta e responde com um juízo de pêso:

. . . em quem é que fiaes
 Que deixe tão de leve a terra de seus pais
 Que troque Portugal pela Africa ardente?!
 Quem irá habitar essa terra inclemente?!
 Diz vosso irmão D. Pedro, ouvi-o eu dizê-lo:
 «É dar a boa capa e ir pelo mau capelo . . .»

Mas D. Henrique não se deixa vencer e replica-lhe severamente:

Padre, não vou trocar — e a quem o faz mal vai —
 O que diz o irmão pelo que fez o pai!
 E eu vos digo: guardar a esforçada grandeza
 Desta soberba grei na terra portugêsa,
 Encarcerá-la aqui o mesmo é que regar
 Co'as águas do Dilúvio um pequeno pomar!

D. Fernando é do parecer de D. Henrique. Arde em sêde de glória e de sofrimento por Deus e Portugal. Frei Gaspar, como quem descarrega um supremo bote, brada que a bula foi concedida para a guerra aos infiéis e não para se extinguir a própria grei. A última estocada é, porém, do Infante:

Por mil dobras, senhor, dadas a um cardeal,
 Tinha eu outra bula e indulgências sem fim.
 Mas quem ordena é Deus; sinto-o dentro de mim!

A sua religiosidade intensa, até o misticismo, não obsta a que êle conheça Roma, como o conhecimento que tem da cúria e das suas terrenas fraquezas.

não diminui o calor da fé que o ilumina. Com os descobrimentos marítimos pretendeu salvar almas para Jesus; «por serviço de nosso senhor» se empenhou nêles; mas essa foi a sua «quinta razão», no dizer de Azurara. Devotíssimo, sim; jejuando quasi metade do ano, protegendo o clero, instituindo igrejas, patrocinando os estudos teológicos, mantendo na sua capela o culto como numa cathedral, — mas filho de D. João I, que violou as liberdades eclesiásticas, mas tio e talvez mentor de D. Afonso V, que ameaçou de embarcar o legado do Papa numa caravela e de o remeter ao Santo Padre, se êle não levantasse certa excomunhão. . . . Quem repudia a possibilidade daquêle desabafo na bôca do Infante? Quem não leu ou finge ignorar a História!

A fantasia do poeta-dramaturgo deu a D. Mécia uma irmã, D. Beatriz, apaixonada de D. Fernando. A linguagem dêstes amorosos tem um sabor diverso da que ouvimos, há pouco, soltar-se dos lábios de D. Henrique e D. Mécia. É mais ardente a paixão, a intimidade maior, o desejo mais fundo. Cingem-se, quasi se beijam. Ela quereria retê-lo. Receia que não volte e pergunta-lhe se não sofre também dêsse tormento. E D. Fernando, tão namorado da glória como de D. Beatriz, responde-lhe, com toda a sinceridade da sua alma estóica, nestes admiráveis versos:

Sofro . . . por não sofrer! Tua aérea figura
De longe inda é maior, toda se transfigura,
Pois só o apartamento, a infinita distância
Tornam divino o Amor. Uma indizível ânsia
Para melhor te amar, quer-me de ti ausente . . .

E mestre Guedelha, entrando e vendo-os, exora:

Que a alegria do Amor ilumine o presente!

Mas o astrólogo judeu, que delectreia nos astros, prevê a catástrofe e não o encobre. D. Beatriz supplica-lhe que dissuada o Infante. Escusado empenho! A sua vontade é invencível. E, enquanto os namorados se afastam, êle ante-vedo a vitória, ela pressentindo a desgraça, o astrólogo, que lê nos céus, no vento e no mar, o cativo e o martírio dum irmão e a immortalidade triunfante do outro, clama dolorosamente, como se D. Henrique o escutasse:

Oh! Infante sublime! esforço mais que humano
Domando a fúria ao Mar, hás de fazer milagres;
Mas dominando já toda a rocha de Sagres,
Poderoso e fatal, sangrento, mas divino,
Passa por sôbre o Cabo o terrível Destino. . .

E com o augúrio, como de oráculo, desce o pano.

Segundo acto. Consumou-se a catástrofe. D. Fernando ficou nas mãos dos mouros em refens. Na câmara de estudo do Infante em Sagres, os cosmógrafos, manuseiam os antigos e formulam hipóteses. Luís Carneiro, o camarero-mór de D. Henrique pergunta onde se esconderá Preste João, a cujo reino seu amo não desistiu de chegar. E, como fale do Infante, recorda a trá-

gica aventura de Tânger. O rei morre de melancolia; D. Henrique anda mergulhado em tristeza. A evocação da batalha perdida é feita num caudal de versos vibrantes, com todo o movimento e todo o colorido que à pungente narrativa pode emprestar quem da refrega foi, ao mesmo tempo, actor e testemunha. Ajusta-se à verdade histórica o espantoso realismo da pintura que o Infante, penetrando momentos depois na quadra deserta — porque os cosmógrafos e o camareiro foram em busca dos amigos que o hão de distrair, — acrescenta com a descrição, monologada, do horrendo cativo de D. Fernando, cuja notícia uma carta, que tem na mão, lhe trouxe. Que dolorosas exclamações lhe sugere a imensa desgraça!

Antes à míngua de água acabasses no cêrco!
 Antes entre ladrões te pregassem na cruz!
 Antes, Senhora e Mãe, nunca o dêssees à luz!
 Era ainda em teu ventre, adoceste, senhora,
 Foste às portas da morte. E bem melhor te fôra,
 Bem melhor, ter morrido e matá-lo contigo!

E, depois, a ânsia da desforra, o saboreado antegôsto da vindicta:

Ah! Se El-Rei, nosso irmão, nêsse estado te visse
 Trocara o parecer, deixara a covardice,
 Que outra coisa não é só chorar e gemer.
 Dêsse-me o que eu pedi — gente pronta a morrer,
 Portugêses de lei, d'ânimo sempre forte,
 E eu iria varrer com o açoite da morte
 Para longe do Sol todos os infieis.
 Mas que eu vá; possa eu ir... Vereis, perros' cruéis,
 Como a espada de Ceuta ainda tem fio e corta!
 Há de esconder-se o Sol com nojo à carne morta!
 E oh hienas, chacais dos desertos sem fim,
 Corvos de todo o céu, dar-vos-hei um festim!

Chama-o à realidade a presença do camareiro. Os amigos, com quem folga de praticar sôbre as coisas marítimas e os descobrimentos, chegam. Todos examinam a última carta que imaginou e discreteiam àcêrca das novas terras e suas maravilhas. O Infante oferece-lhes do vinho da Madeira produzido pelas cepas por êle mandadas ir de Cândia. Valarte, o escandinavo, refere como o renome de D. Henrique chegou à côrte do seu rei e orgulha-se de descender duma raça de navegadores. Recita-lhe o «Canto de morte» de Lobrog, rei do mar, uma saga normanda que é dos mais belos e vigorosos trechos do drama, e bebe à saude do Infante que desejaria rever-se na alma do herói como num espelho e que a Valarte, em paga da canção, concede a nau por que suspira...

Gente que vem da côrte interrompe o convívio: Mestre Guedelha e Frei Gaspar anunciam a D. Henrique novas cruéis de Fez que afligiram e adoentaram o rei a ponto de se recear a sua morte. É a culminância da tragédia. D. Beatriz, que acompanhou os emissarios, estala de dôr, faz-se eco dos que

entendem que se liberte D. Fernando a trôco de Ceuta. É apoiada pelo astrólogo. Mas queixas e deprecações não dobram o Infante:

Mentiram-vos! Quem foi?! Quem se atreveu?! Falai!
 Dar Ceuta era insultar as cinzas de meu pai!
 Dar a jóia melhor de todo o Portugal?!
 E porquê?! É o Infante? É de sangue rial?!
 Dava-me eu, dava El-Rei e os nobres, de maneira
 Que a Pátria, a nossa terra, essa ficasse inteira.
 Quis eu dar-me em refêns e logo disse o intento;
 Que se não desse Ceuta e eu morria a contento.
 E agora pensa El-Rei trocar a sua terra
 Por uma vida só?! Livrasse-o pela guerra,
 Dêsse-me gente a mim de esforçada tenção
 Que eu ia mesmo a Fez arrancá-lo à prisão!
 Portugal não se dá a trôco de ninguém!
 Morre o infante? É mal que há de volver-se em bem:
 As dôres de Portugal tornam a grei mais forte!

D. Beatriz desvaira em insultuosa fúria, para logo se prostrar arrependida e suplicante aos pés de D. Henrique. E, quando, por seu turno, lavada em choro a irmã, D. Mécia, invocando o antigo amor, roga também a salvação de D. Fernando, o Infante responde-lhe, solene e terrível:

Senhora: nem o amor
 De vós, do Rei, dos meus, nada, seja o que fôr,
 Por bem de Portugal, me há de fazer mudar!
 Senhora! Nem eu tenho o direito de amar:
 É dura a minha lei: serei duro comigo.
 Levantai-vos daí e ouvi o que vos digo:
 Não mais faleis de amor! Amai a Deus do céu!
 Que eu me condeno a mim: sou o juiz e o réu!

Um mensageiro de D. Pedro é portador da nova fatal: Morreu el-rei D. Duarte! Mas o herói não sucumbe... O humano desfalecimento dura o scintilar dum relâmpago. E, de pé, endereçando a voz ao alto, D. Henrique proclama a sua indecisão inabalável:

Meu Deus! bem sei, tens o poder na mão;
 Mas se tu queres, Senhor, provar-me o coração,
 Então direi: jamais eu me senti tão forte:
 Quem triunfa do amor também despreza a Morte!

Ao cair o pano sôbre êste acto que, teatralmente, se nos afigura perfeito a comoção ganhara os espectadores, o dramaturgo havia conquistado o público. Já não era fácil tarefa ir mais àlêm!

O terceiro acto decorre, volvidos anos, sob as arcarias da capela do Fundador, no mosteiro da Batalha. Ante-manhã. D. Fernando morreu atormentado em Fez. O coração do mártir foi trazido ao reino pelo seu sócio na desventura e no cativo, e seu secretário, que se resgatou, Frei João Alvares. Repousará junto dos irmãos e dos pais. D. Henrique representa a família do

Santo nesta homenagem suprema. Estando em Tomar, como grão mestre da Ordem de Cristo, acorre ao convento, que é a jazida dos seus, para cumprir o dever sagrado. Até aqui a história. Ao levantar o pano, dois frades, que compõem o altar, conversam : um, o filósofo asceta ; outro, a ingénua, irónica malícia. E, no seu discretear, aparece-lhes a figura avelhentada e dolorosa de Frei João, que junta à biografia de D. Fernando cativo a derradeira, expressiva, comovente página. Só em Roma e na Grécia antiga se topa abnegação igual ! Anuncia-se perto o cortejo. O Infante, vestido de dó, meditabundo, penetra no recinto, enquanto o bronze da torre dobra a sinais. E na capela, por instantes deserta, chora o martírio do irmão e glorifica, num estremecimento de entusiasmo, as magnificências sublimes da Batalha, onde se vive

àlêm dêste mundo e da morte...

A realização teatral da cerimónia litúrgica que se segue, só excepcionalmente poderia corresponder à grandeza visionada através das rubricas do drama, aliás imprecisas neste ponto ; corrigidas, porém, ainda assim, as inexactidões rituais e encurtado, ao mínimo, o religioso acto. Celebrou-se, ao inumar-se o coração de D. Fernando na Batalha, o ofício dos Mártires e, após, a missa correspondente. O dramaturgo substituiu êsses obséquios fúnebres, aliás irrealizáveis no palco, pela recitação e pelo canto de versículos em linguagem vulgar, desnecessário atropêlo da verdade, pois se é certo que na leitura do poema dramático o desculpamos e até o preferimos pelo ensejo que nos dá de saborear uma admirável adaptação, o convencionalismo scénico está longe de comportar tamanhas liberdades, admissíveis na obra do poeta mas condenáveis na do escritor de teatro.

O Infante — e ainda aqui o facto histórico é rigorosamente observado — toma nas mãos a relíquia, oscula-a e mostra-a, como que para que a venerem, aos que o rodeiam. E o poeta, perscrutando o pensamento de D. Henrique e traduzindo o seu gesto, põe-lhe na bôca, antes que o coração desça à sepultura, estes soberbos versos de epepeia e de tragédia :

Deus, que nos viu do céu, escolhendo o mais belo,
Disse à Desgraça : «Vês ? Torna-te o seu flagelo !»
Disse à Miséria : «Vai ! Cobre-o de cinza e de dó !»
E para a Dôr : «Sê mais do que a lepra de Job !»
E a dôr roeu-lhe o corpo e todo o descarnou
Até ao coração e então aí... parou.
Parou... para que Deus, tomando-o em sua mão,
Dissesse à nossa terra : «Eis o teu coração !»
E fazendo raiar em divina nudez
Tudo o que há de mais nobre em peito português,
Deu ao nosso destino uma estréla imortal,
Fez dum só coração o amor de Portugal !

Quando pelas naves ainda ecoam os trenos dos religiosos, D. Beatriz, a filha de Zarco, com cândidas vestes de noiva, pálida de morte, «como sonâmbula», entra na capela e, amparada a D. Mécia, sua irmã, encaminha-se para o cofre que guardou as relíquias de D. Fernando, sem reparar na turba que a cerca, cheia de assombro. Sôbre êle derrama as flôres do regaço e dos seus

lábios exangues soltam-se, em vôos líricos, as lástimas e os adeuses. Mas quando os olhos deparam o coração do amante, já no túmulo, e depois descobrem na multidão, entre os cavaleiros e os frades, a D. Henrique, o horror domina-a, envergonha-se de viver, pede que lhe dêem a morte e suplica-o ao próprio Infante, cuspendo-lhe na face impassível as acusações de sempre :

Tu que mataste o irmão, tu que o foste entregar
 Às mãos dos infiéis, de joelhos te peço :
 Tira-me o coração, que ainda te agradeço.
 Mata-me a mim também e eu morrerei feliz !

Levam-na como que morta. Ele fica só, sem lágrimas, e numa súbita explosão de alma em contida revolta, é ao progenitor imortal que se dirige :

Dize-me, ó Rei, meu Pai :
 Já menti ao teu sangue ? ! Eu acaso manchei
 A raça que empunhou o teu scetro de Rei ? !
 Dize : Não lutarei como lutam os bravos ? !
 Já mostrei algum dia o temor dos escravos ? !
 Não vivo e luto só por amor desta terra,
 E por ela e por Deus com o facho da guerra
 Não fui além do Mar nas minhas caravelas ? !
 Eu, que por tanto a amar, desafio as procelas !
 Eu, que fui habitar numa inóspita frágua
 Com os ventos do céu, junto aos desertos de água !
 Eu, que a cada revés me levanto e ainda teimo ;
 Que me abraso por ela, e deliro, e me queimo !
 Eu, que sacrifiquei, até, o próprio amôr.
 E eis-me assim ! A seguir-me há sempre e só a Dôr !

Falando ao pai, falando a si próprio, falando a Deus,

(Nunca julguei tão fundo o cálix da amargura
 Que pudesse tornar sem limite a Desgraça !)

a sua determinação é irreduzível :

Sei que tenho um destino : hei de levá-lo ao fim . . .

E despede-se do irmão e abraça-se à estátua jacente de D. Filipa, soluçando :

Fica, jóia de amor, em teu sagrado cofre !
 Minha mãe! Minha mãe ! Como o teu filho sofre !

O terceiro acto finda sem que se renove com a mesma intensidade o frêmito do entusiasmo que perpassou na platea ao terminar o segundo. Não foi a majestosa imponência da moldura — a capela do Fundador — que diminuiu a sonhada grandeza do quadro, mas a sua frouxa teatralização, apesar do préstito funerário de cavaleiros e monges e do aparecimento espectral da filha de Zarco. Com efeito, não há intriga, nem embates novos, nem movimento scénico que prendam e empolguem, e o mesmo episódio central, o de D. Beatriz enroupada de vestes nupciais, suplicando a morte e invectivando

o Infante junto do altar, possui pontos de identidade com o do acto anterior em que ela, numa crise de histerismo, o culpa da desgraça de D. Fernando e se lhe roja aos pés. O diálogo teológico e humorístico dos dominicanos, a narrativa patética de Frei João Álvares, os grandiloquos monólogos de D. Henrique são, incontestavelmente, primores literários; não bastam, porém, a satisfazer os que distinguem entre literatura dramática e — teatro.

O último acto passa-se, muitos anos depois, na solidão de Sagres. É nos aposentos do Infante quando já a morte o espreita. O mar, as terras, por descobrir e descobertas, a ignota Índia, eis a sua preocupação de sempre, eis o pensamento que o absorve ainda na derradeira hora. Quer escutar da bôca dos seus nautas o relato das grandes emprêsas que levaram a cabo. Embevecido os ouve; a nova de que a Valarte o enguliram as ondas amargura-o. Depois visiona, em delírio, o áspero, doloroso currículo da sua existência. A ronda dos fantasmas familiares surge: D. Duarte, morto de paixão; D. Fernando, pendurado nas muralhas de Fez; D. Pedro, insepulto em Alfarrobeira, varado por uma seta... Não apenas os irmãos, mas os sócios, os colaboradores nas aventuras marítimas e que o mar ou o sertão devoraram. A morte aproxima-se-lhe também. Já sente suas mãos invisíveis. Manda que venha o sobrinho, o pequeno príncipe que um dia há de ser o rei, e êste chega, com D. Mécia, cujo amor o Infante despedaçara dentro do coração para melhor amar. A ambos fala e à criança, que se chamará D. João II, faz o testamento do seu espírito :

E porque eu dei o mar aos Reis de Portugal
 Ouve-me antes que chegue a tormenta final.
 Quem quer vencer o mar tome-lhe o duro trato
 De profundo amargor; seja ainda mais bravo!
 O mar, como Baal, deus dos cartagineses,
 Só se doma com sangue; e ai de mim quantas vezes
 Tive de lhe oferecer sacrifícios humanos!
 Quem quer vencer o mar, despreze o amor da Terra!
 O pior inimigo, a mais cruenta guerra
 Vive no coração, é do peito que vem:
 Sa algum dia gemer, despedaça-o também!
 Esculpe o teu perfil no mármore da vida,
 Firma o nobre lavor co'a mão bem decidida.
 Todo o homem nasceu, seja vilão ou Rei,
 Com o seu destino próprio . . . e o mesmo cada grei
 Mas hão de conquistá-lo. E homem, povo divino,
 É só o que se eleva ao seu próprio Destino,
 E, se erguendo o cinzel, rasgando o vulto régio,
 Tu alcançares fundir o teu destino egrégio,
 Com o da forte grei que o teu braço governa,
 Há de rir-se da Morte a vossa estátua eterna!

E o herdeiro de D. Afonso V, o moço príncipe que o dramaturgo fez crescer um pouco em idade e de quem Guedelha profetiza :

Já o vejo a rasgar o destino mortal
 A ferro, a fogo, a sangue, a golpes de punhal!,

promete cumprir tudo quanto lhe diz o moribundo. A situação é, teatralmente, bem achada: em face um do outro, dois dos maiores homens que deitou Portugal, — o que, realizada a sua missão épica, entra na imortalidade, e o herdeiro da sua alma, de rija têmpera, que empunhará como nenhum dos nossos reis o scetro do mando . . .

Mas a situação seguinte, cheia de arrôjo, não nos parece menos dramática, embora esteja mais longe da verosimilhança. D. Henrique pede um padre que o oiça, e, em vez do seu confessor habitual, trazem-lhe Frei Gaspar, que veio com o príncipe D. João. O domínico, mal o Infante pronuncia as primeiras palavras do *Confiteor*, observa-lhe que basta confessar um pecado: o fratricídio! A sua negra ambição levara-o a sacrificar os do próprio sangue. «Até aqui!» brada o moribundo, reconhecendo o frade, que é um símbolo, e de novo se justifica contra os que não puderam ou não quiseram entender o seu papel na vida:

Obedeci ao céu! Vim por mando divino
 Dar ao Homem e à Terra outro maior Destino.
 Por mando seu rasguei de sôbre o Mundo a Treva;
 E sempre que alguém há que tão alto se eleva
 E que Deus o tornou tão poderoso e forte
 Para moldar a Vida há de espalhar a Morte!

O seu último olhar é para o Oceano. Para êle os adeuses supremos. Ao sobrinho entrega os marinheiros que veem assistir-lhe ao trespasse:

. . . Aqui os tens, meus filhos e do povo,
 E nunca os houve assim. Deixo-te o «Homem novo».

Agoniza. Já não vê. Delira. E a sua voz, que se apaga, sussurra:

Marinheiros liais! Eh lá!... às caravelas!...
 Sopra o vento aguião! Larguem-lhe bem as velas!..
 Assim .. ao largo... àlêm... Terra! Vida imortal!
 Índia... Preste João... Portugal!... Portugal!...

Morreu. O pano desce lento, emquanto o príncipe, entre o chôro alto dos marujos ajoelhados, beija uma das mãos inertes do Infante . . .

Tentámos resumir, sem ocultar o que encerra de beleza e de nobres intenções, a obra inspirada, sob vários aspectos excelente, de Jaime Cortesão. Resta dizer que, se no desempenho houve insuficiências, Ferreira da Silva (D. Henrique) teve passagens muito felizes e pormenorizou, segundo os seus processos de actor naturalista, o último acto. Outros dos principais intérpretes que é justo mencionar: Angela Pinto (D. Beatriz), Augusto Rosa (Mestre Guedelha), Chaby Pinheiro (Luís Carneiro), Thomás Vieira (João Fernandes) e Teodoro Santos (Frey Gaspar, o dominicano). Mas as dificuldades foram distribuídas equitativamente a quási todos, e não só pelos que mencionamos, esforçando-se alguns por vencê-las com inegável desejo de acertar.

AVELINO DE ALMEIDA.

Relatorio do Cônsul de Portugal no Maranhão

.....
Quanto aos «alvires de carácter absolutamente práctico», restrinjo-me a indicar o que fazem os nossos concorrentes, os quais, além de manterem aqui os seus representantes fixos, expedem para cá todos os anos caixeiros viajantes, muitas vezes os próprios donos das casas fornecedoras, e se empenham, sem descanso, pela ampliação dos seus transportes oceânicos. Nós agimos de modo completamente diverso — e, por isso, despojaram-nos em rápidos anos do que nos consumiu demorados séculos de trabalho e sacrifício.

Diminuindo o imposto de saída, que recái nos vinhos, e acreditando-lhes os tipos, evitaremos talvez a fraude às escâncaras, pois nesta nação e noutras, que os vendem, enxameiam os falsificadores das nossas marcas. Sôbre as conservas de peixe, em especial as da sardinha, ousou lembrar a V. Ex.^a que a de *Setúbal*, uma das melhores, se exporta daquela cidade com o *rótulo de Nantes*, e vem para o Brasil por intermédio de varios negociantes, — não os nossos.

O mesmo direi das rôlhas, de que deixamos ir para o estrangeiro a matéria prima. Em frutas, se a embalagem prestasse, águas minerais, conserva de legumes, azeite, que se prefere a qualquer outro, auferiríamos ainda ótimos resultados, se fôssemos

mais cautelosos. Café, cacau, açúcar, como V. Ex.^a sabe, produz-se o bastante nesta república, e em superabundância o primeiro dêesses três géneros. Em tecidos de algodão, igualmente se fabrica o preciso à procura.

Junto a resposta ao questionário.

Saúde e fraternidade.

M. FRAN PACHECO,
Cônsul.

RESPOSTA AO QUESTIONARIO

I. — *Artigos de importação portuguesa e, sendo possível, a sua quantidade e valor.*

Recorrendo aos meus relatórios, apuro que, em 1911, o Maranhão encomendou às praças de Lisboa e do Pôrto as seguintes mercadorias: — Vinhos, 207.782\$880; vinagre, 4.900\$800; cebolas, 52.527\$200; batatas, 22.011\$600; feijão, 21.322\$500; obras de ferro, 43.175\$942; produtos farmacêuticos, 33.769\$356; frutas verdes, sêcas, etc., 17.9770840; cordoalha, 16.447\$800, tecidos e roupas feitas, 15.4440165; peixe em conserva, sobressaindo a sardinha, 14:331\$500; legumes em conserva, 12.919\$400; ferramentas grossas, 6.243\$600; alhos, 7.590\$...; carnes em conserva, 3.944\$540; rólhas, 1.002\$100., etc. O total da importação montou a 477.027\$570.

Em 1912, os géneros vindos foram: — Vinhos, 196.251\$000; cebolas, batatas, frutas e legumes, 88.398\$000; conservas de fruta e peixe, 42.883\$000; azeite, 46.000\$000; ferragens, 21.336\$; etc. Total, 469.167\$000.

Em 1913: — Vinhos, 204.448\$000; vinagre, 12.096\$500; conservas, 61.491\$000; ferragens, 31.081\$000; cebolas, 31.033\$000; feijão, 18.378\$000; alhos, 14.600\$860; batatas, 6.330\$000; frutas verdes, 8.177\$000; , etc. Total, 488.991\$360.

Em 1914: — Vinhos, 134.344\$350; vinagre, 7.939\$000; azeite, 43.333\$000; conservas, 31.895\$000; cebolas, 13.475\$000; alhos, 4.066\$000; batatas, 3.893\$000; frutas verdes, 3.846\$000; ferragens, 10.044\$000; roupas feitas, 9.170\$000, etc. Total, réis 291.354\$050.

II. — *Artigos similares de importação estrangeira e, sendo possível, a sua quantidade e valor, por cada país de origem,*

principalmente pelo que se refere à procedencia alemã, austriaca e turca.

De vinhos, veem alguns da França, da Itália e Espanha, destes dois últimos países, via Lisboa; batata, em grande quantidade, da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos; camisas, colarinhos e ceroulas da Áustria, artigos já substituídos pelos portugueses; ferragens, — machados e foices, dos Estados Unidos, fechaduras, Alemanha, França e Inglaterra; conservas de peixe e legumes, da França; frutas verdes e em conserva, dos Estados Unidos, que bateram o nosso produto em todo o Brasil.

É impossível obter de pronto os respectivos algarismos. Mas posso adiantar que, em 1914, o Maranhão comprou à Inglaterra 1.722:087\$680; aos Estados Unidos, 1.330:535\$090; à Alemanha, 780.370\$888; à França, 451.957\$300; A Turquia nada manda, apesar de possuir aqui uma numeroso colónia. É que lhe faltam, como a nós, carreiras de navegação directa para cá. Mau grado isso, os otomanos substituir-nos-hão, porque o seu número sobe dia a dia e já se apossaram duma larga parte do baixo comércio. Dentro de pouco, serão donos do restante.

III. — *Apresentação, acondicionamento e embalagem dos diversos artigos.*

O que há de pior. Primitiva, sem nenhum gosto, inteiramente detestável. Apenas são sólidos e bons os acondicionamento e embalagem dos vinhos, conservas e roupas. Uma tristeza!

(*Continua*).

M. FRAN PACHECO,
Consul

Notícias & Comentários

INAUGURAÇÃO DO MUSEU JOÃO DE DEUS E DO JARDIM-ESCOLA JOÃO DE DEUS, DE LISBOA

Inauguraram-se oficialmente no dia 11 estas duas admiráveis instituições, constituindo êste facto um verdadeiro acontecimento nacional. No próximo número a *Atlantida* consagrar-lhe-há algumas páginas, publicando os retratos de João de Deus e de João de Deus Ramos, o criador dos Jardins-Escolas.

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MEMSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I-II E III)

Cada capa \$30 Cada encadernação \$50
Pelo correio \$32 Pelo correio \$56

CADA VOLUME ENCADERNADO 1\$50
PELO CORREIO 1\$56

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 14

<i>O Codigo Civil Brasileiro</i>	Matos Cid
<i>Canção das águas</i>	Teófilo de Albuquerque
<i>Jogos florais luso-brasileiros</i>	Júlio Brandão
<i>Prólogo das «Ilhas de Bruma»</i>	Affonso Lopes Vieira
<i>Russa de má' pêlo (continuação)</i>	Teixeira de Queiroz
<i>O campónio wallon</i>	Henrique de Dacia
<i>Ronald de Carvalho</i>	Luís de Montalvor
<i>Claro de Lua</i>	Ronald de Carvalho
<i>A linguagem alto-minhota e a literatura</i>	F. Alves Pereira
<i>Carteira dum libertino</i>	Aquilino Ribeiro

REVISTA DO MÊS

<i>Carta do Brasil</i>	João d'Além
<i>Notas de Madrid</i>	António Jaén
<i>A «Galeria das Artes»</i>	V. F.
<i>O mês literário</i>	{ Joaquim Manso
<i>Os Teatros</i>	{ Marques Braga
<i>Émile Verhaeren</i>	Avelino de Almeida

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reprodução de: Francisco dos Santos.
Desenhos de: Raul Lino e Santos Silva.

AGENCIA NO SUL DO BRASÍL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 números) 12\$000
Semestre 7\$000

Número avulso 1\$500



ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 16

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Ecdalo Pinheiro

N.º 16

15 de Fevereiro de 1917

SUMÁRIO

<i>Ao Exército Português</i>	
<i>Festa de amor e de arte (No atelier de Teixeira Lopes)</i>	Júlio Brandão
<i>Dr. Luís de Sousa Dantas</i>	
<i>A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a proposito de Rousseau e de Camões</i>	Antonio Sérgio
<i>A Canção de Legnano, de J. Carducci, traduc. de Anforas portuguesas</i>	Silvio Rebello
<i>Funerais de Viriato</i>	Luís Chaves
<i>Sapho</i>	Hipolito Raposo
<i>Tormenta</i>	Luís de Freitas Branco
<i>Produzir, eis o problema</i>	Quarte Solano
<i>Em guerra</i>	Urbano Rodrigues
<i>Rochedos</i>	Fran Paxeco
	Paulo Osorio
	Candido Guerreiro
REVISTA DO MÊS	
<i>Lauro Sodré</i>	
<i>Crónica musical</i>	Humberto de Avelar
<i>Os Teatros</i>	Avelino de Almeida
NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS	
<i>Reproduções de:</i> Teixeira Lopes.	
<i>Desenhos de:</i> Jorge Cid, Raul Lino, Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro e Santos Silva.	

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	2\$80
Seis meses	1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
---------------------------	---------

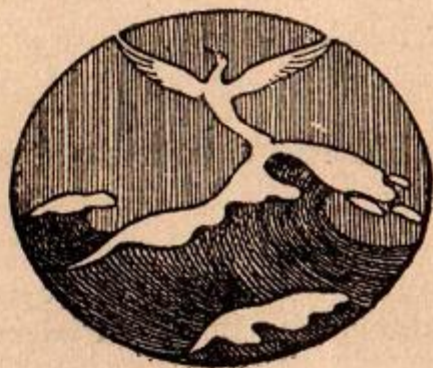
Número avulso em Portugal \$25

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO.
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



VOLUME IV

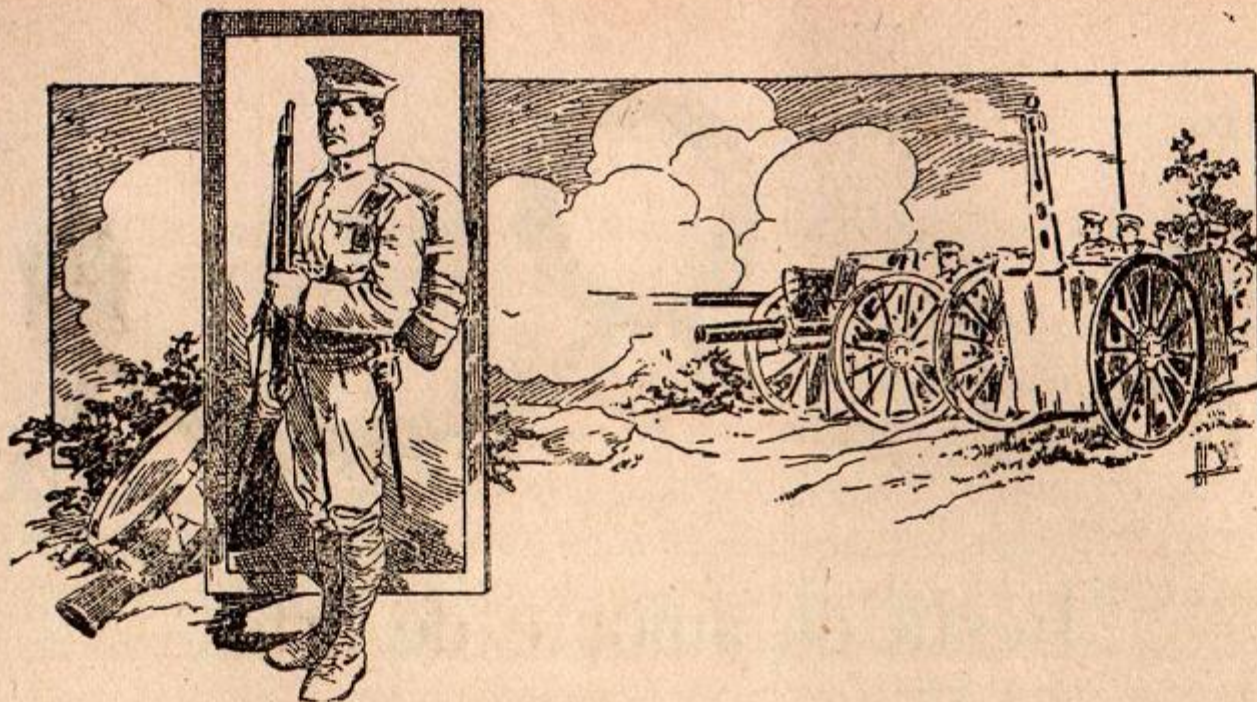
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

—
EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

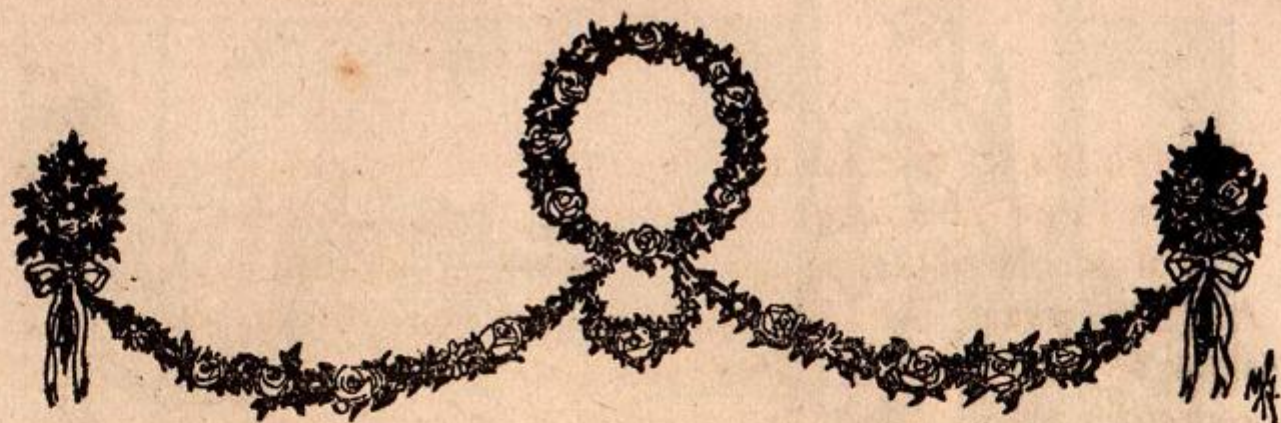
REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24—LISBOA



Ao Exército Português

Órgão de propaganda luso-brasileira — quer dizer: — latina — a «*Atlantida*» saúda hoje, com indizível orgulho, as primeiras tropas portuguesas que pisam o solo da França. Viver é realizar um ideal. E não são dignos de viver os povos que se esquecem de que nem só a expansão económica e comercial é necessária para a sua existência: — é preciso também que o seu espírito, a sua alma, a sua fé, o seu entusiasmo despertem no mundo aquela atenção e simpatia que é, unicamente, o respeito pela própria razão de ser da nacionalidade. Portugal, enviando tropas para o campo de batalha onde vai combater ao lado da sua velha e nobre aliada, a Inglaterra, soube impôr-se à admiração e à consideração de todos os países. Faz um sacrifício que o reabilita, que o honra, que o exalça. E mais uma vez acende, como um clarão que ilumina o futuro, êsse facho de epopeia deslumbrante que o tornou grande e forte no passado. Nesta hora de suprema comoção as palavras são de certo inúteis: — mas não é inútil afirmar que os soldados portugueses, lutando, em França, pelo seu país, lutam também pela civilização a que pertencemos, pelo ideal que sempre defendemos, pelo futuro das ideas e dos sentimentos entre os quais fomos educados. A «*Atlantida*» faz ardentes votos pela vitória das nossas armas, certa de que elas saberão ressuscitar o génio épico e para sempre imortal dos nossos heróicos antepassados.



Festa de amor e de arte

NO ATELIER DE TEIXEIRA LOPES

Vai para um ano que eu não visitava o *atelier* de Teixeira Lopes. Fui lá um dia dêstes, na ânsia de contemplar algumas obras primas, novas para mim, em cujo bronze glorioso ou mármore lírico sentisse latejar a vida que eterniza as figuras do grande estatuário.

Aproveitei uma hora de sol, sempre doce neste tempo de frio e brumas, que mal consentem que as mimosas se doirem, — e não tardou que visse, das suas colinas, Gaia sorrir-me, na auréola dum céu azul esbranquiçado como flores de hidrângea. Mais uma vez me veio à lembrança o que já escrevi em tempos: que no braço da Vila antiga e ilustre deveria haver um emblema que evocasse, nos seus campos de oiro e púrpura, a Estatuária de Portugal.

Ali modelou os seus barros e cinzelou os seus mármoreos o grande taciturno do «Desterrado», como os cinzela agora o artista elegíaco e supremo da «Viúva» e da «História». Era tôda uma glória. Não ficou Milo célebre por lá ter aparecido uma só estátua esplêndida? Quem se lembrava dela, nesse claro mar Egeu, ocupada na apanha da azeitona ou a espremer os seus cachos? Tanagra, escondida entre mirtos, não se immortalizou por guardar ainda intactas nas necrópoles algumas figurinhas de coroplastas anónimos, mas de tál simplicidade e beleza, que Gérôme incarnou a cidadezinha beócia no mármore famoso e simbólico duma estátua?

Em Gaia, além dos dois preclaros nomes, que dominam magnificamente a escultura portuguesa, além do venerando pai de

Teixeira Lopes, a quem nos vamos referir, teem florescido e florescem raros talentos de escultores.

Foi lá que modelou as suas primícias reveladoras o pobre Augusto Santos, um caso patológico de desventura artística, que ainda hoje faz tristeza; foi lá que trabalhou Joaquim Gonçalves, a quem a morte veio tolher o passo, quando o artista, ofegante, ia já quasi no mais alto da encosta; Fernandes Caldas fez ali alguns primores na escultura religiosa; Ferreira de Oliveira está ali concluindo o seu belo monumento da Guerra Peninsular; em Gaia esculpe Diogo de Macedo, um novo ilustre e sequioso de originalidade, que os senhores ainda há pouco aplaudiram em Lisboa. E não falo agora em santeiros e oleiros de nome vago ou perdido, cujos barros populares guardaram não poucas vezes tanto carácter, tam viva expressão regional, tanta unção piedosa ou *vis* irónica na concepção da vida, que os não desdenhariam Machado de Castro ou o velho frade trino Manuel da Teixeira. Recordo-me ainda de ver nos presépios da minha infância, em episódios dum saúdoso e deleitoso anacronismo, figurinhas quasi tam belas e expressivas como as dos grupos campestres dêsse incomparável António Ferreira. Os mestres do século XVIII tiveram ali discípulos e continuadores adoráveis, que fizeram florir, em lindas jóias de barro, o coração do povo, eternamente heróico, amoroso, nostálgico. Êsses barros humildes cantavam como ramos de cravos nas jarras de faiança, sonhavam como violetas bravas, sorriam como as rosas de todo o ano.

Gaia é, na verdade, um ninho bem-fadado de escultores e ceramistas. E se é certo que «a escultura é a expressão de arte que em Portugal descreve a mais completa e característica linha de evolução ininterrupta» — Gaia tem bem de que orgulhar-se, por ser a terra portuguesa que pôde agasalhar, na doçura bucólica dos seus morros verdejantes, os dois homens que nos deram a flor mais radiosa e mais perfeita de arte tam nobremente criadora, tam opulenta e tam unida aos fastos nacionais. Positivamente precisa de juntar aos castelos e ao guerreiro buzinante do seu braço um outro emblema excelso que nos alembre a Estatuária, até porque o retinir das lanças apaga-se e compunge, e o esplendor da beleza e do génio é imortal como o amor.

*
*
*

Em boa hora foi a minha abalada a êsse «atelier» e a essa

casa de encantamento — de encantamento pelo carinho que encerra, e pelas preciosidades de museu que a decoram. Tive a ventura de ver, entre outros trabalhos incompletos do escultor, os bustos do pai e da mãe de Teixeira Lopes, que a *Atlantida* vai reproduzir a par do retrato da Sr.^a Duquesa de Palmela, mármore em que o escopro fez mais que o deus do Génesis, porque criou e fez surgir do bloco inerte a vida extinta, em forma, em transparência, em luz e em sonho.

Essas esculturas pertencem à vasta galeria de maravilhas, que na obra variadíssima do artista como que cristalizam aquela comunicativa emoção, que o impõem como um dos nossos mais extraordinários poetas. Perdoem-me insistir numa idea já por mim, em vários passos, repisada. Êle pode afirmar, com o assombroso Dostoïewski, que professa a religião do sofrimento humano; êle trata as crianças com a graça dum Clodion, e já sabemos que em tudo é portentosa a sua técnica; mas a ternura de que as nimba, como aos velhos e a certos rostos femininos, não nos sugere logo o encanto inexprimível dêsse «Campo de Flores», imarcescível e divino? Ê, essencialmente; e, se Teixeira Lopes, assim como é um escultor prodigioso, fôsse um poeta ou um prosador correspondente ao estatuário, havia de enfileirar — não lhes parece? — entre alguns dos que mais caracteristicamente exprimem a grande alma lírica de Portugal: — Bernardim, Camões, Manuel Bernardes, Garrett, Júlio Dinis, João de Deus . . . Ainda nas suas mais famosas obras monumentais e decorativas, como que bate um clarão dêsse luar espiritual, tam semelhante ao da nossa lua de Agosto, enchendo o mar e os campos de Saùdade . . .

Fui encontrar Teixeira Lopes numa tarefa piedosa e enternecida — que também me enterneceu. O artista preparava uma surpresa a seu pai, que neste Fevereiro álgido completa oitenta anos. O filho quer celebrar o dia augusto do aniversário com uma festa familiar de amor e de arte, deliciosa e comovente; e a surpresa consiste na reunião do maior número de trabalhos artísticos do pai, na sua grande parte dispersos ou lamentavelmente perdidos.

Vem, pois a propósito falar-lhes de José Joaquim Teixeira Lopes, a quem os oitenta anos ainda não encaneceram de todo as belas barbas de patriarca, porque aquele corpo tem tido sempre a tonificá-lo contra as lutas duma vida longa, de trabalho ho-

nesto e árduo, a rara fortaleza da sua alma, o lume vivo, e constantemente benéfico, do seu coração antigo... Êste homem ilustre, que voluntariamente se apaga na sua modéstia, tem vindo a esbanjar perdulárimamente, pelo largo caminho percorrido, o seu grande talento e o seu affecto admirável. Basta vê-lo no busto, que o filho modelou com génio e mãos de amor, ao lado do da mãe, senhora cuja bondade imensa ainda alumia da Morte o lar mais triste; basta uma vez fitá-lo no «pastel» magistral de Malhoa — como agora só nos resta contemplar viva a esposa no mármore do filho, e num retrato maravilhoso de Salgado...

O pai Teixeira Lopes recorda-nos, na bonomia atraente e na interemata nobreza moral, certas figuras portuguezas, que Júlio Dinis ainda fixou soberanamente, com reflexos de outra a que Junqueiro deu grandeza estranha na simpleza rústica e divina do seu pastor dos «Simples»... Já não haverá muitas assim nesta hora amarga do globo!

Entre nós vão fugindo, como velas saúdosas na grande volta do mar. Doces sombras amigas, projectadas no vortilhão de egoísmos que uma filosofia deturpada desencadeou como alcateias. E para aqueles que ainda pensem que os filósofos já não revolvem o mundo, bastará lembrar-lhes que a fumarada asfixiante da guerra que enche de sangue e lágrimas a terra (oxalá para a terra florir de novas sementeiras esplêndidas) tomou todo o alento nas palavras escaldantes dum homem de génio, que vai para dezasete anos morreu louco em Weimar...

José Joaquim Teixeira Lopes estudou na Escola de Belas Artes do Pôrto com João Correia, desenhador de raro mérito, e com Manuel da Fonseca Pinto, escultor de recursos acanhados. Datam dêsse tempo longínquo a estátua de D. Pedro V e outros trabalhos seus, que vagamente prenunciam tôda a obra variada e singularmente bela, que nos havia de dar depois da sua volta de Paris, onde praticou na Escola Imperial de Belas Artes, com o professor Jouffroy. Em Paris, o escultor destaca-se logo brilhantemente com a estátua «A União faz a fôrça»; e, de regresso, dá-nos, por exemplo, uma admirável Caridade, mármore maior que o natural, que felizmente existe num sepulcro do Repouso. Executa ainda o belo monumento ao conde de Ferreira, e o baixo-relevo do baptistério da Sé, um bronze incontestavelmente poderoso. O Brasii deve possuir diversas obras suas, feitas ainda no Pôrto, e que honram seguramente a nossa imaginária religiosa.

Depois instala-se em Gaia, e a sua actividade não esmorece um momento, num longo dobar de anos. A Fábrica das Devesas, que criou e dirigiu artisticamente até há pouco, deve-lhe todo o seu esplendor e tôda a sua nomeada. É um *fervet opus*. É necessário um esforço titânico e constante. O escultor e o ceramista dão-se as mãos nesse esforço. Há então pinturas suas de azulejos verdadeiramente deliciosas; o barrista modela tipos de costumes regionais, na realidade encantadores de sentimento, de movimento, de leveza, e executa trabalhos decorativos para indústria, e de cerâmica, em que logo sentimos a destreza e o gôsto dum artista excepcional.

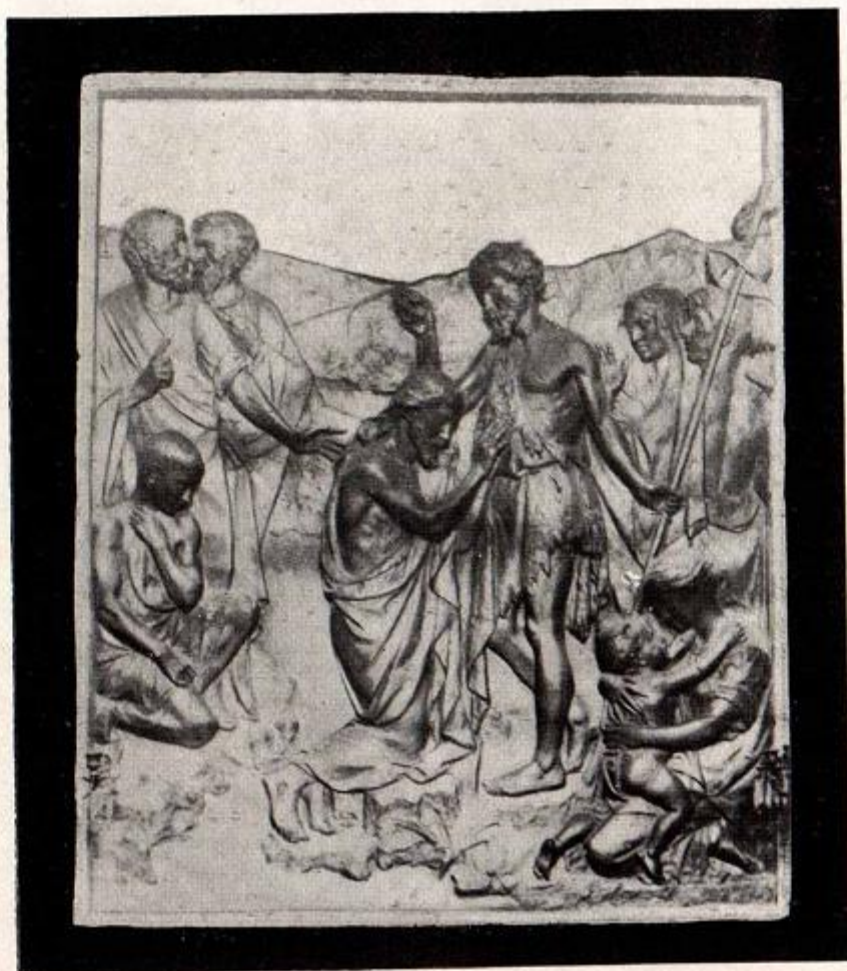
Mas o trabalho acumula-se. «A vida não é um romance», como diz o Francês, querendo ensinar-nos decerto que ela é, quasi sempre, uma pérfida hiena. E a sua actividade continua sempre inquebrantável, criando beleza, espargindo às mãos cheias bondade, aureolada pelos clarões fulvos e ensangüentados dos fornos da sua fábrica.

Nos trabalhos difficilmente reünidos agora pelo filho — e com que ternura! — deparam-se-nos *maquettes* preciosas, barros duma expressão incomparável, estatuetas de costumes, bronzes de arte, azulejos e desenhos. Predominam os esbocetos de obras que foram levadas, quem sabe para onde, mas que não se imagina como vibram ainda na rapidez do escôrço!

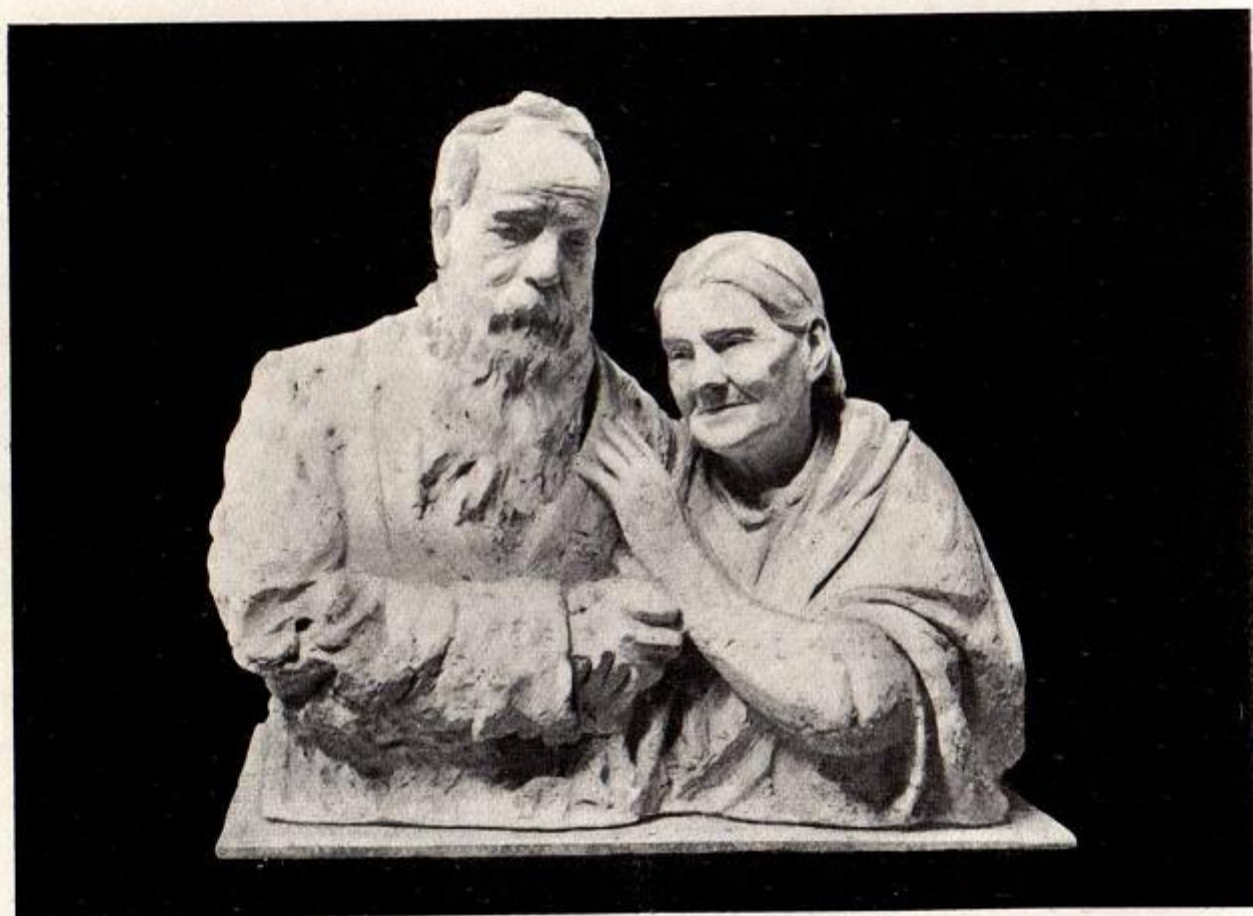
Tudo isso ressurgirá, como por encanto, em 24 dêste Fevereiro álgido, aos olhos de José Joaquim Teixeira Lopes. Será uma revoada estridente de ilusões esplêndidas, que voltarão cantando à alma do artista — e que ao depois, outra vez, ficam saudades. Bandos de alciões, todos doirados no fulgor dum poente, que vão voando ao longe, sôbre as ondas, amargas e lugentes como a vida . . .

Nessa linda homenagem, que a piedade filial do grande escultor vai prestar ao artista illustre que é seu pai, estou a ver os olhos marejados dos dois, ao abraçarem-se longamente . . . Como eu avalio a alegria imensa do filho, celebrando na arte paterna, cândida e sugestiva como certas flores, a génese da sua arte avassaladora e triunfal; e como eu avalio o orgulho e a comoção profunda do pai! . . .

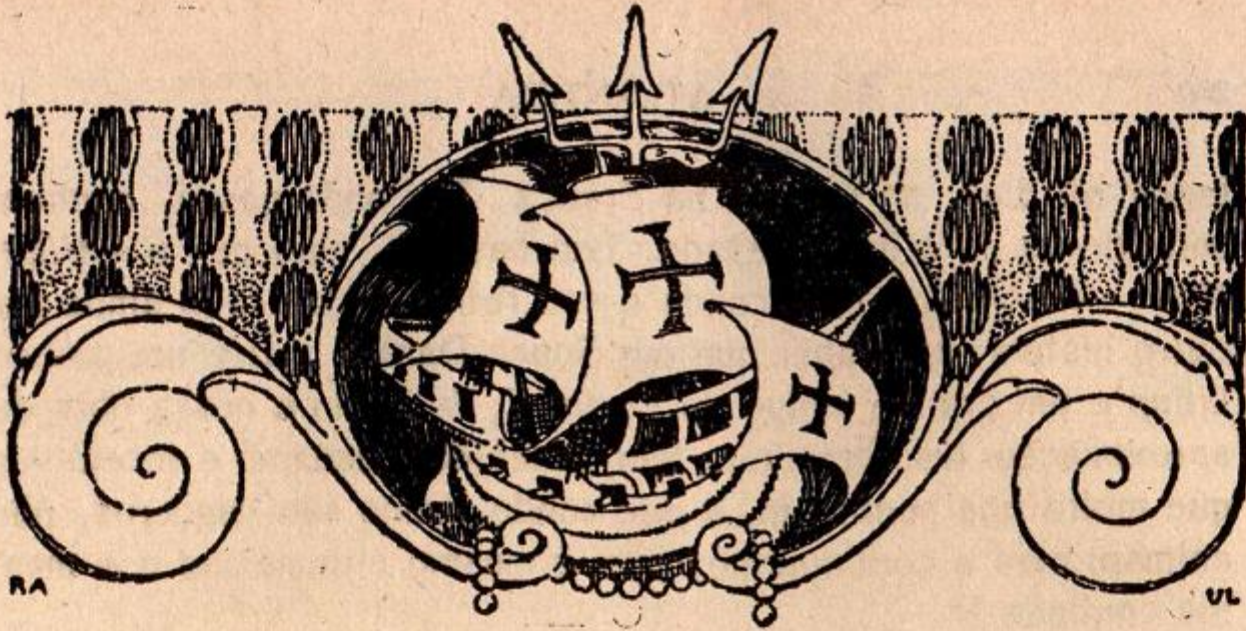
JÚLIO BRANDÃO.



TEIXEIRA LOPES (PAE) — O Baptismo de Christo
(Baixo relevo em bronze no baptisterio da Sé do Porto)



TEIXEIRA LOPES — Busto do Pae e da Mãe do grande artista



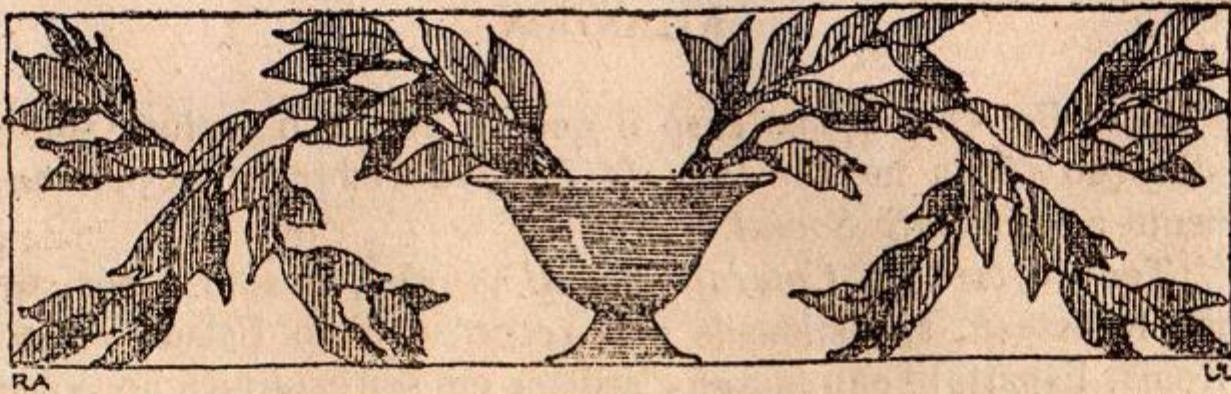
Dr. Luís de Sousa Dantas

Apesar das informações e boatos que davam êste eminente político como nomeado para a Legação do Brasil em Roma — onde já obteve os maiores triunfos — o certo é que o Dr. Luís de Sousa Dantas continua exercendo o seu lugar de Sub-Secretário do Ministério das Relações Exteriores. A «*Atlantida*» congratula-se vivamente com êste facto — e por dois motivos: — primeiro, porque vê nêle a consagração justíssima da obra diplomática do Dr. Sousa Dantas; segundo, porque nessa consagração se exalta um nobre espírito de artista, uma sensibilidade requintada e superior. Em toda a sua carreira, em todas as suas palavras, em todos os seus actos, o Dr. Luís de Sousa Dantas tem sido, com efeito, um homem do mais raro encanto, sem deixar de ser um político da maior energia. As suas convivências e amizades atestam a elevação da sua inteligência e do seu talento: — Barthou, d'Annunzio, Victor Margueritte foram seus camaradas de



todos os dias, na Itália e na França. Por onde passa, nenhum sufrágio da *élite* lhe é negado. Isto bastaria para que a «*Atlantida*» se honrasse publicando o seu retrato. Mas fá-lo ainda por outro motivo: por saber que em Sousa Dantas existe um grande latino e um grande amigo de Portugal, de quem a nossa obra de aproximação luso-brasileira tem recebido aplausos e incentivos que muito nos penhoram, e que sendo, como são, sinceros, nos animam para a continuarmos com o mesmo entusiasmo e a mesma confiada fé.





A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões

A liberdade humana sei eu o que é: uma verdade da consciên-
cia, como Deus. Por ela chego facilmente ao direito absoluto; *por
ela sei apreciar as instituições sociais.*

ALEXANDRE HERCULANO.

Num artigo do n.º 11 desta revista¹ salientámos nós, sob o título de *Espectros*, a persistência de certas fórmulas de proceder, de sentir e de pensar que sobrevivem às condições que antigamente lhes deram vida. Essa tirania dos Espectros exemplificámo-la então na instrução e na guerra actual; exemplifiquemo-la hoje em três domínios que se relacionam com êsses dois, quais são a educação cívica, a liberdade e o patriotismo, tomando para objecto da nossa análise duas obras cujas ideias se teem ligado às dos acontecimentos: o *Govêrno da Polónia*, de Rousseau, e o poema épico de Camões.

As convicções que podemos ter sobre a educação cívica dependem das que tivermos sobre a educação em geral, sobre a sociedade e sobre a política; ora, as ideias de Rousseau sobre estes três pontos são contraditórias: o Rousseau pedagogo e o Rousseau sociólogo são anti-societários e anarquistas; o Rousseau político, ao cabo de contas, é o mais sinistro dos autoritários (depois veremos por que motivo); e como a educação cívica depende por um lado da política e por outro da pedagogia, é naturalíssimo procurar se êle tentou uma conciliação, aliás impossível, entre os dois termos do problema tais como êle os teorizou, ou se subordinou a educação cívica, decididamente, à sua pedagogia ou à sua

¹ Setembro de 1916, p. 1052-67.

política. Foi este último caso o que se deu, e o capítulo sobre educação cívica no *Govêrno da Polónia* embrecha-se perfeitamente no *Contrato Social*.

Todo o êrro do *Contrato Social* provêm, quanto a nós, de que Rousseau, suggestionado pela recordação do Estado antigo (Roma, Esparta),¹ não logrou clarificar em seu espírito a noção de Vontade Geral e da sua maneira de se exprimir. A Vontade Geral pode ter, com efeito, uma acepção *qualitativa* e uma acepção *quantitativa*: consoante a primeira é a vontade legítima, racional; consoante a segunda é a vontade de todos, a vontade do povo. A primeira contém-se numa filosofia e a segunda numa urna; a primeira exprime-se numa Consciência e a segunda num bilhete de voto². Ora Rousseau, desprezando as condições da realidade, raciocina como se as duas coincidissem. Fica a doutrina, desta maneira, repousando no seguinte:

1.º — A redução da liberdade à faculdade de participação no voto (como no Estado antigo) e à submissão de cada homem ao poder absoluto da Vontade Geral (qualitativa e quantitativa, supostas coincidentes) com o fim de não ser submetido a nenhuma vontade particular;

2.º — A hipótese da possibilidade e da realidade de um impossível, que é a identidade dos cidadãos sob todos os aspectos (vontade, temperamento, inteligência, profissão, classe social, etc.). Só neste caso pode haver unanimidade perfeita: ora o *Contrato Social* pressupõe a unanimidade.

Admitir isto é sair da realidade; mas se o não admitirmos toda a doutrina do *Contrato* resulta um sofisma monstruoso, a fundamentar a mais horrenda e mais absurda das tiranias (e assim ela se manifestou nos acontecimentos da Revolução; assim ela viveu dentro do espírito dos seus sectários jacobinos).

Só na hipótese da identidade absoluta dos indivíduos (e das acepções qualitativa e quantitativa a que já nos referimos) podemos aceitar ao mesmo tempo: que «todo acto autêntico da Vontade Geral obriga ou favorece *igualmente* todos os cidadãos» (IV, 49³);

¹ Quando criança, Rousseau encheu-se de Plutarco; suponho que virá de aí em grande parte o seu espectralismo na política.

² Transposto da nação para o indivíduo, o conceito qualitativo da vontade geral leva ao imperativo categórico de Kant.

³ Os n.º de página são relativos às edições mais acessíveis, as da *Bibliothèque Nationale*, tanto do *Contrato* como do *Emílio*.

que exista um Estado em que não haja sociedade alguma particular (III, 45), e que opinando cada cidadão só por seu critério (III, 45) todos tenham não obstante a mesma opinião; só na hipótese dessa identidade absoluta podemos admitir como ideal «a alienação total de cada associado com todos os seus bens a toda a comunidade, porque (diz Rousseau) em primeiro lugar, dando-se cada um inteiramente, *a condição é igual para todos*, e em segundo, sendo igual para todos a condição, não há interêsse para alguém em torná-la onerosa para com os outros» (35); só em tal hipótese compreenderíamos que o Estado, em relação aos seus membros, seja senhor de todos os seus bens pelo contrato social (35).

É verdade que o próprio Rousseau nos insinua, numa nota, que «para que a vontade seja geral não é sempre necessário que seja unânime, mas é mister que todas as vozes sejam contadas» (45). Eis aí as condições da realidade: a vontade não unânime; mas, nêsse caso, — ¿ como admitir que uma decisão tomada contra a vontade de alguns seja para todos igualmente favorável? Rousseau admite êste absurdo, pois diz que «quemquer que recuse obedecer à vontade geral será compelido à obediência por todo o corpo, *o que outra coisa não significa senão que o forçarão a ser livre*» (33). A liberdade é pois para o Rousseau do *Contrato Social*, praticamente, a submissão absoluta à vontade da maioria. Suponde agora uma minoria atrevida e sem escrúpulos, fortemente organizada, absorvendo pelo terror e pela cupidez a opinião dos dispersos e dos ambiciosos, falando em nome da «vontade geral» para «obrigar os outros a ser livres», e tereis o jacobino bem couraçado com a doutrina do seu evangelho. É a monarquia absoluta traduzida em termos de «vontade geral», ou, se quizerdes, a onipotência de direito divino sob fôrma demagógica. A doutrina do *Contrato Social* nega a idea de contrato social, pois que infringe a condição de validade do contrato: a liberdade dos contratantes¹.

Tal nos aparece o Rousseau político: negação absoluta do indivíduo, em proveito da sociedade; o Rousseau educador é precisamente o contrário: negação absoluta da sociedade. O *Emílio*

¹ Rousseau, no fim da sua vida, sentiu que o *Contrato Social* tinha vícios graves, e disse a Dusoulx: «ceux qui se vantent de l'entendre tout entier sont plus habiles que moi: *c'est un livre à refaire*; mais je n'en ai pas la force ni le temps.»

começa por enunciar e defender uma oposição irreduzível entre a sociedade e o indivíduo, e a incompatibilidade fundamental entre a formação do homem e a do *socius*: «É preciso optar entre fazer um homem e fazer um cidadão, porque não podemos fazer ao mesmo tempo um e outro» (I, 12). Não há meio-térmo entre a anarquia absoluta e a absoluta escravidão: «Há duas espécies de dependências: a das coisas, que é a da natureza, e a dos homens, que é a da sociedade. A dependência das coisas, não tendo nenhuma moralidade, não prejudica a liberdade e não produz vícios: a dependência dos homens, sendo desordenada, produ-los a todos, e é por ela que o senhor e o escravo se depravam mutuamente. Se há algum meio de remediar êste mal na sociedade, é substituir a lei ao homem, e armar as vontades gerais de uma fôrça real, superior à acção de toda vontade particular. Se as leis das nações pudessem ter, como as da natureza, uma inflexibilidade que nenhuma fôrça humana pudesse vencer, a dependência dos homens tornar-se-ia a das coisas; reunir-se-iam na república todas as vantagens do estado natural as vantagens do estado civil, e juntar-se-ia à liberdade, que mantêm o homem isento de vícios, a moralidade que o eleva à virtude» (I, 94-5).

Logo, segundo o nosso autor, cumpre aplicar em todos os domínios a maneira de agir da natureza. Mantêm-nos esta última, pretende êle, sob a dependência irrevocável das suas «leis»: e esta dependência, sendo amoral, inconsciente, não causa dano à liberdade. Se as leis da sociedade fôssem tão inflexíveis como as da natureza, estaríamos agrilhoados por grilhetas sociais destituídas de moralidade, e portanto seríamos livres. À deusa Natureza, sempre bôa, juntar-se-ia desta forma uma segunda deusa, a Vontade Geral, entidade também mística, «inocente», sempre bôa. Chama aqui Rousseau «liberdade» à dependência quando esta última é irremediável, absoluta, igual para todos, quando não há nada a fazer-lhe e quando é virtude de virtuoso à fôrça. Parece pois que o que nos torna escravos é a consciência, a veleidade, a idea, a pretensão à liberdade: sinto no mais profundo dêste pensamento a tendência mística de regressar à «inocência» do animal, da planta, do calhau, do inconsciente; o grande pecado do Ser seria a vontade de consciência, donde se concluiria que, se a vida nos fez homens e conscientes, o nosso dever é reagir contra essa tendência diabólica, esforçando-nos por nos devolver em pedregulhos sociais, inconscientemente submetidos ao

pêso da sociedade. É como um budismo epicurista (se me permitem esta expressão, extravagante como o sentimento que ela exprime) em última análise muito egoísta, mas de «coração sensível»: Emílio despejará facilmente «torrentes de lágrimas sobre o seio do seu preceptor», e «se bem que em geral não estime os homens, não lhes mostrará desprezo *porque os lamenta e se enternece sobre eles*» (III, 165). Sentir-se-há desobrigado com êste vão enternecimento; quanto ao resto, nada a fazer: é precisa a igualdade social, mas para que seja verdadeira deve vir imposta por uma força cega: «Há no estado civil uma igualdade de direito quimérica e vã, porque os meios destinados a mantê-la servem afinal para a destruir, e porque a força pública ajuntada ao mais forte para oprimir o fraco rompe a espécie de equilíbrio que a natureza entre êles estabelecera. Desta primeira contradição resultam todas as outras que se notam na ordem civil entre a aparência e a realidade. Sempre a multidão será sacrificada ao menor número, e o interesse público ao particular; sempre as palavras enganosas de justiça e subordinação hão-de servir de instrumento à violência e de arma à iniquidade, donde resulta que as ordens que se pretendem úteis aos outros só são realmente úteis a si mesmas à custa de outrem» (II, 187). Êste estado de coisas só poderia modificar-se pela intervenção onnipotente, como uma força da natureza, de uma mística Vontade Geral, saída, aliás, dessa detestável sociedade. Esqueceu-lhe esta última observação; esqueceu-lhe ainda que não devemos raciocinar sobre as «leis» naturais como se fôsem da mesma espécie do que as leis sociais; esqueceu-lhe finalmente que essas pretensas leis da natureza não são necessariamente constrangimentos, mas modos de acção de que nos podemos servir para nos libertar de limitações. A «lei» de Arquimedes não é um constrangimento para o aeronauta, mas sim um instrumento para a sua vontade. Pelo seu ódio de misantropo à sociedade existente, Rousseau colocou-se na impossibilidade de conceber uma teoria da sociedade que não fôsse extravagante, e uma teoria da educação que não fôsse socialmente inaceitável, apesar de luminosa e genialíssima pelas intuições psicológicas. Note-se que as palavras de Rousseau (de que a dependência das coisas não tem nenhuma moralidade) não nos permitem torpear a dificuldade pela consideração de que essa dependência, porque saída das mãos do «autor das coisas», é uma ordenação providencial e originariamente virtuosa.

Mas revertamos à educação. No *Emílio*, Rousseau estuda pois a educação do *homem* como oposta à do *cidadão*; aliás «estas duas palavras, *pátria* e *cidadão*, deveriam banir-se das línguas modernas» (I, 14)¹ Logo depois de nascido, deve a mãe formar um muro em torno da alma da criança (I, 8); mais tarde, confiá-lo-á a um preceptor júnior, celibatário, que o educará com exclusão de todo vínculo social, no campo (I, 114) porisso que «quanto mais os homens se reúnem mais se corrompem» (I, 49). «O hálito do homem é mortífero aos seus semelhantes: não é isto menos verdadeiro no sentido próprio que no figurado» (I, 49).

Pelo que diz respeito aos conhecimentos sobre a sociedade, até aos 15 anos «o único ser humano que conhecerá é ele próprio» (II, 99) «e do govêrno em geral só o que se refere à propriedade» (II, 103). «Emílio só possui conhecimentos naturais e puramente físicos. Não sabe sequer o nome da história, nem o que sejam metafísica e moral. Conhece as relações essenciais dos homens às coisas, mas nada das relações morais de homem para homem» (II, 138): «Não julga dever coisa alguma seja a quem fôr» (II, 139) e «não se interessa por alguém» (II, 162).

Se de aqui passarmos à educação cívica, é evidente que se nos impõe a consideração da sociedade: é à luz do fenómeno social que o problema será visto. Rousseau não procura conciliações, e instala-se francamente no estadismo radical do *Contrato*.

Parte da idea justíssima de que a reforma dos costumes não é fruto das leis, mas sim da educação. Ora, qual objectivo nos proporemos na educação cívica, segundo Rousseau? O de «dar às almas a forma nacional, e dirigir de tal maneira as suas opiniões e os seus gostos que elas sejam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Uma criança ao abrir os olhos deve ver a pátria, e até à morte só a deve ver a ela». «A criança «só

¹ Em um dos fragmentos das *Instituições políticas*, publicados por Streckeisen-Moulton (pág. 224) Rousseau diz o seguinte:

«Ce qui fait la misère humaine est la contradiction qui se trouve entre notre état et nos désirs, entre nos devoirs et nos penchants, entre la nature et les institutions sociales, *entre l'homme et le citoyen*». Este desdobramento do indivíduo em homem e cidadão, e a absurda e completa antítese, em Rousseau, do moralista e do político (moderno um, espectro o outro) manifesta-se nitidamente nas suas ideas religiosas. O moralista defende, na *Profissão de fé do vigário saboiano*, uma religião livre, só fundada no instinto moral do indivíduo; o político, porém, impõe uma religião de Estado, inquisitorialmente obrigatória.

vê a pátria, só por ela vive; mal esteja sòzinha, será nula». Afóra a questão do treino físico, que Rousseau defende nas duas obras, podemos construir todo o IV capítulo do *Govêrno da Polónia* ensartando as proposições contrárias das que vimos no *Emílio*: uma obra é perfeitamente o contrário e a negação da outra obra. Com efeito:

«Aos vinte anos, um polaco não deve ser qualquer homem, êle deve ser um Polaco. Quero que ao aprender a ler, êle leia coisas do seu país; que aos dez anos lhe conheça todas as produções, todos os caminhos, todas as cidades; que aos quinze lhe conheça toda a história». A comunidade apodera-se inteiramente da criança: «Não se deve permitir que êles brinquem separadamente segundo a sua fantasia, mas todos juntos e em público, de maneira que haja sempre um fim comum a que todos aspirem e que excite a concorrência e a emulação». Dever-se-há acostumá-los «a viver sob o olhar dos seus concidadãos, e a desejar a aprovação pública». «A lei deve regular a matéria, a ordem e a forma dos seus estudos. Só deverão ter Polacos por professores, todos casados. Aliás, os mestres não devem consagrar inteiramente a sua vida à educação, como o preceptor de Emílio, mas passar por êsse mester como por um lugar de prova para subir mais alto.

Fiel ao seu misticismo da vontade popular (base doutrinal da tirania jacobina e do «culto da incompetência») Rousseau não quer que os homens competentes julguem e distribuam os prémios nos jogos públicos. Devem êles ser conferidos «por aclamação e julgamento dos espectadores; e podemos estar certos de que estes juízos serão sempre justos». Bela excitação ao charlatanismo!

Como vêem, tudo precisamente o contrário do que disse no *Emílio*. E porquê? Porque a sensibilidade moderna de Rousseau não conseguiu libertá-lo do espectro do Estado antigo, de Roma e Esparta: porisso está o político em oposição absoluta com o educador. O progresso na civilização é a realização do indivíduo: aniquilada a princípio e abafada no conformismo social, foi-se a personalidade libertando pouco a pouco, ao mesmo tempo que as formas de acção passavam de instintivas a tradicionais, e de tradicionais a racionais. Aquela união dos membros de uma sociedade que primitivamente se baseava no instinto, busca-se depois no culto da tradição; e finalmente, quando a verdadeira personalidade aparece, a razão julga as tradições, aprova umas, rejeita

outras, e assenta em bases racionais a união dos indivíduos : esta última já não é imposta (pelo instinto ou pela tradição) mas livremente contratada pelos membros da sociedade ; acima dêsse contrato estão as afirmações da consciência. Por aqui se vê a desorientação dos que querem unir o tradicionalismo das antigas comunidades com os princípios racionais da moderna Democracia : é que não compreendem realmente a Democracia verdadeira ; é que, enganados pela identidade da designação verbal, não vêem que a «liberdade» antiga e a «liberdade» moderna, o «patriotismo» antigo e o «patriotismo» moderno, a «educação» antiga e a «educação» moderna, são coisas não só diferentes mas opostas, inconciliáveis, antitéticas, em sua fundamentação e em seu espírito.

O antigo homem «livre» era o que tinha direito a participar no govêrno, mas sem liberdade de consciência, de pensamento ou de acção : era uma célula da cabeça, mas uma célula, tão escravizada como qualquer outra ao conjunto social, às suas tradições, às suas crenças. Essa participação escravizada era a «liberdade» ; o patriotismo era o sacrifício da personalidade às ideas comuns ; e a educação era a imposição dos costumes tradicionais. Tal subordinação do indivíduo tendia à permanência na maneira de ser da pessoa, da sociedade e do Estado : a educação, o patriotismo e a liberdade dos antigos estão assim, a respeito das suas formas actuais, na mesma relação que a doutrina antiga da imutabilidade a respeito do pensar e do saber modernos, dedicando-se, desde Galileu e Giordano Bruno, ao estudo do movimento sob todos os seus aspectos. É um como direito ao movimento que está implícito na liberdade nova, pelo livre exame e pela livre acção ; é o direito ao não-conformismo, e a examinar, criticar, rejeitar as tradições, religiosas, políticas, científicas, sociais ; é Descartes com a «dúvida metódica» e Kant com a *Metafísica da moral*. Para os modernos (para os que o são verdadeiramente) a idea de Pátria não só não cerceia (como outrora) as liberdades individuais, mas está subordinada a estas últimas : o homem moderno quer à pátria na medida em que ela respeita as liberdades, e as pátrias em que as liberdades são mais reais, como os Estados Unidos e a Inglaterra, possuem uma fôrça de atracção e assimilação sobrelevantes. O patriotismo nêsses povos não é um misticismo de dominação, de expansão *política* da comunidade, mas o sentimento da defesa da consciência individual, da

liberdade da pessoa e da independência da vida privada : a pátria é a mais alta das garantias da independência de cada lar. Desapareceram da essência da autoridade a palavra dos deuses e a dos avós : e hoje, se quiserdes basear a educação no culto das tradições, começai por suprimir a Constituição e por tomar governantes de direito divino, que sejam os guardadores dos mistérios sagrados e os pontífices da religião do Estado.

Das ideas de Rousseau sôbre a educação cívica, fundadas na escravidão antiga à comunidade, nada portanto se aproveita. O objecto do educador deve ser hoje introduzir a criança na actividade social, não para a conformar com uma dada comunidade, mas sim para lhe inculcar, ao mesmo tempo que um ideal *moderno*, os meios de concorrer para impelir a sociedade no sentido dêsse ideal. Não é a sociedade tal como existe que deve impor-se ao novo homem, mas o ideal moderno, encarnado nêste, que há-de aperfeiçoar e vitalizar a sociedade tradicionalista. O social deve agir sôbre o indivíduo, não para que êste receba passivamente as suas formas realizadas, mas para que possa influir posteriormente de maneira benéfica e progressiva sôbre a sociedade de que faz parte. Devem conservar-se, por sem dúvida, elementos de tradição, mas como ferramenta subalterna e seleccionados precisamente pelos princípios superiores da consciência individual. O Rousseau do *Emílio*, à luz social, é exagerado, mas moderno ; o do IV.º capítulo do *Govêrno da Polónia* é um regresso à antiguidade.

Não é porêem mister ir à antiguidade para compreender a diferença essencial entre a concepção antiga e a moderna, e qual a espécie de patriotismo a inocular hoje na educação cívica : basta, por exemplo, estudar a política e o patriotismo da obra de Camões.

Estriba-se o culto do poeta em toda espécie de motivos e de razões justificadíssimas, mesmo quando olhemos exclusivamente ao tesouro épico que nos deixou ; mas nos *Lusíadas* encontram-se, como em tudo, caracteres profundos e permanentes ao lado de formas especiais exclusivas do tempo do seu autor, e é esta doutrina que se nos impõe, se quisermos achar na epopeia fontes de vida e não de morte, e distinguir no poeta o que é eterno dos modos de pensamento transitórios que imprimiram no seu espírito as peculiaridades de uma época. A veneração consciente por um grande espírito não degenerará desta forma na idolatria por um

feitiço, numa estagnadora superstição de coisas obsoletas ou incompreensíveis. De passagem, lembremos aos popularizadores de Camões que a paixão dos *Lusiadas* num ignorante é superstição e nada mais. Um Grego antigo que ouvia Homero ouvia ideias de actualidade e sabia bem o que era Eos, Afrodite, ou o grande Zeus tonitruante, como o Português de todas as épocas conheceu a aurora, Santo António, a Virgem Maria, o tredo Judas; mas toda a farragem de mitologias, gregárias e latinas dos *Lusiadas* são incompreensíveis pelo povo, e mesmo (di-lo-hei?) por grande parte da gente instruída sem uma erudição especial. Não serei eu quem menos ame o grande poema por esse facto, mas não obscureçamos as almas simples forçando-as à aceitação inconsciente de um catecismo literário. Ensinemos Camões com senso e com medida, menos espalhada mas mais profundamente do que pretendem os literatos, e sobretudo pelo conhecimento e aprêço *directo* da sua obra, como e quando ela realmente puder ser compreendida. Para isso a primeira condição é que os próprios mestres a compreendam: «Éclairiez-vous, classes éclairées», escreveu Flaubert já não sei onde: «avant d'envoyer le peuple à l'école, allez-y vous-mêmes!» Aplicando agora este princípio, consideremos o patriotismo do excelso lírico a quem o acaso fez escrever, no crepúsculo da época dos descobrimentos, a epopeia do comércio.

(*Continúa*)

ANTONIO SÉRGIO.

A CANÇÃO
DE
LEGNANO

DE
G. CARDUCCI



A Canção de Legnano

De G. CARDUCCI

*s'tà Frederico imperador¹ em Como
E eis que um mensageiro entra em Milão,
Á rédea sôlta, pela Porta Nova,
«Ó povo de Milão» brada, passando,
«Acompanhae-me ao cônsul², a Guèrardo».
Guèrardo estava ao meio de uma praça
E o mensageiro, curvo sôbre a sella,
Breves palavras diz, já esporeando.
E o cônsul fez signal aos trombeteiros
Que tocassem chamando a parlamento.*

*No ar vibrou o toque a parlamento:
Nem o palácio resurgira ainda
Sôbre as columnas, nem havia paços,
Nem tórre havia, nem da torre ao cimo*

¹ Frederico de Hohenstaufen, o Barbarôxa, imperador allemão.

² Os cônsules eram então os supremos magistrados da communa. As lutas entre os papas e os imperadores haviam permittido ás cidades italianas, libertas dos senhores feudaes, organizarem-se quási independentes e governarem-se por si-mesmas. Foi esta época (de 1024 a 1310) uma das mais gloriosas épocas de toda a história da Itália e da civilisação.

*O grande sino. Entre as ardidias ruínas
Verdejantes de silvas, entre as casas
Só de madeira, na pequena praça,
O povo se juntou em parlamento
Ao sol de maio. Às portas e ás janelas
As mulheres olhavam e as creanças.*

*«Senhores milanêses», diz o cônsul
«A primavera em flôr traz os germanos
Mais uma vez. Fazem páscoa os vorazes
Nas tocas e depois vêm aquem-montes.
Pela Engadina, dois excommungados
Arcebispos¹ trouxeram a torrente.
E a loira imperatriz ao senhor trouxe
O coração fiel e mais soldados.
Pelo mais forte, Como trahe a Liga².»
O povo brada: «Arrasaremos Como!»*

*«Senhores milanêses», diz o cônsul,
«O imperador, juntos os seus em Como,
Move as hostes a unirem-se ao marquez
De Monferrato e aos de Pavia. E então
Dizei, ó milanêses, 'speraremos
Junto á nova trincheira com as armas,
Ou mandaremos mensageiro a César,
Ou espada e lança descirão em campo?»*

¹ Os arcebispos de Colónia e de Magdeburgo.

² A *Liga Lombarda*, fundada em 1167, constituída por 27 cidades da alta Itália para, postas de parte as lutas intestinas, repellirem as invasões allemãs que assolavam a Itália, destruindo cidades e passando a fio de espada os seus habitantes, empregando as mais refinadas crueldades como meio político para dominar pelo terror. A essa Liga pertenciam cidades como Milão, Veneza, Bolonha, Mantua, Parma, etc., e veio a pertencer-lhe até a própria cidade de Lódi que chamara as hostes germânicas contra Milão. Tambem a ella pertenceu o papa Alexandre III.

«Com as armas» troveja o parlamento,
«À espada e á lança, ao Barbarôxa, em campo!»

*Então avança Alberto de Jussano
Avultando, por alto, sôbre todos
Os que cercam o cônsul; como tôrre
Entre a turba que em pé lhe está em tórno
Elle excede-os em força e em altura:
Na mão segura o capacete; a escura
Cabelleira lhe desce sôbre os hombros.
Bate o sol sôbre a clara e honesta face,
No cabelo e nos olhos resplandece.
É sua voz como trovão de maio.*

«Milanêses, irmãos, ó minha gente!
Recordaes» diz Alberto de Jussano
«As calendas de março¹? Os magros cônsules
Cavalgaram 'té Lódi e, co'as espadas
Nuas na mão, juraram-lhe menagem.
Ao quarto dia, uns centos cavalgámos
E a seus pés, e beijando-as, lhe estendemos
As nossas bellas trinta e seis bandeiras.
Mestre Guitelmo offereceu-lhe as chaves
Da esfaimada Milão... E não bastou.»

¹ Em 1 de março de 1162, depois de longos meses de assédio, uma revolta popular constringira os cônsules a entregar a cidade á discricção de Frederico Barbarôxa. O apertado sítio reduzira os habitantes á fome e os sitiantees decepavam as mãos de quem fôsse surprehendido a tentar introduzir mantimentos dentro da cidade. Do que foi a discricção do imperador pode fazer-se uma ideia pela prolongada tortura (a «inefável tortura» lhe chama um historiador) que elle fez pender durante 26 dias sôbre um povo inteiro. Os esculpturaes versos de Carducci evocam, mesmo atravez da pállida tradução que os deforma, esse martírio de um povo. A verdade histórica é rigorosíssima em todos os episódios descriptos.

«Recordaes» diz Alberto de Jussano
 «O dia seis de março? Aos pés queria
 Os peões, todo o povo e as insígnias.
 Os habitantes vinham das três portas
 E o sacro carro¹ vinha armado em guerra;
 Vinha depois mais povo com as cruzes
 Erguidas para o sol. Na sua frente
 As trombetas de guerra se callaram,
 Na sua frente o mastro do sagrado
 Carro amainou o trémulo estandarte.
 E elle tocou a fimbria do estandarte.»

«Recordaes» diz Alberto de Jussano:
 «Com saios de burel de penitentes,
 Com pés descalços, cordas ao pescoço,
 Os cabellos com cinza, sôbre a lama
 Ajoelhámos e, estendendo os braços,
 Em prantos, nós clamámos piedade.
 E choravam senhores, cavalleiros,
 Em tórno d'elle. E elle, em pé, direito,
 Ao pé do escudo imperial, olhava
 Mudo, com seu olhar diamantino.»

«Recordaes» diz Alberto de Jussano,
 «Que, voltando ao oppróbrio, no seguinte
 Dia nós vimos a imperatriz fitar-nos?

¹ O «sacro carro» (*carroccio* em italiano) era um grande carro puxado por bois, coberto de colchas e tapetes e sôbre o qual, junto de um altar, havia um mastro com um sino e com o estandarte da communa. Acompanhava os combatentes e era como o coração da pugna: á roda d'elle se concentrava a extrema defeza e servia de núcleo e de centro nas lides mais desordenadas. Tornou-se o symbolo da resurreição dos povos e das liberdades communaes contra os senhores do feudalismo. A sua conquista era o máximo trofeo e a sua perda a máxima ignomínia.

*E atravez dos cancellos, atirámos
 As cruzes e bradámos, implorando:
 — O' loira, ó bella imperatriz, ó suave
 E piedosa, mercê por nossas donas! —
 Mas ella retirou-se. E elle impôs-nos
 Arrasar as muralhas da cidade
 Que elle e os seus por lá passar pudessem.»*

*«Recordaes» diz Alberto de Jussano:
 «Nove dias esp'rámos; e partiram
 O arcebispo, os condes e os magnates.
 Veio o pregão ao décimo — Parti,
 Ide-vos com parentes, com mobílias,
 O imperador concede uma semana. —
 E corremos uivando a Santo Ambrósio,
 Abraçando os altares e os sepulcros.
 E, da egreja, com filhos e mulheres
 Fomos expulsos como cães tinhosos.»*

*«Recordaes» diz Alberto de Jussano
 «O domingo feral das oliveiras¹?
 Ai, a paixão de Christo e a da cidade!
 Dos quatro Corpos Santos² uma a uma
 Tombar nós vimos as trezentas tórres
 Das muralhas; e, emfim, pela cortina
 Da poeirada erguida, vêem-se as casas
 Destruidas, desfeitas, arrasadas,
 Como esqueletos. E debaixo ardiam
 Ossos dos nossos mortos fumegantes.»*

¹ Domingo de Ramos, 26 de março de 1162.

² Os quatro santos que denominavam os quatro burgos abertos para onde Frederico mandara habitar os de Milão, depois de os expulsar da cidade.

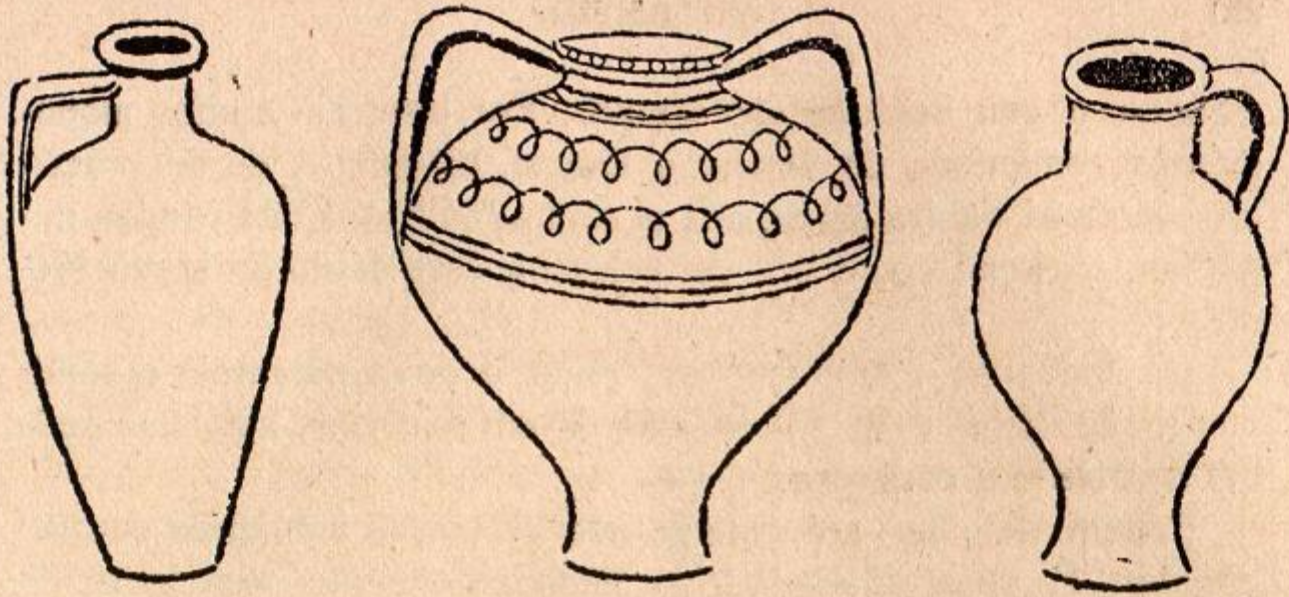
*Assim dizendo, Alberto de Jussano
Com as mãos ambas se cobria a face
E soluçava: em pleno parlamento
Soluçou e chorou como criança.
E, como um calafrio, o parlamento
Sentiu quási que um frémito de feras.
A's portas e ás janelas, as mulheres
Pállidas, desgrenhadas, com os braços
Erguidos, tórvo olhar, ao parlamento
Ulularam — Matae o Barbarô.ra! —*

*«Ora então», diz Alberto de Jussano,
«Ora, eu não choro mais. É o nosso dia,
O' milanêses, temos que vencer.
Ora, os olhos enrugo. E em frente a ti,
O bello sol de Deus, eu voto e juro:
Na tarde de amanhã¹ os nossos mortos
Doces novas terão no Purgatório:
Seja eu embora o núncio!» Diz o povo:
«Antes o próprio Barbarô.ra.» O sol
Ria, descendo ao longe, atraz de um monte.*

Trad. de SILVIO REBELLO.

¹ Em 29 de maio de 1176, perto do burgo de Legnano, os allemães foram completamente derrotados pelos milanêses e seus alliados da Liga Lombarda, em batalha campal, salvando-se a custo o imperador, que perdeu as próprias armas e deixou, nas mãos dos vencedores, ricos e gloriosos despojos.





Ânforas portuguesas

Na indústria popular, os artefactos que mais e melhor definem a índole artística do povo, são as peças de olaria. Como o antigo *opus doliare* dos Romanos, constituem a máxima expressividade plástica, de que o artista popular é capaz; e o fabrico da cerâmica presta ao oleiro anónimo o excelente serviço que foi, em Mafra, Alcobaça, Aveiro, Lisboa e Estremoz, para frades e leigos, a arte dos escultores do barro. Êle tem ali a sua escola de escultura, que, a pesar de inerte como as línguas mortas, tem o classicismo esbelto, aticismo lhe chamou Ramalho ⁽¹⁾, dos velhos modelos reproduzidos sem cessar.

Se os tapetes de Arraiolos e os bordados de Guimarães, as mantas do Minho e do Alentejo, as rendas de vilas da beira-mar, como a competir com as fantasias da espuma das ondas na areia macia, são, pela sua iconografia, o seu risco e decoração planificada, expressões de desenho pictórico, ornamental; — o vasilhame impõe-se pela visão plástica, o cálculo do fabrico, e pela elegância de formas. O naturalismo não lhe limita a fantasia, nem o convencionalismo o estiola pela monotonia do decorativo. É no seu ambiente uma arte livre.

A arte popular não cria. Modifica, adapta e obedece. Transmitida de geração em geração, é constitucionalmente decorativa. A comodidade prática, o instinto da ornamentação, fizeram-na. Assim, hoje numa semelhante identidade material e espiritual, ela

(1) Ramalho Ortigão, *O culto da Arte em Portugal*, Lix.ª 1896, pág. 101.

mantêm o seu carácter de sempre. Por isso, em muitos monumentos românicos do Minho e Douro, elementos de decoração arquitectural equivalem-se aos desenhos talhados das cangas minhotas, regional como era em essência êsse estilo da Idade Média.

De todas as manifestações, onde o povo patenteia o sentimento da linha e da forma, aquele em que mais amplamente o desenvolve é a cerâmica.

Podem definir até extinguir-se as outras indústrias da mão popular. É possível de ver o desaparecimento dos teares e bastidores domésticos, das colchas da Beira ou das sirguilhas de Viana, as mantas dos liteiros do Alentejo ou os lenços estampados de Alcobaça. A olaria porém não sofre a influência de modelos exóticos. Na fragilidade, na economia de preços, na precisão de uso, tem ela a sua certeza de vida. De mais a mais, disse J. Baptista de Castro, no *Mapa de Portugal*, que «poucas terras levarão à nossa em produção de barros finos, aptos para a fábrica de cousas domésticas» (1), e cita em primeiro lugar o belo barro vermelho de Estremoz.

Quando as condições intrínsecas do espírito popular se opõem à substituição de modelos, não é a cantarinha, a infusa, o pichel, ou o púcaro, que variará o seu bôjo e o bocal. Essas formas são canónicas. Fazem parte da poesia do povo, feita de passado, e só do presente porque a revive a alma popular. São nacionais, acima de tudo. A variação de usos é lenta para o povo, e dá-se mais na indumentária, por onde os ecos da moda alheia se internam na vida regional, individualizada, e em outras indústrias, que a fábrica mecânica substitui.

Hoje o mais puro património da arte popular é a cerâmica. O estilo tradicional do oleiro precisa-se poéticamente nestes versos de Augusto Gil: (2)

A água vinda neste vaso frágil
Que um ignorado artista modelou,
Num gesto — já mecanizado e ágil —
À fôrça de imitar o que encontrou...

(1) J. Baptista de Castro, *Op. cit.* I, pág. 109 (3.ª ed. 1870.)

(2) Aug. Gil — *Luar de Janeiro*: «A parábola do púcaro de água». 2.ª ed. 1914, pág. 178.

*
*
*

A necessidade de guardar e transportar líquidos criou recipientes próprios. Consoante as modificações maiores ou menores da «forma canónica», assim tomavam diferentes nomenclaturas. A riqueza de tipos, que os Gregos usaram, foi tal que no Museu da *Ermitage*, de S. Petersburgo, há 299 formas de vasos, e no *Museu Britânico* 337 (2). Os romanos, quer por intermédio dos Etruscos, quer directamente, aceitaram a forma geral dos vasos gregos, dando-lhes sobriedade e comodidade, como lhes pedia o génio prático.

As formas de recipientes para líquidos, que os Romanos utilizaram e trouxeram à Península, como espalharam em todas as províncias conquistadas, eram da olaria comum (*opus doliare*). Para transporte de líquidos, havia as *amphorae* e os *cadi*. Com a *urna*, mui parecida com a cântara de uma asa, ia a escrava buscar água, e valia meia ânfora!

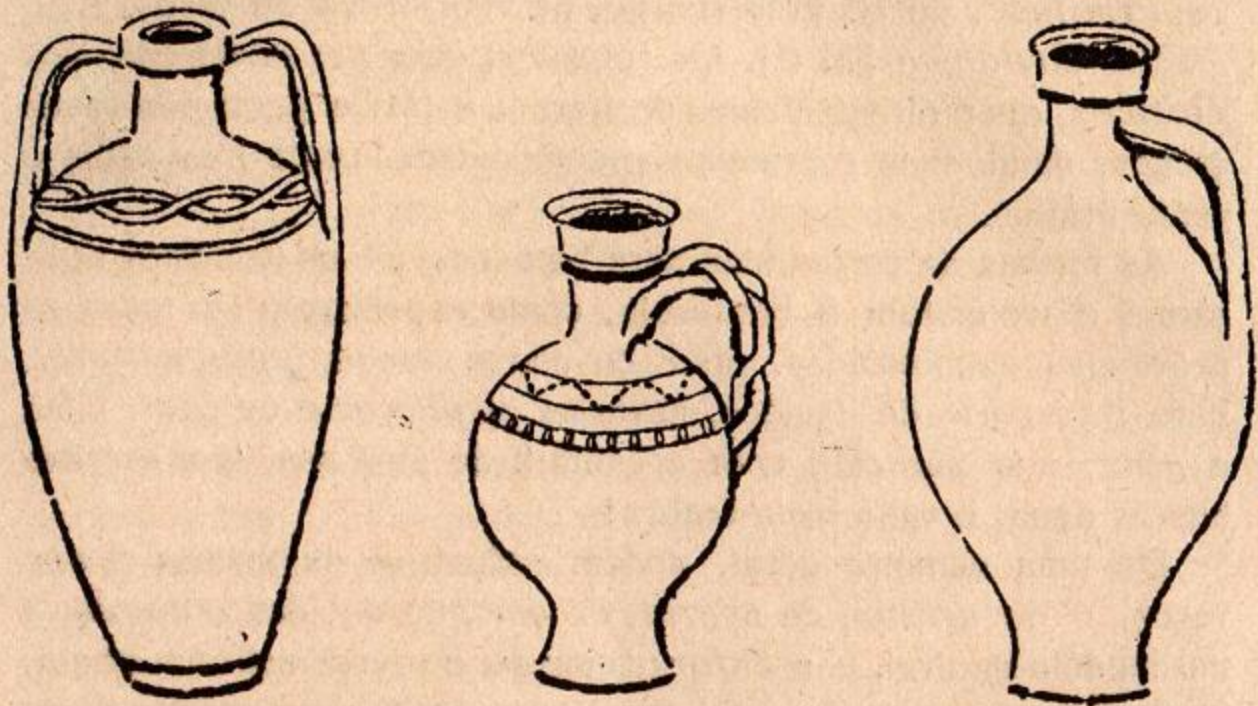
De uma maneira geral, podem reduzir-se as formas destes vasos, e do *urceus*, da *hydria*, do *aenophoron*, das *cráteras*, a um modelo central, — a *ânfora*, com pé ou terminada em ponta. O vasilhame português, para transporte de líquidos, deriva deste modelo. São as *ânforas portuguesas*. É o ramo de maior importância na cerâmica.

As *ânforas* iam à fonte ou ao poço, como hoje as tricanas de Coimbra com o *asado*, ou as raparigas de Loulé com a infusa de alto colo.

A infinidade de variantes é tão grande, que o modelo se modifica dentro da mesma área do fabrico. Reconhece-se todavia a forma que serviu de partida. O «bôjo», alto ou descaído suavemente; a «base», longa ou apertada como a das *ânforas* de pé, simples ou alçada como uma peanha circular mais ou menos alta, à semelhança do *urceus* ou do *oenochóé*; o «colo», alto como as *amphorae* de Mértola, curto como os *urcei* de Alcácer do Sal; o «bordo», debruado como tantas dessas *amphorae* do Alentejo e Algarve, alto e liso como a gola das de Mértola, no Museu Etnológico Português umas e outras; as «asas», arqueadas, caídas, lisas nuns exemplares, cortadas de relevos longitudinais em outros, que são duas (*ânfora*) ou uma (*urna*); a «forma», esguia

(2) Marquardt — *La vie privée des Romains*, vol. II, pág. 297-299.

como os vasos de Mértola, de barro quasi branco, atarracada como outros modelos de Mértola, de barro Vermelho, e de Alcácer; — todos estes pormenores recordam a genealogia dos nossos cântaros, cântaras, pichéis, bilhas, infusas, potes, e quantas vasilhas de transportar água, — as nossas *anforas*.



Em todo o país se fazem. Disse Nunes de Leão que havia muitos vieiros de barro fino, «de excellente cheiro de que fazem pucaros & outros vasos maiores para beber & ter agoa de muitas feições, & de gentil talho»; ⁽¹⁾ os *púcaros* de Lisboa, os de Montemor-o-Novo com pedras (púcaros que nunca são velhos como os de outras partes), Sardoal, também com pedrinhas, Pombal, «quasi da mesma feiçam», e os de Estremoz de um barro «tam fino, & tam coado & tam liso como se fossem de vidro».

São, em todos os modelos, as formas gregas primitivas e posteriores, do *askos*, da *âmbula*, do *bombilio*; são as peças de fabrico dos Romanos, assimiladores, conquistadores e negociantes, onde até os Imperadores (Tibério, Calígula, Cláudio, Nero) foram proprietários de fábricas de *opus doliare*, ou seja de cerâmica de barro comum. E os Árabes, que da Síria trouxeram os vidrados, o estuque, a policromia, os azulejos, trariam também de mistura com os modelos novos (*alcadafe*, *almotolia*, *alguidar*, etc.), as

⁽¹⁾ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 1610, pág. 47. v.

formas helenísticas da Ásia e do Egipto Ptolomeico. A dupla trajectória da cerâmica veio convergir, em períodos distantes, e com povos diferentes, na Península Ibérica. O que de novo os Árabes trouxeram, de maior influência na cerâmica, foi o esmalte.

Romanos e Árabes são os influentes magnos da olaria nacional⁽¹⁾. As formas indígenas eram naturalmente simples e práticas, em que o luxo era a decoração.

Essas formas foram pouco a pouco sendo substituídas pela cerâmica romana, fabricando a seguir as olarias locais, imitações da louça importada. E hoje as modificações regionais são de pormenor, e de adaptação de forma antiga a necessidades novas.

As cantarinhas da nossa água, essas teem as formas dos tempos, em que a *amphora* romana se introduziu cá.

*
* *

As cantarinhas de Coimbra, com duas asadas (*asados*), teem uma curvatura sensual, mole. Recordam as ânforas curtas de Mértola, e melhor ainda as de Troia (Setúbal), munidas de base. Parece descenderem delas directamente. As asas, projectadas horizontalmente do bocal, de colo esboçado apenas, vão dobrar-se e cair quási na vertical, sôbre o perímetro do bôjo. As tricannas, que as transportam, cheias de água, à cabeça, evocam essas outras figuras gentis da lenda e da arte: os frescos de Pompeios, antes dêles os baixos relevos faraónicos e os vasos gregos, a Samaritana da Bíblia, à beira da cisterna de Sichen. É curiosa a modificação popular e secular da forma original, até êsse modelo de asas delicadas (fig. 2).

As ânforas do Alentejo e do Algarve, de duas asas também, diferem daquelas. Desenvolveram-se mais no comprimento, como em maior parte das vasilhas do Norte se estenderam no diâmetro do bôjo, em cântaros, potes, talhas, etc. São mais próximas das *amphorae* dos oleiros romanos e luso-romanos, como evocam também as formas dos vasos árabes de Espanha, provenientes aliás da mesma origem em sentido diverso. Teem a feição mais corrente do *figulus* itálico, assim na elegância de linhas como na comodidade portátil dos modelos. Colo alto, bocal direito e saliente, são esguias. As asas ficam na maior porção reduzidas a uma só, com o mesmo lançamento. Já a *urna*, o *urceus*, o

(1) José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, 1907, pág. 22.

oenophoron, irmãos da bilha e da infusa, tinham uma asa, apenas. Os espécimes mais graciosos encontram-se em Viana do Alentejo, em Estremoz, no Redondo, em Loulé e Silves. Nas fig. 1, 4 e 6, podem ver-se formas comuns alentejanas, prolongadas até o Algarve.

Os cântaros do Minho, em frente os do Prado, bem como as ânforas de todos os tamanhos e modificações de adaptação da província de Trás-os-Montes, mantem, mais ou menos visivelmente, o carácter da fisionomia cerâmica dos fornos romanos. Êles, como as quartas, quartinhas, e toda a série da olaria sul-tejana.

Também a identidade dos formatos das velhas medidas para líquidos, obedece ao cânon cerâmico. É ver as «meias-canadas» do Alandroal, esguias, os «quartões» de Castelo de Vide, de bocal trilobado, o antigo «meio-alqueire» para azeite, de Beja, o *sumiche* do século XVI.

Na colecção medieval do Museu Etnológico Português, há expostos muitos modelos de bilhas e vasos de pequeno porte. Nesses é fácil cotejar as formas com as do oleiro romano, e as modificações são em geral de carácter decorativo, como o ornato de planos sucessivos, anelados e circundantes, as asas formadas por dois ou três rolos de barro a entrançarem-se. Igual facto se dá hoje, como se vê na fig. n.º 5, bilhazinha de Viana do Alentejo; e nas Caldas da Rainha, modelos de barro comum, chamados «de água», são empregados também com vidrados, adornando-os o oleiro com alguns relevos. Essa olaria medieval do princípio da monarquia, encontrada em Idanha-a-Velha, foi já registada pelo Sr. José Queiroz (1), encontrada pelo Sr. Dr. Félix Alves Pereira, em 1902. Dêsses formatos, muitos se fazem hoje, em olarias do Prado, de Nantes (Chaves), em Estremoz e nas Caldas, com tantas afinidades com êles como com o vasilhame romano, miúdo ou de porte médio, da Aramenha, do Marco, ou do Baião.

Do Norte para o Sul, o cântaro, a cântara, a infusa, em uma palavra a *ânfora*, alonga-se, toma elegâncias inverosímeis. Os cântaros do Prado, de Guimarães, de Barcelos, de Chaves (Nantes), Mirandela e Bragança são de colo curto e bôjo alto, ou descaído, mais próximos da *urna*, e mais parecidos a essas *amphorae*, de pança desenvolvida, de Mértola e Alcácer do Sal.

(1) J. Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, pág. 11.

Os de Coimbra e Caldas da Rainha, centros cerâmicos de primeira importância, têm, ao que parece pelos modelos mais conhecidos, uma forma de caracterização mixta, entre Norte e Sul, quiçá pelo encontro das duas índoles pronunciadas. O asado de Coimbra (fig. 2) denota elementos do Norte, mas tem um desenvolvimento, no sentido da altura, mais aparentado com as ânforas do Sul, se bem que lembre aquelas mesmas *amphorae* pançudas de Mértola e Alcácer. A mais, aparecem com duas asas, que só no Sul se vêem. Os das Caldas (fig. 3) aproximam-se das ânforas do Alentejo e Algarve, com aquisição porém de melhor trabalho e maior elegância de requinte plástico, por influência do meio industrial. Os de Lisboa contam-se como os antecedentes, mas principalmente os de Coimbra, no número dos tipos da zona média.

Onde a forma nativa da ânfora se desenvolve, como que feita ainda pelos operários romanos (*figuli*) é no sul do Tejo. Aqui surgem as ânforas de perfeito cânon de há vinte séculos, com duas asas, e com a plástica esguia, esbelta, das que têm os anjinhos vindimadores da *Casa dos Vettios*, em Pompeios. Se a segunda asa desaparece, o que já sucedia no vasilhame de Roma, a forma fica, de bôjo suave, lento, a desfazer-se no contôrno, o colo alto, o bordo erguido como um colarinho. (Cfr. as figuras 4, 5 e 6).

A casa alentejana é um museu de cerâmica, quer a de barro liso, quer a louça vidrada. Entre aquela, sobretudo no Alto Alentejo, vê-se a de Estremoz, polida e desenhada pelas *lambedeiras*, mulheres que a brunem e decoram com a *pedra china*. A par, há a louça vidrada de Redondo e Rosas, os cântaros estremocenses ou vianenses, e as vasilhas dos numerosos fornos disseminados na província. As *pilheiras*, nas cozinhas, ostentam a louça vidrada, como as *cantareiras*, poial interior, se enchem da série de cântaros para uso e ostentação. Na cal branca da parede, caiada na última semana, a louça sobressai. A cozinha, de gineceu, que era, ao abrigo do *chupão*, — essa chaminé irrevogavelmente branca, — vem assumir a graça de museu regional.

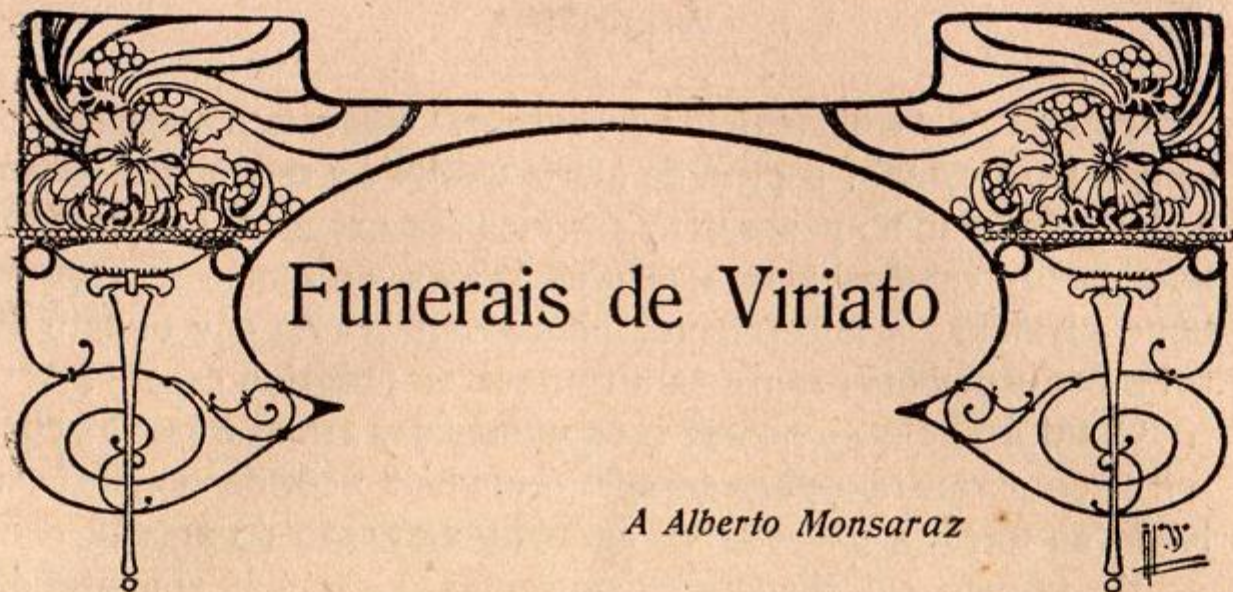
Na musa popular tem a cantarinha a sua parte. A lenda amorosa ennobrece-lhe a crónica. S.^{to} António, cantam as raparigas de Portugal na festa do taumaturgo destas terras, concertava as cantarinhas que, à beira da fonte, partiam as moças, de quem era êle protector sagrado. Da fragilidade, do uso, e da teimosia,

veio o aforismo: «Tantas vezes vai o cântaro à fonte, que uma vez lá fica». A um camponês, no Alentejo, ouvi a variante: «Tantas vezes levam o cântaro à fonte, que uma vez lá deixa o fundo». Nos jogos da aldeia figura com a «malha», o «ferro» ou a «barra», estoutro mais delicado da «cantarinha», ao lado também do da «panelinha», em que só difere nestes dois a vasilha: dois, ou uma série de mais jogadores, passam sucessivamente uns aos outros, por arremêso, a cantarinha, pagando-a, substituindo-a, ou esportulando o prémio estabelecido, aquele dos jogadores que a deixar cair ao apará-la.

*
* *

A Saavedra Machado, pintor de mérito, mas sobretudo desenhador de traço inapreciável, devo o prazer das ilustrações que acompanham êste estudo.

LUÍS CHAVES.



Caeterum Lusitanos Viriatus erexit, vir calliditatis acerrimae, qui ex venatore latro, ex latrone subito dux atque imperator, et, si fortuna cessisset, Hispaniae Romulus.

LUCIUS FLORUS — *História Romana*. Lib. II, cap. XVII.

Na véspera, quando o rosto da Lua, em flôr de sangue, se amostrou por cima da montanha, todos os braços se ergueram a invocá-la — Sol dos Mortos! Barca do Céu!, para que em seus raios caísse sôbre os inimigos a maldição destruidora dos deuses.

Então, imóveis como ídolos de bronze, os soldados com as armas caídas na terra, longamente ficaram em adoração, envolvendo-se de luz e de esperança.

Os emissários tornariam antes de se levantar o Sol, por toda a noite seria uma trégua de descanso, sem cuidado em suas vidas, desde que à fé das armas tivessem entrado a porta pretória do campo romano.

Cansaram na encosta as pesadas rodas dos carros de guerra, livremente se fartavam os cavalos na frescura dos regatos, e sôbre a relva, em desordem prostrados, como rêses, adormeceram os soldados à volta da tenda do Herói, junto ao santuário coberto de peles de bode aonde os sacerdotes meditavam os mistérios em segredo lidos na luz dos astros, guardando as aves sagradas e as pedras do sacrifício.

Acordara a manhã muito antes dos guerreiros, envolvidos nos ságulos negros e a cabeça repoisando na rodela côncava dos escudos.

Em suspiros de fumo branco, esmoreciam nas últimas sombras as fogueiras nocturnas que no alto dos montes acenavam aos povos da aliança, o caminho para o acampamento.

Quando os esculcas, à luz da aurora, começaram a mandar, de campo para campo, o grito de àlerta em toda a redondeza, os soldados, enfiando no pescoço as correias dos escudos, cingiram fortemente os cabelos para tomar as lanças, ao tempo que na distante planície voavam rumores pela penumbra do céu onde o desafio das trombetas romanas afrontava os próprios deuses.

O sol acendia as pontas e os gumes das armas a que os guerreiros se abraçaram para dormir, e um hálito côm de sangue ia subindo da terra, a envolver de agoiro a extensão do arraial.

No bronze em chama dos capacetes, correm as sombras dos penachos e, escuros troncos, entre as lanças aprumadas como pinheiros novos, esperam os soldados que venham anunciar a palavra e a fé da hoste do pretor.

À volta do boi de bronze erguido na haste, as primeiras linhas ensaiam hinos, saltando e volteando os escudos, no rito de começar a peleja, e as cabeças dos soldados cativos que dos últimos sacrificios caíram no chão, alevantam-se no ferro das lanças, como trofeus sangrentos, à beira da coorte.

Para as levas maiores, os pastores se faziam soldados, cantando ao receber as armas e o casco de coiro, sem exemplo de desertores nas tribus a quem cortassem as orelhas e os olhos fossem furados, por último desprêzo.

Nos dias de paz, descendo dos crastos para a abundância das veigas, voltavam alegremente para as suas casas redondas, e a lança vencedora ficava vigiando ao lado do lume, sob os tetos de cômlo, entre velhos, crianças e gado.

Agora, ali vinham combatendo pela terra os fiéis companheiros do Herói, salvos à matança traidora de Galba, montanhese bravos como toiros, veteranos indomáveis das incursões na Carpetânia, cortados de cicatrizes, por oito anos de batalhas e ciladas.

No sangue dos mortos se ateára a vingança, no mesmo ardor erguendo braços e corações, para defesa dos lares e dos túmulos. E como súplica de àlêm-mundo, a cada investida de invasores, no peito audaz dos soldados eram ouvidas as palavras do juramento que aos deuses fizeram, à voz de Viriato, os últimos Lusitanos que tocaram com os dedos o sangue das feridas nos corpos retalhados das vírgens: «Por êste sangue de pureza, por êste corpo insepulto, aos manes desta donzela ofereço a vida em sua vingança. Se por vontade minha, eu falto ou faltar ao juramento que os deuses celestes me tirem a fortuna, Eudovélico me rasgue

os olhos, fique meu corpo sem sepultura, longe da terra de meus pais». Na inquietação oceânica da planície, o campo romano asentara suas linhas em quadrado, à orla de um bosque, de onde subiam na claridade rumores festivos de vozes e de tambores.

No líquido azul ia rolando fumo sagrado, como se a Marte propício solvessem votos de vitória, imolando com júbilo em suas aras, enquanto nas longas hastes ficavam serenos os pendões, senhores da terra, irmãos das nuvens da altura.

Alevanta-se o desespero no murmúrio dos Lusitanos, velhos guerreiros entram de inquietar-se no alvoroço de um mau preságio. Soavam nomes na claridade como campainhas de ouro.

Pela primeira vez, Viriato dormia com sol no céu, e sempre êle fôra em anos de fadiga e trabalhos, o mais fiel exemplo para o dever de vestir as armas na hoste.

Tardavam os emissários, ninguém os vira, nem à sua sombra. As rondas e os espias vinham trazer novas de inquietar: no arraial romano iam rumores exaltantes, vozes e tumulto em todo o campo das armas.

Sôbre o respeito dos soldados erguida, a tenda do Herói envolve-se de silêncio, como um dólmen no vale, sagrado pela bênção do último rito, na hora da morte.

Lentamente, o alvoroço ondeia de linha em linha, e os escudos, percutidos com as lanças, confundem os clamores de tantas vozes inquietas: Sol no céu! Sol no céu!

Espessas fileiras se comprimem, gritando em desordem a raiva de pelejar, e a massa dos corpos e dos ferros alevanta-se em movimentos incertos, vozes e bronze tumultuando, como ameaças de tufões.

Afastando as samarras, dois cabos entram na tenda, e à dôr súbita de seus gritos, todos nas mãos apertam os amuletos do pescoço, sentindo a voz fugir-lhes da garganta.

— Deuses! Ó deuses! Mataram o Herói!

Em sangue e terra se inundam os seus cabellos, e o corpo, como um grande carvalho abatido por um raio do céu, está agora no chão, os valentes braços caídos, a sombra da morte cobrindo-lhe os olhos.

Rumores de vozes e de ferros, de homens e de cães, vão correndo pelos arraiais, entre o desespero das trombetas:

— Está morto! Maldição! Maldição!

Turbilhões de lanças estremecem sôbre a tenda; como feras

que tombam feridas, os soldados rojam-se, uivando e mordendo a terra maculada.

— Ao alto! ao alto!

Caia em todas as almas a nódoa do seu sangue!

E logo nos braços dos guerreiros, a cabeça oscilando nos ombros, alevanta-se a figura do Herói à luz do Sol que o glorifica de esplendores trémulos, enquanto pragas e gemidos vão surdamente marulhando, como rio pesado da montanha entre abismos escuros e rugidores.

Fracos como meninos, os veteranos às lanças amparam a sua dôr, no instante em que os feridos, dobrados nas muletas, cabelos soltos, bebem de raiva as primeiras lágrimas dos seus olhos.

Emquanto a voz das trombetas enluta os ares de manchas trémulas, o desespero da gente lança por terra os dardos, e arranca os cabelos sôbre o corpo ensangüentado do grande Capitão.

Venha o agoireiro descobrir nos olhos a imagem dos matadores! Pelo mato se meteram a persegui-los, de punhal nos dentes, os de coração mais forte.

Para os vales partem mensageiros a convocar os povos da aliança, os que seguiram o Herói pela Turdetânia, pelas planícies da Betúria, quebrando lanças, póvoas assoladas a ferro frio, esqueletos de homens e rêses entre a cinza, para conter àlêm dos montes, os inimigos da liberdade da Lusitânia, a mais forte das nações ibéricas.

Diante do cadáver, maior receio que o da morte domina a dôr no perigo e o sobressalto dos corações: salvariam da perfídia romana para as honras fúnebres o corpo do Herói, não fôsse ultrajada pelos inimigos a santidade da morte.

E cumprem-se os ritos à voz do sacerdote para defender as armas e para que sem afronta a alma vitoriosa possa resplandecer na morada do Grande Espírito e na luz dos astros.

Trazem-lhe o saio mais rico, nos braços lhe enfiam xorcas de oiro, ennobrecendo o cadáver com as armas e o escudo, enquanto na floresta entra a legião dos soldados e as bipenes vão prostrando rumorosamente altos carvalhos e oliveiras bravas de onde fogem os génios que nas sombras moram.

Durante o sol daquele dia, árvores inteiras de todos os lados se arrastam, sôbre a terra a lenha se amontoa, como a onda de um despôjo em cidade saqueada, em que uma devastação indomável fôsse entregando os tetos de todas as casas.

Para o triunfo da morte vem subindo a multidão dos povos da aliança e à volta da pira se reúnem para a dôr do festim, no momento da tarde em que na rosa do sol se avistam vivamente as manchas do sangue do Herói.

Como água de muitos ribeiros, ondeiam por entre piornos samarras de homens, mantéus escuros de mulheres sôbre trajes multicores. Para o lugar do sepulcro aonde se levanta a montanha dos troncos e dos ramos, encaminha-se longamente a procissão, por entre o mato guiada pelo bastão de um chefe, à voz dos tambores.

O corpo é conduzido numas andas aos ombros dos sacerdotes, e por entre soldados e povo, em cortejo de suspiros, através de todo o arraial, ia aquela ondulação de corpos hirsutos, meio nus, as lanças oscilando no ar, como a um vento sem rumo.

Ali perto, amarrados a velhos troncos com correias de veado, os cativos viam correr para a terra o sangue das suas chagas, e a súplica de dôr em palavras nunca ouvidas, não podia entender-se entre vozes confusas de homens e tropel de cavalos de guerra.

Robustos braços levantavam o cadáver para o estrado no mais alto da lenha e aí o recobrem de insígnias militares, formando à volta cavaleiros e peões que pela última vez lhe obedecem, no momento em que o sol em moribundas scintilações vai lavrando o bronze dos escudos.

Para o sacrifício vão a caminhar os últimos prisioneiros e cada um dêles para o altar estende a tremor a mão direita que o cutelo oferece à piedade dos deuses, enquanto o sangue por sôbre a túnica do vitimário, é recolhido numa pátera de ouro.

De branco vestida, um cinto reluzente, a Profetisa corre de pés descalços, erguendo na mão o seu punhal, e a cada golpe os cativos deixam tombar a cabeça, caindo no chão, de olhos fechados. Depois, em silêncio, sôbre êles a virgem branca se inclina para o auspício das entranhas. Subindo até junto do cadáver, o sacerdote volta-se para o ocidente a invocar três vezes a alma do Herói, e sôbre armas e escudos que rodeiam o seu despôjo, o sangue quente dos sacrifícios é espargido purificadamente, como orvalho de céu.

De entre nuvens de fumo, começam a subir altas serpes de chama, enlaçando troncos de florestas onde viviam deuses para adoração dos homens, traves de casas desmoronadas, juntando-se

naquele larário da morte, para iluminar a raça vencida num último clarão de glória.

A pira era ali o fogo sagrado para a redenção da morte, ara suprema, o lume aceso de todos os lares. . .

Por baixo do céu profundo, a reluzir em cúpula de metal, desfolham-se negras flôres de uma nuvem circulante de corvos, trazida em ronda na agonia da tarde, e à volta do sacrifício, a folhagem dos carvalhos eriçava-se e ficava imóvel, como se fôsse de bronze.

Junto da cabeça do Herói, a flama apruma-se como um obelisco de oiro onde viesse poisar a rosa do Sol-nascente.

Os soldados de cavalaria e os velhos legionários, todos armados, em pelotões, já formaram à roda da fogueira, esperando da bôca do sacerdote as palavras da revelação.

Sôbre o vértice de um rochedo, reluzente como prata, escuta a Profetisa a súplica do povo envolvendo num círculo negro soldados e sacrifício.

Então se ouviram as vozes do destino, os cantos e lamentações dos que na terra ficariam exilados, e a dôr de tantos corações largamente adormeceu no sentimento eterno dos carmes, por todos os séculos do tempo.

O SACERDOTE

Fumo sagrado prende a terra ao céu!

À volta da cabeça vai brilhando o esplendôr das estrêlas tremulantes.

Mortais, assim quiseram nossos fados.

Alma cativa, a morte a libertou!

Seu corpo adormeceu, em Deus acorda.

No Herói vive um deus para adorar.

Ó soldados! cantai o seu louvor!

A PROFETISA

Contra vós grandes males se alevantam.

Colares de mulheres serão cordas, sem mantéus andarão no campo triste.

Vejo o povo morrer de fome e frio; mães cortadas com filhos a mamar.

Pelos rios correrá sangue de infantes, ervas más comereis em ásperos montes, a morte buscará os corações.

À soleira das portas choram velhos a servidão da terra e seus altares.

Vasos do sacrifício pisarão. Já dos bardos rebanhos vão perdidos: sua lã despirão outros pastores.

Sôbre o campo, ossos pedem sepultura.

Da terra nascerão longas serpentes.

Ao céu não sobe o lume das lareiras.

Passarão tantos séculos como areias, até que venha o fogo do castigo.

Ruína e glória! O povo chorará por sua vida, cantarão os soldados sua morte!

OS SOLDADOS

correndo com suas armas em volta da pira:

Glória ao fogo! Glória ao fogo liberador!

Ó noite, vem cobrir os arraiais!

Suba a nossa palavra até aos céus!

No sangue sôbre a cinza derramado, o festim derradeiro celebremos!

Servidão de inimigos não terá, quem suas armas tomou por um só dia.

Cantemos seu louvor até à morte!

O Povo

caminhando em sentido oposto e envolvendo os soldados:

Levantai alarido para as alturas!

Dôa-se o céu do nosso desamparo!

Ó Luz das Sete-Estrêlas, nossa esperança: veias de tantas lágrimas se abriram, para o coração da terra vão correndo.

Água das fontes virgens, leite branco, mel côm do sol trouxemos para o altar.

OS SOLDADOS

Gumes de espadas, dobrai-vos!

As lanças se consumam na fogueira!

Outro sol não veremos para roer as cintas e correias dos escudos. Ventura foi dos mortos, recolhidos na terra fria em tardes de batalha.

Ó flama sagrada! nunca se glorifiquem contra nós violadores de alianças!

O Povo

Tantos males passados, outros para vir !

Em servidão a terra dos rebanhos !

Virgens mortas à mão vil de soldados ; meninos a chorar em cativeiro, perdido o nome à terra de seus pais.

Os deuses te mandaram para a vingança dos corpos retalhados na traição.

Mancebos desmaiaram com fome, na manhã clara de suas vidas.

Nosso sangue vingaste nas batalhas.

Conhecemos por ti nossa vitória.

Às estrêlas irá o que traidores mataram.

Céus e terra ! Água das Fontes ! Ouvi ! ouvi os gritos desta dôr.

A PROFETISA

Os netos dos cativos tomarão a terra onde mamaram o seu leite.

O céu não cobrirá novos tiranos, e servas ficarão as suas mulheres.

Levantareis do sono a antiga esperança : atrás da servidão, outra virá ; um dia será livre nossa gente ; livre a terra semeada até ao Mar. Nas águas andarão a par do sol, os troncos de pinheiros da floresta ; de asas brancas, um dia voarão sôbre a escuma de abismos a ferver.

As glandes serão belas nos carvalhos ; andarão os pandeiros a tocar, à sombra de amoreiras abundantes.

A terra vossa carne comerá, terão frutos melhores vossos filhos, e as estrêlas dirão nova alegria.

Entre vós deixo a esperança a florescer.

OS SOLDADOS

Os traidores buscámos entre os bosques ; pelos giestais floridos seus passos seguimos.

Seja peçonha o leite de suas ovelhas !

Asas negras virão cobrir seu sono !

Aos cativos tomados na distância, cortámos as direitas para o altar.

Moradores do céu, tomai as armas, e aos soldados as vidas recebei.

O Povo

Cantaremos louvores na colina, quando nascer no céu a Lua-nova.

Astros da noite, lume vivo em flôres, para vós subirá sua alma branca.

As cabeças cortadas pela vingança, nos banquetes serão taças para o vinho.

Nas correias das fundas que trouxemos, os traidores queremos enforcar.

A terra seja livre aos que vierem!

Na cadeia do sangue esqueça a vida!

Em raça escrava, corações libertos!

Dormem na terra os ossos dos pais: êles falarão no sangue dos filhos.

A esperar passaremos nossa vida — inimigos de inimigos, não servos de senhores.

OS SOLDADOS

Por todos partilhava a melhor presa.

Como um leão dormindo na floresta, foi morto o vencedor, senhor dos povos!

Sôbre montes e campos já nós fomos um enxame de abelhas a voar.

Na terra a fama espalhe tanta glória; conheçam as estrêlas seu poder!

O Povo

Para sempre dos sempre, as gerações de inimigos sejam malditas! Nasçam das mulheres filhos de duas caras; sejam molhos de víboras seus cabelos!

Seque toda a verdura aos seus pés; o ar se corrompa e vejam em chama a água das fontes!

Ó Atégina-renovadora, deixa-lhe as árvores sem Primavera: nunca se cubram de flores, para não darem frutos.

OS SOLDADOS

Para além dos pinheirais se esconde o sol.

Escudo na batalha a cair, braço que não pode combater. Adormeçam com êle nossos olhos.

Não se conte êste dia para o tempo, se outras manhãs hão-de nascer!

Lanças de fogo vivo junto às sombras, dois sóis já batalhando sôbre o mar. Ó vento que dás volta a todo mundo, leva às nossas cidades o clamor!

O Povo

À bôca das fontes nasçam urtigas!
 Nelas vivam dragões bravos e ardentes.
 Ó Návia bemdita! corram veias de lume nos arroios! Caiam
 as fôlhas, fujam as sombras da terra!
 Escuras noites! dias de céu em fogo!
 Venham as chuvas fóra do seu tempo: não possam acordar
 as sementes na terra. Ó Sol, incendeia as searas, seca as fontes,
 apaga as tuas luzes — nunca mais vejam o rosto da aurora! Ó
 Lua, sol dos mortos, não mandes os teus raios aos seus sepulcros.

OS SOLDADOS

Não há terra plana, escura selva para a vida melhor acabar.
 Ao deus da morte as armas entregamos.
 Em terra alheia ninguém nos matou: onde fomos senhores,
 escravos não seremos.
 Não podemos morrer em cada dia — a morte procuramos,
 para viver!

*Pouco a pouco, os soldados vão correndo para o meio das
 chamas, cada vez mais altas e claras.*

É noite agora. Quando o lume acabou de entregar ao céu todas as almas, restava consagrar os últimos despojos. Súbitamente, por sôbre os soluços, cruzam-se gritos alarmantes de povo: a sombra do Herói à vista flutuando à flôr da chama, como um hálito do fogo, a subir até às nuvens, para onde os braços prolongam o desejo de partir.

E sôbre o sepulcro aonde as cinzas são recolhidas, corpo a corpo os últimos soldados vieram matar-se, dando em sua glória o testemunho do sangue.

Esta foi a grande saudade que neste mundo Viriato deixou.

Casa da Fonte — S. Vicente da Beira.
 Setembro de 1915.

HIPOLITO RAPOSO.

Sôbre êste conto de Hipolito Raposo foi composta a sinfonia de Freitas Branco, *Os Funerais de Viriato*, tocada pela primeira vez no festival Luso-Espanhol da Orquestra Blanch.

Funerais de Kiriats.

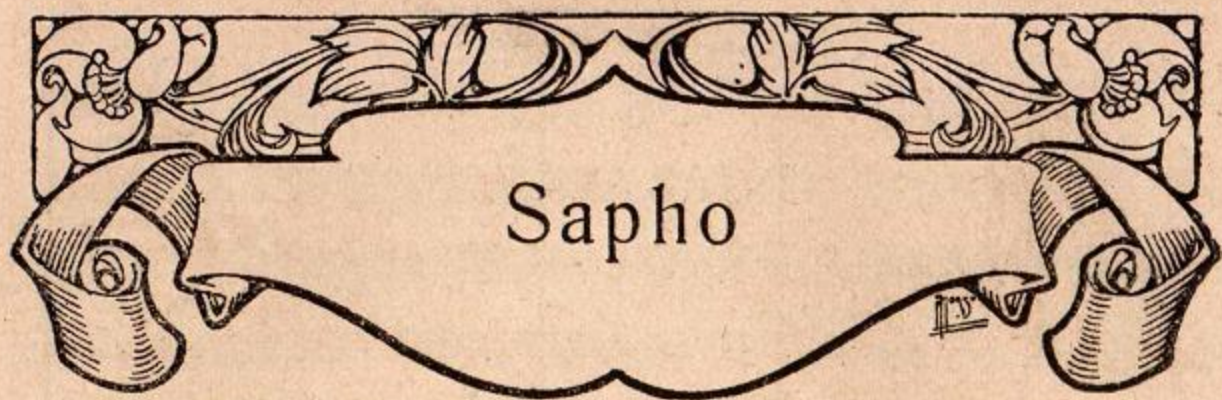
Thema de Kiriats

Handwritten musical score for 'Funerais de Kiriats' (Thema de Kiriats). The score is arranged in systems of staves. The instruments and parts are labeled as follows:

- Fl.** (Flute)
- Ob.** (Oboe)
- Cl.** (Clarinet)
- Fag.** (Bassoon)
- Cor.** (Trumpet)
- Cor. b.** (Trumpet in B)
- Cor. b. m.** (Trumpet in B, middle)
- Trompe.** (Trombone)
- V. I.** (Violin I)
- V. II.** (Violin II)
- Vcllo.** (Violoncello)
- Basson.** (Bassoon)

The score includes various musical notations such as notes, rests, and dynamic markings. Key dynamics include *ff* (fortissimo) and *p* (piano). The piece concludes with a double bar line and a fermata.

Luiz de Freitas Branco



« Não receies, querida. O meu amor não traz
« Como os outros amores a ansiedade e a tristeza ;
« Não quero escravizar teu coração em paz,
« Porque, sem ambições, eu só amo a beleza.

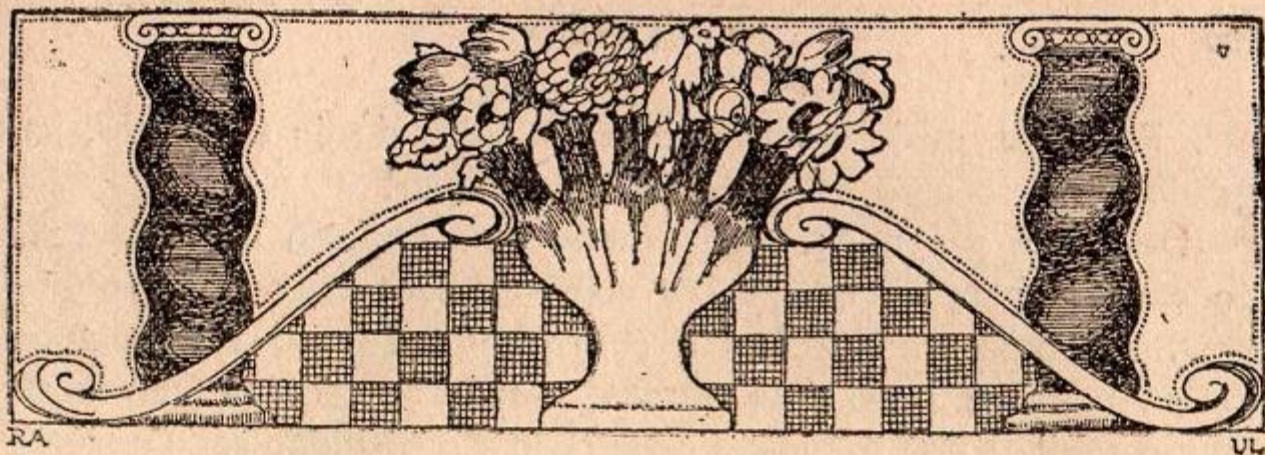
« Ainda na tua frente os ramos de violetas
« Não sabias atar, já o meu prazer maior
« Era despir-me toda entre as murtas discretas,
« E num lago espelhar o meu corpo de flor.

« Então, minha beleza inviolada atraía-me
« Como o cisne de Leda. E, louca de ventura
« Por tão linda me ver, banhava-me, escondia-me
« Na minha imagem sempre cheia de frescura.

« Mas hoje todo o encanto, aquele antigo enleio
« Que me enchia de amor, venho encontrá-lo em ti :
« — E por isso te adoro e me cinjo ao teu seio
« Como ao meu vulto na água outrora me cingi. . . »

DUARTE SOLANO († 1915).

Do livro póstumo, a sair, *Corôa de Rosas*.



Tormenta

(TRECHO DE UM LIVRO EM PREPARAÇÃO)

A M. Teixeira Gomes.

I

Na grande sala sôbre o jardim. Móveis e tapeçarias esbatem-se na frouxa claridade do crepúsculo. O espelho antigo reluz como uma chapa de prata, reflectindo as duas figuras que estão preguiçosamente estendidas num canto cheio de almofadas. O silêncio é quási completo; só de espaço a espaço se percebem os últimos rumores do dia: um pregão longínquo, um toque de sinos, um silvo de combóio. Parece que tôda a vida parou mesmo para os dois corpos reclinados nos estofos brandos, com os braços pendentes, os lábios entre-abertos, os olhos cerrados. Pouco a pouco as sombras descem, e os ruídos da noite começam a indicar de novo a vida: o sussurro das fôlhas e da água correndo no jardim, um sôpro de vento que agita os cortinados, o eco quási imperceptível de uma cantiga.

João, estendendo os braços e envolvendo-a carinhosamente:

— Porque não há-de ser sempre assim a nossã vida?!...

— Porque nos cansávamos e aborrecíamos.

João, que se tem erguido, e que a tem sôbre o peito, aninhada como uma criança, afasta-lhe do rosto os cabelos soltos que lhe envolvem todo o busto e procura-lhe os olhos, ansiosamente. Uma nuvem de tristeza perpassa nêles e a bôca, fresca e rosada como um morango, perde a sua expressão sensual para se crispar num sorriso amargo. Êle fita-a profundamente, mergulhando a alma nos seus olhos claros, aperta-a com mais ternura nos braços for-

tes. E alguns momentos ficam assim sofrendo do seu amor, pagando à vida o caro tributo de serem felizes!

Depois é ela que se desprende num impulso nervoso e vai ao espelho para se compôr. O velho cristal reflecte apenas uma sombra, como um desenho a *crayon*. Consulta-o um instante, ajusta muito à pressa as roupas, prende os cabelos num movimento rápido; põe o chapéu e vai buscar o pequeno saco de mão, as luvas, o guarda-sol e fica um momento imóvel, muda, sem resolução. Num instante êle está junto dela abraçando-a e procurando-lhe os lábios. Ainda irresoluta e alheia, como se tivesse acordado súbitamente de um sonho, Luísa murmura:

— É tarde. Devia estar em casa às sete. São quási oito . . .

E enquanto êle a envolve num olhar cheio de paixão, de desejo, de saudade, ela beija-o de fugida por sôbre o véu e sai muito impaciente por ser tarde, muito preocupada com as rugas do vestido, com a côr viva que lhe tinge as faces, temendo um mau encontro na rua, prevendo uma grande crise na sua vida. João fica algum tempo inerte, sem pensar e sem sentir, no mesmo lugar em que ela o deixou. Um sôpro de vento mais rijo entra pela casa sacudindo as vidraças, desfolhando as flores agonizantes das jarras. Procurando maquinalmente o chapéu para sair, sempre com o pensamento a querer fixar-se nela, não sabe se é feliz, se é desgraçado. A entrevista acabou triste e brutalmente como tôdas, mas só pensa em vê-la de novo para amá-la mais e melhor, para lhe dar uma impressão maior e mais bela do seu amor, desolado e descontente consigo próprio por não ter sabido ser junto dela mais carinhoso e mais atraente, temendo diminuir-se aos seus olhos e perder o pequeno domínio que julga ter alcançado . . .

Seguindo a pé sob as árvores da Avenida, ainda sem jantar, João vai recordando as diversas fases do seu amor e é forçado a reconhecer que os momentos de prazer e alegria que tem sentido são infinitamente pequenos e insignificantes em face dos sobresaltos e torturas, das longas horas de sofrimento que tem experimentado. Mesmo nos instantes mais venturosos, quando está junto dela na pequenina casa que ambos arranjaram e compuseram com carinho, a sua felicidade não é completa. Ela só é sua, verdadeiramente sua, nos momentos em que a tem nos braços e os dois não pensam nem falam absorvidos pelo delírio da paixão . . .

E nestas reflexões foi andando distraidamente pelas avenidas até o Campo Grande. Só ali reparou que era noite e sentiu que tinha fome. Tomou o eléctrico, — e notando com satisfação a vizinhança de uma linda rapariga, a sua masculinidade desviou-o do delírio sentimental em que se debatia — decidiu ir jantar ao Leão, mais sereno e bem disposto, encantado com a suavidade daquele anoitecer de um bom dia de amor, seguindo com interêsse os aspectos da cidade a iluminar-se e redobrar de movimento, como acordando, coroada de luz, para uma vida mais alegre e descuidada.

II

Naquela tarde e na paz dos momentos que seguem o tumulto e a perturbação das carícias, ela contou-lhe um pouco da sua vida. Ouviu-a numa agitação mal reprimida, com os olhos em brasa, os dedos enclavinados nas roupas do leito. Molemente recostada, com os braços em arco a coroa-rem-lhe a linda cabeça loura, os olhos errantes, perdidos, como se vissem no ar as sombras daquele passado que ia recordando,



ela não podia notar a dôr que lhe causava. De vez em quando detinha-se para ocultar um pormenor que devia esconder delicadamente ou para dar uma explicação sôbre qualquer dos seus actos que lhe parecesse censurável. E êle, febril, torturado, numa ânsia indizível de saber tudo e de chegar ao fim, dizia sempre, apertando-lhe com fôrça os braços, magoando-a:

— Que mais, que mais?

A voz difficilmente lhe saía da garganta; os olhos, por vezes, eram raiados de sangue, como os dos criminosos, e fuzilavam na sombra, como os das feras numa noite escura. Ela continuava sem se aperceber da tempestade que ia desencadeando naquele espirito. E ficou muito surpreendida quando ao fim das longas confidências, que êle já nem ouvia, com os sentidos entorpecidos pelo

ciúme, notou a sua palidez, o seu olhar desvairado, as lágrimas que irreprimivelmente lhe corriam pelas faces, quentes e corrosivas como lava.

— Fiz-te sofrer! Era melhor não te dizer nada!

— Não! Fizeste bem em dizer-me tudo.

— Não! Tu já não me queres, não podes querer-me tanto!

Ele ficou mudo, olhando-a com tristeza e ela, numa súbita angústia, rompendo em soluços, baixou a cabeça sôbre o travesseiro escondendo o rosto nas mãos.

Momentos depois um grande silêncio envolvia tôda a pequena casa. Os dois corpos, como se um vento mau os tivesse prostrado enrolados, torcidos, descompostos sôbre os linhos do leito, davam apenas sinais de vida pelo arfar dos peitos. O relógio antigo bateu sete horas num tinir de bronze que ressoou como numa catedral deserta. Nem o menor ruído lhe respondeu. Um molho de sedas escorregou docemente dos braços inertes de uma cadeira e foi cair sôbre a colcha vermelha de damasco atirada para os pés do leito. A tarde declinava, quebrando-se suavemente nos cortinados de cambraia os últimos lampejos do dia. O silêncio e a sombra — dois grandes calmantes — trouxeram um pouco de paz àquelas duas almas agitadas pelo mesmo sentimento, feridas agora pela mesma dôr, mas tão diferentes nas suas modalidades, vindas de caminhos tão opostos e de experimentar na vida sensações tão diversas.

Os pequenos quadros das paredes esbatiam-se na meia luz, como testemunhas discretas. Só a reprodução da *Gioconda*, tocada pelos últimos frouxos da claridade se distinguia perfeitamente, muito impressionante e muito pálida, com o seu sorriso melancólico e misterioso . . .

III

A crise foi longa e violenta. Depois de conhecer todo o passado daquela mulher estranha que o atraíra justamente pelo prestígio das suas aventuras, João António ficou como sob o efeito de uma pesada embriaguez. Sentia apenas que existia pela grande dôr que o atormentava, que o esmagava até fisicamente. Não podia ligar duas ideas, não podia raciocinar, não podia examinar-se. Todo o seu cérebro estava cheio do passado daquela mulher,

povoado de figuras que o faziam estremecer de raiva, de ciúme, de desespero. Os episódios que ela lhe contara sem colorido e sem vida, reconstituíam-se, a sua imaginação animava-os. E o seu desejo era destruir tudo, rasgar, matar, aniquilar tudo! Mas como?! Podia êle, porventura, modificar os acontecimentos que se tinham dado, ou fazer andar a vida para trás? Podia, ao menos, apagar do espírito daquela mulher, como traços de giz duma ardósia, as impressões de muitos anos de uma vida intensa? Nem isso! E contentava-se então com a idea de ser na vida dela mais alguma coisa do que todos os outros, de a fazer vibrar de uma maneira inteiramente nova, de encontrar nela uma mulher diferente, de lhe despertar sensações inéditas sendo em tudo superior aos outros! Mas sempre a idea dos *outros*, sempre os espectros do passado!

Neste tormento viveu alguns dias, sem querer vê-la, até que resolveu partir para longe. Mas apenas o combóio que o levava se pôs em marcha, por mais que quisesse convencer-se de que partia para a tranqüilidade e para o esquecimento fugindo à sua dôr, a 50 quilómetros à hora, era forçado a reconhecer que ou os cuidados e os pesares corriam atrás dêle ou deixara para trás a melhor parte da sua alma, sofrendo e penando junto da causadora de todo o mal.

Durante dois meses divagou como um sonâmbulo por cidades que desconhecia em busca de alguma coisa que lhe despertasse pela vida o interêsse indispensável para a conservar. Percorreu a Espanha, mas o seu ruído e a sua luz afugentaram-no sem o deslumbrar. Passeou triste como um viúvo pelos laranjais floridos de Valência; bebeu sem gôsto a *mansanilla* das *verbenas* e viu sem paixão *toros de muerte* em Sevilha; colheu distraidamente cravos e viu ruínas em Granada; assistiu a uma greve em Barcelona com explosões de bombas e cargas de cavalaria; em Madrid fugiu de uma *camarera* de penteado alto, *manton* e travessas de tartaruga; e, para despedida, em Irun, teve uma scena de murros com um moço de uma *fonda*. Na França a tristeza e a gravidade do país encheram-no de negros pensamentos, e nasceu-lhe a idea de voltar. Mas necessitava para si próprio de uma justificação — e encontrou-a no desejo de reclamar de Luísa as suas cartas, cartas que tinham sido escritas com o seu sangue, gastando a sua vida, queimando pródigamente as suas energias no fogo da pai-

xão. Ela não tinha o direito de as conservar desde que deixara de ser para êle o que fôra . . .

No dia seguinte ao da chegada informou-se ansiosamente do que fizera na sua ausência e teve uma doce satisfação quando lhe disseram que estivera doente e passara quási todo o tempo no leito. O egoísmo do seu amor tornara-o bárbaro. Escreveu-lhe pedindo que o recebesse e a resposta, que esperava fôsse uma desabrida recusa, foi esta, que leu repetidas vezes, enternecido:

«Meu amor: Vem! Há dois meses que te espero.
«Mando-te um grande beijo nessas duas rosas que hoje
«de manhã, não sei porquê, pressentindo uma grande ale-
«gria, pus ao peito.»

Resolveu entretanto só ir ao anoitecer para a fazer esperar e desejá-lo. Mas quando entrou na salinha íntima onde se respirava



o seu aroma e se sentia um calor brando de fogão de lenha a crépitar, uma onda cálda de desejo incendiou-lhe o cérebro e percorreu-lhe todo o corpo, apressando o movimento do coração. E ainda mal a distinguia, numa mancha clara de sedas e rendas, atirada lânguidamente sôbre o sofá. Não havia luz alguma além da que vinha do fogo — e aproximando-se dela, naquela meia tinta, via-a como num sonho, muito mais bela e perturbadora. O olhar em que ela o envolveu penetrou-o até à alma, estonteou-o. Era co-

mo se tivesse respirado um prodigioso fluido saído de uma taça onde ardessem todos os perfumes que enebriam e subjugam. Teve de apelar para tôda a sua fôrça de vontade para não correr a entregar-se vencido e humilde nos braços nus que se erguiam num çolar de mármore para o prender. Pôde apenas resistir e balbuciar :

— Luísa, venho pedir-lhe um grande favor: dê-me as cartas que lhe escrevi . . .

Não pedia, implorava como um mendigo, sem ousar aproximar-se, tocá-la, com medo de mostrar a sua fraqueza.

Luísa estremeceu, mas reconhecendo a sua superioridade naquele momento disse, com firmeza:

— Essas cartas pertencem-me. Só foram suas até o momento de saírem das suas mãos. Para que as quer?

— Para as destruir.

— E é só para isso que vem aqui?

— Só . . .

— Está então tudo acabado?

— Enquanto essas cartas existirem, existe um pouco do sentimento que as ditou. É preciso destruí-las. Quero ficar tranqüilo!

— Mas que lhe fiz eu? Depois que o conheço não penso em mais ninguém, bem o sabe!

— Não basta! Sofro imenso pelo seu passado!

— Mas conhecia-o, pelo menos em parte . . .

João António fica um instante perplexo, hesitante, mas na cegueira do ciúme não quer deixar convencer-se, não quer refletir, não pode pensar. E excitando-se, perdendo cada vez mais o sangue frio quasi a insulta, quasi a maltrata. Luísa ergue-se, muito pálida, dá um passo, procurando lançar-lhe os braços ao pescoço. Ele compreende que está perdido se ela o prende, e evita o movimento, obrigando-a a sentar-se no sofá.

Então, despeitada, vexada, tendo perdido toda a esperança de o dominar pela doçura, ela rompe em queixumes e recriminações.

«Nunca o supusera assim! Quando lhe pedira aquela entrevista depois de uma ausência tão longa, de um abandono tão ingrato, acreditara que êle vinha para lhe mostrar o seu arrependimento, a sua mágoa, o seu remorso pelo tempo que haviam perdido para o seu amor, sofrendo porque queriam sofrer — ou porque êle queria que ambos sofressem! Mas não podia supor, não acreditava ainda, que fôsse para a martirizar que ali quisesse vir.»

Quasi sem poder conter-se, louco por lhe fechar os lábios com um beijo êle só conseguiu insistir fracamente, com a garganta sêca:

— As cartas. Dê-me as cartas! Quero queimá-las aqui mesmo!

Luísa rompeu em soluços. Ele teve de encostar-se a um móvel para não cair desamparado. Passaram longos minutos que pareceram anos. Luísa continuava soluçando e gemendo a sua dôr; êle, querendo fazer de forte, mordia os lábios até fazer sangue para conter as lágrimas. Por fim ela reagiu, ergueu-se de um salto, e passando por êle como um fantasma, abriu a alta secretária antiga, tirou um masso de papéis que lhe estendeu com o braço trémulo. João deitou-lhe ávidamente as mãos, mas como ainda os dedos dela segurassem, nervosamente crispados, a fita vermelha que prendia as cartas desatou-se e elas foram espalhar-se pelo tapête como as pétalas de uma grande magnólia que se desfolhasse . . .

IV

Assentaram-se os dois, muito calados, diante do fogão, com os olhos encandeados, presos na labareda que subia doida, irregular, que se apertava, amortecia, para crescer depois em línguas enormes lambendo o mármore da chaminé, beijando o chão. E o seu colorido variava, tornava-se violáceo, amarelo, depois novamente rubro, inconstante e impetuoso como se lhe tivessem atirado um grande excitante. As pobres cartas, amarfanhadas, feitas em pedaços, torciam-se ainda, como corpos humanos agarrados de súbito num incêndio. De vez em quando um pedacito saltava intacto do meio do fogo e podia ainda quási ler-se uma palavra — quem sabe se uma confissão, se um juramento de amor, que as próprias chamas não podiam fácilmente aniquilar!

João António assistia mudo, arripiado, transido de horror àquele espectáculo doloroso de que êle fôra o culpado. Os seus olhos não se despegavam dos pedaços de papel agora já reduzidos a um fino tafetá que o mais ligeiro sôpro, o da sua respiração, desfaria em pó.

Era como se sentisse no coração a dôr física da queimadura, como se um bocado da sua alma tivesse ficado ali carbonizado, como se pudesse ter lançado fogo num momento de loucura a tudo quanto na vida o tivesse acompanhado e lhe tivesse dado alegria e confôrto. Seguia todas as oscilações da chama, aproximava-se, queria quási entrar dentro dela, atraído por um misterioso e diabólico desejo. Não tinha a noção do lugar em que estava nem do que fazia, nem adivinhava os dois olhos cheios de água que acom-

panhavam todos os seus movimentos, que se cravavam com ansiedade no seu rosto como a querer penetrar-lhe o pensamento, adivinhar as suas emoções para as sentir também, ler-lhe na alma através da fisionomia! Só quando o último rôlo negro se desfez em cinza êle se voltou para ela e pôde compreender quanto a fizera sofrer.

Estava ainda de pé, com os braços caídos ao longo do corpo, imóvel como uma estátua ou uma imagem de altar, o vestido branco de rendas a realçar-lhe a grande linha do busto.

Agarrou-a então nos braços e ficou muito confuso e enternecido a ouvi-la soluçar, perguntando sempre que mal lhe tinha feito, que crime tinha praticado para tanto a mortificar. Levou-a carinhosamente para junto da janela por onde entrava o bafo da noite, uma noite profunda como a que se fizera no seu espírito. Sem dizer uma palavra sentou-a no sofá, a seu lado, e abraçou-a, a chorar também. Começava a reflectir e via que talvez não tivesse tido razão, ou que, se a tivera, não fôra bastante forte para seguir o caminho que ela lhe indicava. Tudo o que fizera tinha resultado inútil—e sofrera imenso, de um tormento preparado por suas próprias mãos.

Estiveram assim muito tempo abraçados num inquebrável silêncio em que se entendiam melhor do que se falassem, até que, sem saberem como, os seus lábios se encontraram num beijo sem fim em que parecia quererem sorver a vida um do outro. Só havia ainda a luz do fogão, agora mais mortiça, quási a apagar-se, e assim mesmo, na sombra, João não deixava de a fitar como se quisesse buscar nos seus olhos o destino que lhe estava reservado!



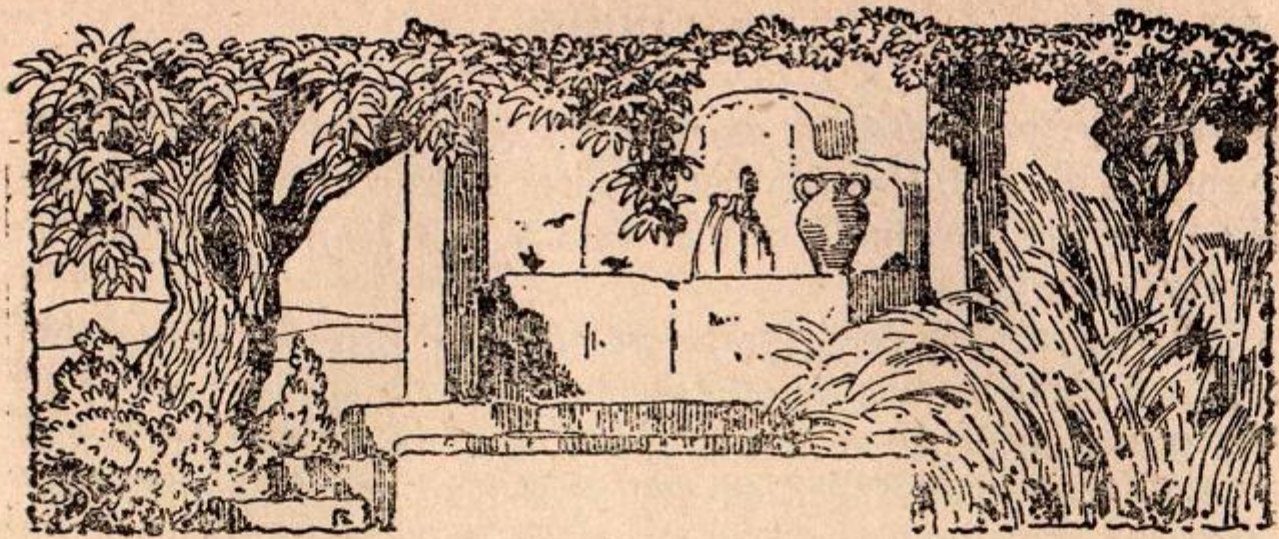
Era tarde. Luísa ergueu-se cheia de sêde e de febre, foi beber sôfregamente alguns goles de água. Deu-lhe de beber tam-

bêm e despejou o resto da garrafa de cristal sôbre os vasos de bronze em que tinha, criadas e tratadas por suas mãos, duas grandes azáleas. Depois abriu a larga sacada de par em par, respirou profundamente e chamou-o para junto de si. A noite avançava na mesma tranqüilidade, alheia às tempestades que iam pelas almas: o mesmo ar frio, as mesmas estrêlas muito altas e discretas, ponteando de ouro o céu. Enlaçados amorosamente olharam-se melhor ali na claridade vacilante do quarto crescente, apreciando mais do que nunca a vida, a natureza e o amor que os levava ligados um ao outro para o futuro incerto, felizes como quem recupera um grande bem perdido ou escapa de uma grande tormenta. E sempre sem uma palavra, no meio de um grande silêncio em que podiam ouvir-se as plantas a sorver a vida na terra húmida e rescendente, e o bater dos seus corações, despediram-se até o dia seguinte, beijando-se de novo, muito demoradamente, em pleno ar livre, debaixo das estrêlas.

Londres, Julho de 1916.

URBANO RODRIGUES.





Produzir, eis o problema

Criou raízes, ao que parece, uma das teorias pessimistas de Oliveira Martins, cuja candidez arvorou a história em lição moral, à maneira das comédias provincianas. As suas doutrinas destrutivas ecoaram na Espanha e num ou noutro volume do Brasil, tais as de Herculano, que nos faz provir duma colónia de asturo-leoneses. Devotando-se aos estudos económicos, Martins lobrigou-nos através duma lente parasitológica. No seu critério, que diversos repetem agora, nunca fomos senão uns sugadores do suor alheio. Sugámos o moiro ou árabe, nos albôres da nacionalidade, explorámos a cegueira dos que iam a caminho da terra prometida, chacinámos e estorquimos os filhos de Israel, escravizámos os habitantes da Líbia, roubámos os que nasceram nas remotas plagas indo-gangéticas, imbecilizámo-nos em Alcácer-Kibir, exaurimo-nos na fase do cativo filipino, amolecemo-nos nas campanhas da pretensa restauração, degradámo-nos com os quintos do Brasil, espoliámos os santíssimos sotainas de Loiola, rebaixámo-nos nas guerras peninsulares, arcabuzámo-nos nas infindáveis sedições do constitucionalismo, apossando-nos dos honestos bens mosteirais, atolámo-nos nas fomentadíssimas obras do fontismo. E, moinantes incorrigíveis, batendo o fado nas horas aflitivas, sempre descuidosos e de sacola às costas, desprezámos as riquezas incomensuráveis da terra, mãe de todos, para nos lançarmos ao iroso oceano, sorvedoiro insondável, iman de perdidos. Um tentou poemizar os cavadores, querendo imprimir-lhes o cunho autêntico da raça. Outro, vendo em tudo máus presságios, achou que a

série da *História trágico-marítima* é que nos fotografou as desventuras da sina. Uns náufragos, antes mesmo de nos arrojarmos às fúrias transmarinas, mesmo depois que se nos sumiram as derradeiras velas!

Esses profetas da desgraça pretendem apagar-nos, assim, uma longa e lúcida marcha de oito séculos, olhando apenas para os directores e olvidando-se dos dirigidos, os quais, na sua falaz indiferença, souberam vencer os que persistiam em eliminá-los. Não reparam em que os povos de pequenas dimensões só a custo suportam os grandes homens. E, no entanto, possuímos-los às dezenas, como a Grécia. Mas as camarilhas obumbraram-os, denegri-ram-os, tal aconteceu ali. Durou um centénio, êsse fulgidíssimo ciclo. O meio físico, porém, inadequando-se à fundação dum condigno meio social, obrigou-nos a um sossôbro idêntico ao dos helenos. Desapareceram as figuras épicas, por certo. Mas os heróis sobrenadaram à vorágem. As condições de vitalidade perduraram na comunhão, ora ocultas, ora patentes. Descobrimo o globo, aproximando as distâncias, reduzindo a pó o pandemónio teológico, desencantando a vida moral, intelectual e mercantil dos mares interiores, enlarguendo a esfera do trabalho, em todos os rumos, o povo lusónio abriu as portas a uma nova civilização, aquela em que nos achamos, embora a braços com a intermitência dum recuo.

Os primeiros em muitas coisas resvalámos, após, aos últimos degraus. O afan da caminhada fatigara-nos. Adormecemos, à semelhança dos simples mortais, sob a suave e macia sombra dos loiros colhidos, fruindo o veneno que sereias ou corujas de várias espécies nos propinavam. Assistimos impassíveis ao que se desenrolava longe e perto de nós, presos por grilhetas de todos os feitios. Bordejávamos o abismo, e não nos apercebíamos dêle. Confiava-se tudo ao elixir das leis, e tolerávamos a brandura dos costumes. Espècando-se o sistema governativo na irresponsabilidade, habituámo-nos ao «horror das responsabilidades». Um tanto fatalistas, um quer que seja de messiânicos, deixámos correr o marfim, à espera de que uma catástrofe alarmasse os sonâmbulos.

Té que os canhões ribombaram, e a alma da pátria estremeceu, em ânsia.

No transcurso do evoluir português, palpam-se alguns ideais tangíveis. Iniciámo-nos a valer, sem remontar ás origens que se

abscondem na caligem dos tempos, alicerçando a quinta monarquia da península Lusibérica. Daí para cá, ao inverso do que succedeu às demais, e curtindo agrestes borrascas, a nação manteve-se intacta. Estabelecida a divisa com o povo galaico, a que bastos vínculos nos estreitam, espulsaram-se os recalcitrantes sarracenos do Algarve. Serenados os ânimos, agricultam-se os campos, arborizam-se as planícies, edificam-se escolas. A grei tranquiliza-se. Povoam-se as campinas, os pontos ribeirinhos e marítimos. O castelhano, cobiçoso, invade-nos. A turba levanta-se e desbarata-o. As gentes estranhas, procurando-nos, aguçam-nos o desejo de conhecer os lugares donde vinham. E fomos. Estendemos o raio de acção aos nacionais e aos de fóra, cometendo prodígios náuticos e mavórcios. A opulência era em demasia para tão poucos. Os ombros, vergando ao pêso, contraíram-se. As aves de rapina, por sua vez, corvejavam em redor, e entontececeram-nos. Decaiu-se. Precipitámo-nos no despenhadeiro. Os fortes da véspera haviam-se envilecido. Perderam o pundonor, e curvaram-se ao algoz. Mas as gerações, embebidas no fel de incontáveis desditas, abrigavam o indesmentido hausto da desforra. E ela chegou. Combateu-se pela autonomia durante anos, contra vis manejos de toda a natureza.

Decepou-se a minaz seita jesuítica, e refundiu-se o ensino. Os reis, porêm, supondo-se ungidos da graça divina, desdenhavam dos que os consentiam no trôno. Perversos, perdulários, cretinos, de nada valiam os intuitos dos ministros que os cercavam. Se probos, despediam-os ou metiam-os no patíbulo. Se ruins, afagavam-os, protegiam-os. Surge outra crise, a do trio incursor das hostes napoleónicas, e logrou-se dizimá-las. As feras absolutistas geraram o mêdo de liberdade. Caso virgem, nos nossos fastos, rializa-se uma revolução quáse pacífica, sem se alçar nenhum monarca, e coartando ao que existia *in nomine* as mediévicas prerrogativas. Irrompem as revoltas do cartismo, consumindo-se uma larga fieira de anos a esgrimir em prol de um estatuto que nenhum dos gladiadores acatava, ao triunfar. Os melhores, para que a regra fique de pé, sucumbiam de nojo e afastavam-se. A reforma pedagógica do século XVIII, entrementes, não obstante os obstáculos que a contrariavam, contraprovava-se um insofismável influxo purificante, que se afirmaria com os vintistas e os setembristas. Estes, induzidos pelos princípios de 1789, introduziram aqui a instrução profissional. Rasgar-se-nos-ia logo a

era do industrialismo, se os alunos que as politécnicas diplomaram se não transviassem pelos cómodos empregos que uma saldanhice lhes proporcionou.

Já nessa época se pensava na república. Atentava-se em que os erros se acastelavam e em que se repelia a idea de fortalecer o trabalho livre, a salvo da chancela dos que sustinham a vara do poder. Multiplicaram-se os liceus — uns trinta, hoje —, deixando-se à matroca a cultura técnica. Os baldios, afrontando os apóstolos da charrua, distendiam-se escarninhos, sem haver quem coagisse os seus proprietários a utilizá-los. Os processos de negociar, primitivos, quedaram-se imóveis. À maquinofactura, para que se encorpasse, tornou-se preciso amerciá-la com uma pauta protectora. E, ao cabo, que produzimos? Que se exporte, sem quaisquer outros intermediários, apenas vinho. As cortiças partem por via de outrem; as conservas de peixe, na sua maioria, idem; das frutas, devido à péssima embalagem, auferimos um diminuto lucro; o azeite, que poderíamos vender às praças externas, marcadamente às do Brasil, em vultuosas quantidades e dos melhores tipos, renitimos em o não preparar com arte; das águas minerais, para que obteríamos boas colocações, raras enviamos; quanto a figos, batatas, cebôlas, alhos, pouquíssimo se alcança àlêm-fronteiras. Os produtores portugueses, seduzidos pelo exclusivismo vinhateiro, deslembram-se de que também necessitamos de trigo, de arroz, de açúcar, etc. Em 1912, o *deficit* de cereais chegou a 5.048 milhares de escudos, o do arroz a 1.718, o de favas a 752, o do açúcar a 2.670, o do bacalháu a 4.338. Total, 14.526. Em 1913, vieram 482 mil escudos de cereais não especificados, 3.319 de milho, 7.581 de trigo e 19 doutros, ou 11.401 milhares de escudos; de farináceos, comprámos ao exterior — 2.019 milhares de escudos, em arroz, 373 de batatas, 1.090 de favas, 344 doutros, ou 3.826 milhares; de açúcar, mandaram-nos 3.045 milhares; de bacalháu, 4.388. Adicionando, encontramos 22.660 milhares. O *deficit* das substâncias alimentícias, em 1914, incluindo apenas os artigos referidos, declinou para 18.822. Mas os totais da respectiva classe tarifária mostram-nos, em 1913, uma falta de 25.087 milhares e em 1914 a de 20.722. Ora tamanho desequilíbrio depaupera-nos imenso. Será irremediável? Acreditamos que não. O plantio da beterraba ajudará o dos trigais, segundo os entendidos. O terreno impregnar-se-há de húmus próprio a isso.

O máximo problema repousa, no conceito dos que reflectem sobre estes assuntos, em crescer a potência laboradora da nação. Mas, para que nos emancipemos dos tropeços que nos aperreiam, carecemos de espeditas e módicas comunicações terrestres e transoceânicas. Sem êsses tão suspirados transportes, continuaremos a rodopiar num círculo vicioso. Em 1915, importámos 41.755.579\$00 e esportámos 14.279.874\$00. Diferença, 27.475.705\$00. A reexportação colonial subiu a 13.116.316\$00 e a estrangeira a 6.375.877\$00, restringindo-se o trânsito internacional a 1.824.572\$00. As três parcelas perfazem 21.316.765\$00. O *totum* das transacções parou em 77.352.218\$00. Em 1913, importaram-se 89.938.000\$00; em 1914, 70.345.000\$00. Exportaram-se, nesses dois anos, 36.685.000\$00 e 28.849.000\$00.

Nem só de matéria, todavia, se nutrem as criaturas. O espírito ampara-nos mais, porventura. E a nossa intelectualidade, se um forte revulsivo a não aguilhoar, reduzir-se-há ao mínimo, passando a ignorar-se extramuros, sobretudo no Brasil, onde a corrente leitora ainda nos dispensa muitas atenções. Em 1902, a importação geral de livros, abrangendo jornais, músicas, mapas, etc., conforme a estatística brasileira, foi de 1.805.073\$000 réis. Coube à França a primazia, por 929.382\$. Seguiram-se-lhe Portugal, com 290.725\$000; a Alemanha, com 188.746\$; a Inglaterra, com 141.174\$; os Estados Unidos, com 104.454\$; a Itália, com 86.505\$000. Em 1911, a França remeteu 1.654.391\$ de impressos, Portugal, 564.626\$, a Alemanha, 242.961\$, a Inglaterra, 108.495\$, os Estados Unidos, 60.896\$, a Itália, 129.161\$000. Em 1912, numa importação de 1.220.160\$000, entrámos com 532.146\$000, ou quase metade. Será impossível aumentar o comércio a que aludimos, estabilizando-o? Ele assegura-nos, de per si, as restantes categorias transaccionais.

O ascendente mental e ético é que nos sustentará no concêto das nações. Mas, se o não assentarmos em firmes bases económicas, sujeitamo-lo a um baque tremendo, que nos sepultará. Intensifiquemos, portanto, por todos os meios, a produção portugêsa, desde a que nos aquece os estômagos à que nos enrija os cérebros.

Esta guerra

Um jornalista americano que, em agosto de 1914, assistiu na Belgica à invasão alemã, passou um dia, em automovel, durante cinco horas consecutivas, caminhando sempre com a velocidade dum expresso, entre colunas de soldados do formidável exercito invasor. Atravessou regimento após regimento, brigadas de infantaria umas atraz de outras, em seguida hussards, uhlanos, couraceiros, baterias de campanha, depois ainda infantaria, mais canhões de campanha, ambulâncias, depois canhões de sitio puxados por trinta cavalos, engenharia, um corpo de telefonistas, carretas de pontoneiros, automoveis blindados, mais ulanos, mais infantaria de capacete em ponta, tudo isso deslizando irresistivelmente como a corrente dum grande rio, todos os rostos voltados do lado da França.

Nada parecia faltar a êsse exército em marcha. Os mapas da Belgica de que vinham munidos todos os soldados eram maravilhas de arte topográfica; num enorme *fourgon* militar, à beira da estrada, imprimia-se a *Deutsche Krieger Zeitung* para distribuir aos que passavam; cosinhas de campanha circulavam atravez das fileiras, servindo o primeiro almôço às tropas, sem que elas tivessem de desmanchar um só instante o passo militar; ciclistas instalavam de árvore em árvore telefones de campanha que permitiam ao general comandante falar para qualquer parte dessa coluna de cincoenta milhas de comprido. Os soldados, concluía o jornalista relatando as suas impressões, são considerados como preciosas máquinas que devem dar o máximo de rendimento: por isso são bem alimentados, bem calçados, bem vestidos e tratados como um almocreve trata as suas mulas.

Não era mesmo um rebanho que caminhava : era uma máquina em marcha. Cada homem deixava de ser ali um indivíduo capaz de raciocinar, de agir segundo a sua inteligência, de querer fôsse o que fôsse : era uma peça dêsse maquinismo complexo de que faz parte integrante, indispensável, mas fóra do qual êle é inútil. Era a Alemanha moça e guerreira, que passava cantando ao longo das estradas, através das aldeias e das cidades. Nas tardes de Agosto, de crepúsculos sanguinolentos, dessa multidão em armas saíam cantos nostálgicos, coros em várias vozes, entoados duma fórmula tão justa, numa harmonia tão perfeita, que os próprios vencidos não podiam por vezes resistir ao prazer de admirar. Era a fórmula que deslumbra, a unidade que encanta ; êles cantavam com disciplina, como êles marcham, como êles atacam, como êles combatem, como êles destroem, como êles incendiam, como êles roubam, como êles matam, como êles morrem.

Enganavam-se os que supunham que êsses homens, nas terras conquistadas, iam roubar os habitantes, maltratar os velhos, violar as mulheres, demolir, queimar, porque os chefes seriam incapazes de conter os apetites, os baixos instintos de cada um, excitados pelo ódio, pela maldade ou pelo vinho. A êsses homens, houve um professor, Lasson, que ensinou : «Não se deve pedir a um Estado nem piedade nem benevolência » ; um outro professor, Hasse, que disse : «A moral do amor do próximo, admissível entre indivíduos, não deve tolerar-se entre as nações» ; um terceiro, professor Ziegler, que declarou : «Precisamos de vencer custe o que custe ; o respeito pelas obras de arte só vem em segundo lugar e mesmo desaparece totalmente quando é da nossa vitória que se trata.» Esses homens leram ou ouviram ler as lições do grande mestre da guerra alemão, o general Clausewitz, cujo estilo o seu camarada von Schellendorf ainda achava mole. E êle dizia : «Toda a ideia de filantropia na guerra é um êrro pernicioso. Aquele que emprega a fôrça física com todo o seu vigor, sem poupar o sangue, adquirirá sempre a preponderância sôbre o adversário que assim não proceda e ditar-lhe há a lei. A guerra só conhece um meio : a fôrça. Não há outro ; é a destruição, os ferimentos, a morte ; e êsse emprêgo da fôrça é de regra absoluta. Quanto ao direito das gentes, com que os advogados enchem a bôca, êle impõe ao fim e ao direito da guerra restrições insignificantes ou que mesmo se podem dizer nulas.» Disse-lhes um outro general, von Hartmann : «A guerra de hoje deve ser con-

duzida com um rigor mais isento de escrúpulos, com mais violência e com uma violência mais geral do que nunca no passado o foi.» E o próprio kaiser, falando aos que partiam para reprimir as revoltas da China, disse-lhes: «Sêde tão terríveis como os hunos de Atila.»

E êles obedeciam a todas essas vozes, traduzidas pelos seus superiores em apitos e berros de comando. Punham-lhes a seu lado, com uma organização maravilhosa e uma previdência perfeita, um serviço completo de incêndios, não para os extinguir, mas para os atear; davam-lhes o exemplo do saque e da embriaguez; davam-lhes por vezes mesmo a ordem. E êles incendiavam, e roubavam, e embebedavam-se. Piedade? O soldado alemão não pode tê-la. Aos recrutas de Potsdam o imperador disse um dia: «Podeis dum momento a outro ser chamados para atirar sôbre os membros da vossa família, acutilar pai, mãe, irmãos ou irmãs. As minhas ordens a êsse respeito devem ser executadas com ardor e sem murmúrio, como todas as ordens que eu dou. Deveis cumprir o vosso dever sem escutar a voz do vosso coração.»

Esses que passavam, em passo de parada, para uma obra cruel de morte, de devastação, de extermínio, eram, em tempo de paz, honestos homens de trabalho, chefes de família exemplares; havia entre êles, por certo, o militarão brutal que fazia tremer sob a sua arrogância impertinente os modestos berlinenses que não tinham uma espada, mas havia também poetas líricos, dêsse lirismo arqui-sentimental, que o génio, — mas só êle — nos fez por vezes suportar. Esse guarda-livros, modêlo de probidade, a quem o patrão era capaz de confiar um tesoiro, roubaria amanhã a própria sacola dum mendigo; aquele burguês pançudo, que não podia ver a sua cosinheira esfaquear um frango, mataria sem remorso um velho desarmado; êsse outro puritano violaria uma criança. E quando o apito soaria a hora do combate, êles iriam todos, em fileiras compactas, cotovelo contra cotovelo, direitos para a morte, sem uma hesitação que, de resto, a severidade brutal do chefe não perdoã, e sem êsse impulso de loucura sublime que faz os heróis, mas que não existe sem um ideal, que não existe sem fé.

Assim êles passavam, terríveis, formidavelmente armados, sanguinários, cruéis «como os hunos de Atila». Qual era o seu fim, qual o seu destino? Através das ruínas regadas com lágrimas, cobertos do sangue de milhares de vítimas sem culpa, vergados

sob o pêso cada vez mais formidável dos seus crimes, que iam êles fazer? Um dos seus, o professor Ostwald, o disse a um sueco: «Eles iam organizar a Europa, que, até aqui, ninguém ainda organizou.»

*
* *

Mas na sua tentativa de organizar a Europa, segundo a expressão do professor Ostwald, a Alemanha encontrava um obstáculo terrível: a França. Jâmais a pátria eleita do Espírito, a metrópole da Graça, berço de todas as ideias generosas que marcam o início das grandes épocas da História, terra de todos os heroísmos e de todas as seduções, de Joana d'Arc e de Danton, dos Direitos do Homem e da Piedade de Deus, — jâmais a França estenderia os braços às algemas do alemão. Seria preciso amordaçá-la, calcá-la, queimar as obras-primas que a perpetuariam para além de si mesma, esmagá-la sob o pêso das suas catedrais demolidas, arrastá-la exangue através das suas terras devastadas. E se, no fim de tudo, ela sucumbisse, como sucumbiram as grandes civilizações da Idade Antiga, uma noite só feita de trevas cairia sôbre a Terra, de novo os homens teriam de aprender a ser escravos.

O progresso da Alemanha era um progresso de forma, um progresso meramente cortical, que não atingira nunca as profundezas do seu ser. Ela socorrera-se da sciência dos outros, das invenções dos outros, da arte dos outros, e de tudo fizera a *kultur* de que se envaidecem ao mesmo tempo os seus homens de gabinete e os seus homens de espada, os seus intelectuais e os seus *hobereaux*. O alemão afivelou a máscara da civilização; mas a sua alma ficou sempre a alma dum bárbaro. E, incapaz de ser grande, êle teve de resignar-se a ser *kolossal*, o que não é a mesma coisa, como o mundo, melhor do que nunca, tem podido agora compreender.

Essa avalanche tremenda que, da Bélgica oprimida e gloriosa, caía sôbre a França para a esmagar, essa máquina de aço e de corpos humanos, maravilha de engenho, poderosa, terrível, ia encontrar diante de si, não apenas um exército, nem muitos exércitos, mas um povo inteiro levantando-se, magnífico, gigante, soberbo de entusiasmo e de bravura; ela ia encontrar, condensado num conjunto de aspirações e de vontades, tudo quanto o homem tem feito de nobre e de puro para dignificar a sua espé-

cie através dos séculos: era a própria Consciência Humana que se erguia na serena majestade da sua fôrça, a fôrça do Direito e da Justiça.

Interrogado por um jornalista português, certo homem público espanhol disse que a guerra actual não era mais que um duelo formidável entre a Alemanha e a Inglaterra; o resto era *côro*. Pobre dêle que não soube ver neste prélio sem precedentes na história do mundo mais que o seu aspecto económico, certamente importante, mas bem longe de ser o essencial: Assim o tinham visto também as nações que pediram aos seus pequenos interesses o conselho sôbre a attitude a tomar nesta contenda gigante de onde um mundo novo há-de surgir. Assim o tinham visto os pobres turcos, perdidos de si mesmos sob o domínio do bando de aventureiros que nas mãos sem escrúpulos tomou o seu destino; assim o tinham visto os gregos, êsses gregos de hoje que, vivendo junto da Acrópole sublime, perderam a faculdade de a compreender; assim o tinham visto, através dos cérebros atávicamente atrofiados por uma acção clerical de muitos séculos, alguns dos nossos vizinhos compatriotas dêsse homem público que o jornalista português interrogou.

A Alemanha quis transformar a Europa inteira numa caserna e num balcão: caserna povoada de prussianos, balcão para a mercadoria *made in Germany*. Simplesmente, na Europa existem outros povos, talvez menos bons comerciantes, talvez menos bons soldados segundo a concepção de Potsdam, mas com qualidades eminentes que lhe dão o direito de viver livres. Através dos séculos, êsses povos espalharam maravilhas de arte sôbre a Terra, criaram todas as sciências, definiram, defenderam, fizeram suas as mais belas, as mais altas, as mais nobres aspirações da Humanidade. A nossa civilização deve-lhes tudo. Eles ensinaram o mundo a pronunciar uma palavra santa: Liberdade. Eles foram o cérebro que, durante dezenas de anos dum progresso que só a sua leviandade e a sua negligência tornou possível, guiou o braço vigoroso e tenaz do operário alemão.

A luta actual não é uma luta entre duas nações nem entre dois grupos de nações. Pode ter tido um momento êsse carácter; mas a sua extensão hoje é maior. Não é a Alemanha, nem a França, nem a Inglaterra que atravessam uma crise grave, tão grave como jámais houve nos séculos da História: é a Humanidade inteira que se desagrega, se agita, se transforma, nesse cadinho

imenso onde se entrechocam e se destroem num oceano de sangue, milhões de homens.

Esses batalhões sem número que o jornalista americano viu atravessar o território da Bélgica vencida, *todos os rostos voltados para o lado da França*, tinham por objectivo Paris. Refeita da primeira surprêsa do ataque brusco e tremendo, a civilização latina ia erguer-se para resistir. O alemão pressentia-o — e temia-o. Era preciso feri-la no coração.

Paris, 1916.

PAULO OSORIO.

Rochedos

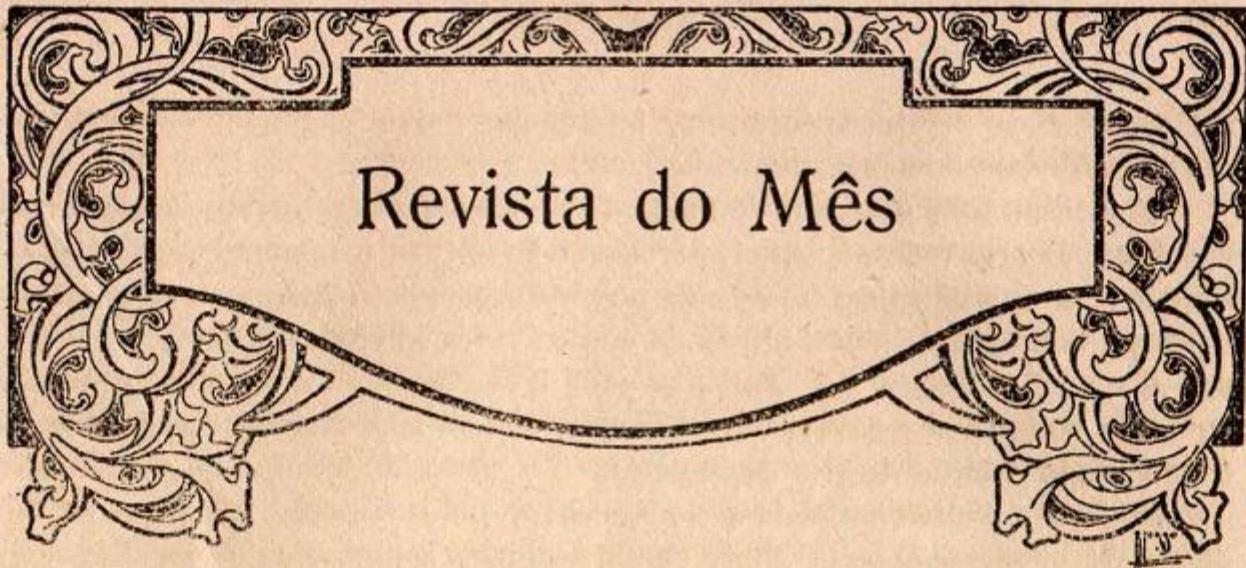
*Sonâmbula, doente, desmaiada,
A lua arrasta a lívida mortalha...
E os rochedos têm gestos de batalha,
Sombria legião petrificada...*

*Espírito maléfico, a nortada
Na floresta druídica trabalha,
E tem pragas, soluços, geme e ralha,
Alucinadamente e desgrenhada...*

*Velhos titans vencidos, os rochedos,
Em crispações de cólera, em arrancos,
Conspiram longamente... Que segredos*

*As águias ouvirão em suas furnas,
Emquanto, ocultas, rondam nos barrancos
As sombras vagarosas e nocturnas?...*

CANDIDO GUERREIRO.



LAURO SODRÉ

O estado paraense tem pela segunda vez a governá-lo o mais illustre dos seus filhos: Lauro Sodré. Era justo que assim fôsse. A 3 de Dezembro do ano passado os cincoenta e seis municípios do Pará, por 16.595 votos, manifestavam-lhe o alto aprêço em que tinham o patrício e o homem público e, um mês depois, o congresso estadual, por unanimidade, reconhecia-o para a magistratura eminentemente que já exercera com uma prudência, um saber e uma energia modelares, e na qual foi investido êste mês, — no dia primeiro.

Entre as figuras marcantes da política brasileira de hoje, uma das mais insignes, mercê do prestígio que soube conquistar e que manteve e mantém através de todas as rivalidades e de todos os embaraços com que os seus adversários supuseram embargar-lhe o caminho, conta-se Lauro Sodré. Na mais melindrosa das fases do regime republicano, a da sua consolidação, ainda longe do arrefecimento das lutas e quando a observância do respeito da ordem constituía uma das grandes tarefas dos governantes, o eminente estadista, a cuja suprema direcção haviam sido confiados os destinos do Pará teve ensejo de mostrar o seu admirável espírito de tolerância e ao mesmo tempo a firmeza e a rectidão do seu carácter de bronze. A ordem não foi alterada, zelaram-se religiosamente os interesses estaduais e êsses seis anos — os primeiros da República — em que dirigiu os negócios paraenses, demonstrando a mais perfeita coerência entre os actos e as palavras, superior a paixões sectárias e absorvido apenas pela idea augusta do bem estar dos seus concidadãos e dos progressos e grandezas da sua terra, testemunham o valor do seu cérebro privilegiado e o ardor do seu ardente patriotismo. As manifestações de simpatia e de aprêço de que foi alvo, ao terminar o mandato, por parte de quantos, nacionais e estrangeiros, viviam no Pará, e ao seu solo tinham ligado a existência, falam mais alto do que tudo o que aqui pudésemos exarar em honra do illustre brasileiro que é, sem dúvida, uma das glórias da acolhedora e próspera República sul-americana! E não se imagine que um pensamento ambicioso de político vulgar o moveu na aceitação do govêrno do Pará, após ter sido aprovado o estatuto fundamental em Fevereiro de 1891: para que não

recusasse a candidatura, tornou-se mister que correligionários de mérito insistissem demoradamente com êle.

Coincidiu com o termo do mandato de Lauro Sodré a crise parlamentar nas duas câmaras federais cuja repercussão se fez sentir fundamente nos vários Estados. O notabilíssimo homem de govêrno, proposto para a summa chefia da União, ainda não viu nessa altura da sua carreira já cheia de serviços, o prêmio a que êles tinham jus. Mas ninguém lhos esqueceu e no senado federal, antes de voltar a ser governador do Pará, não só representou condignamente êsse Estado como o do Rio de Janeiro.

Poderosa individualidade pelo cérebro, pelo coração, pela imensa largueza de vistas, dispondo duma vasta cultura, matemático e sociólogo, sereno e tenaz, Lauro Sodré, segundo as suas próprias expressões, apenas aspira a realizar uma política «boa e honesta, limpa e sã, sem malquerenças e sem ódios, sem violências e sem lutas estêreis, sem estreitezas partidárias, sem faltas, sem erros, sem vícios, sem crimes», uma política que seja «generosa e larga, garantindo o exercício de todas as liberdades, sem as quais a democracia é uma mentira e a república uma palavra vã».

Só um estadista consumado e um patriota inflexível ousa pronunciar-se neste tom, pairando acima de todas as misérias com que as facções amesquinham, de ordinário, os homens públicos. Lauro Sodré entende que «a obra essencial a fazer na República ... é moralizá-la». Como? Restaurando os bons costumes e exemplificando a moral na vida pública e particular. Segundo êste programa, se propõe lançar as bases de vida nova no Pará e ninguém duvide de que, com semelhante braço ao timão e aqueles olhos singularmente lúcidos penetrando o horizonte, o florescente Estado deixe de entrar num período de sossêgo, de trabalho e de desenvolvimento ainda maior. A enorme experiência de Lauro Sodré e a sua devoção cívica são seguros penhores de que assim sucederá.

CRÓNICA MUSICAL

Quatro concêrtos foram dados pela Orquestra Sinfónica Portuguesa no período decorrido entre a anterior crónica e esta, entre os quais dois extraordinários: o Festival de Beethoven e o Festival Francês.

O primeiro efectuou-se a 17 de Dezembro e pode considerar-se como um dos mais notáveis acontecimentos da nossa vida musical. Preenchia a primeira parte o *septuor* op. 20 pela primeira vez completo nos seus seis andamentos. Como de costume, o *septuor* foi executado por todos os instrumentistas do quarteto de corda e pelo clarinete, fagote e trompa, o que é contrário ao espírito da obra e à ideia do autor, que escreveu para sete pessoas, o que não é o mesmo que sete instrumentos. É certo que a execução do *septuor* tal qual é, obra de música de câmara, não seria viável numa sala das proporções do Teatro da República; ¿será lícito multiplicar as cordas para tornar essa execução possível? As opiniões divergem, alegando os que defendem a alteração que nem como música de câmara o *septuor* pode ser tocado, pois os três instrumentos de sôpro, além de abafarem o quarteto, seriam intoleráveis num recinto pequeno. Chega-se assim à conclusão de que Beethoven cal-

tulou mal o equilíbrio sonoro da sua obra, conclusão manifestamente absurda. A verdade é que Beethoven escreveu o seu *septuor* num lugar e época em que abundavam os executantes exímios; ora, o que era fácil em 1800 em Viena, não o é hoje em Lisboa, nem mesmo fora: a isto se resume a questão. Deve, por isso, banir-se o *septuor* do repertório? Essa seria a solução radical; mas, como a obra é bela, e mesmo alterada nos deleita, legítimo é conservá-la.

Na segunda parte figurava a *Sinfonia em dó menor*, op. 67. Já muitas vezes levada — e ainda assim não tantas quantas seria para desejar — a 5.^a salientou-se por uma execução admirável e por uma alteração na interpretação do primeiro *allegro*. O período principal, por que êste começa, costumava ser tocado *andante*, interpretação dada por Blanch de harmonia com alguns intérpretes notáveis, que para isso se fundam na afirmação feita por Schindler de que Beethoven lhe dissera que o *allegro* só começava no terceiro compasso. Na passada época, o eminente crítico sr. Adriano Merêa atacou esta interpretação, chamando assim a atenção de Blanch e dos raros que se interessam por Música para esta questão. Segundo a opinião dêste crítico, o *allegro* deveria começar logo na primeira figura, não só por assim estar escrito, mas ainda porque seria ilógico que o período principal dum trecho tivesse carácter diferente dêsse mesmo trecho. Devo confessar que, no momento em que esta crítica apareceu, se me afigurou a interpretação nela defendida menos justa que a até então adoptada, o que provinha do hábito de audições freqüentes que me faziam sentir e pensar a frase temática da 5.^a, o *Destino batendo à porta*, como quatro pancadas solenes e espaçadas; converti-me depois à opinião do meu ilustre confrade, e isso fez que concordasse com a nova interpretação de Blanch, se bem que não em absoluto: do facto das três colcheias serem *allegro con brio* não se deduz que a mínima com suspensão seja menos demorada do que seria se a frase fôsse *andante*; neste passo tenho comigo Wagner, que justamente se queixava dos regentes do seu tempo fazerem pouco caso da suspensão; e a estes supõe Wagner que Beethoven lhes gritaria do túmulo: «Sustenta a minha suspensão longa e terrivelmente! Eu não escrevi suspensões por gracejo ou por embaraço, como para reflectir no que se segue; mas o que, no meu *adagio*, é o som inteiro, feito para ser esgotado totalmente na expansão dum sentimento exuberante, introduzo-o eu, quando tenho necessidade, no *allegro* de figuração violenta e rápida, como um espasmo alegre e terrível. Então, a vida do som deve ser aspirada até as últimas gotas do seu sangue; então, detenho as vagas do meu oceano, e deixo-lhe ver os abismos até o fundo: ou detenho o curso das nuvens, separo os nevoeiros confusos e faço aparecer aos olhos o éter azul e puro, sob o olhar radiante do sol. É por isso que, nos meus *allegros*, ponho suspensões, isto é, notas que aparecem de súbito e que é preciso sustentár longamente. E agora, respeita a intenção temática bem definida que eu representei nesse *mi bemol* sustentado depois de três notas breves tempestuosas, e repara no que eu quis dizer em todas as notas sustentadas que te apareçam.»

Três notas breves tempestuosas seguidas dum *mi bemol* sustentado longa e terrivelmente, eis o resumo da interpretação wagneriana, que me parece a verdadeira, embora não desconheça o quanto tem de contestável, pois

se baseia em dois postulados: que a afirmação de Schindler é falsa, pelo menos na sua significação literal, e que a 5.^a *Sinfonia* é uma obra puramente clássica. A discussão destes pontos torna-se agora impossível, por isso que tomaria toda a crónica.

A terceira parte compreendia o *allegretto scherzando* da *Sinfonia* op. 93 e a abertura n.º 3 da *Leonor*, op. 72. Esta, duma beleza sem igual, fechou dignamente o magnifico Festival; áquêle, dum leve e gracioso humorismo, não se sustenta como trecho independente, sendo, de resto, sempre descabida a inclusão num programa dum andamento sôlto duma sinfonia, principalmente de Beethoven, que é uma obra de arte una, que tem de apreciar-se íntegra e completa. Sei bem que não era fácil arranjar trecho próprio para aquele momento do concêrto; mas julgo que não haveria inconveniente em encher a última parte com outra sinfonia.

A 7 de Janeiro realizou-se o Festival Francês. Para que o concêrto tivesse bem êsse carácter, necessário era que os autores executados fôsem totalmente franceses, isto é, franceses de escola e de nacionalidade; isso se fez e daí resultou que o festival foi a demonstração prática do que eu aqui disse na crónica anterior: a música sinfónica francesa está longe de ser uma superior manifestação de arte. Embora tivessem sido escolhidos alguns dos principais compositores — Thomas, Saint-Saëns, Bizet, Dukas e Berlioz — o certo é que o concêrto decorreu frouxamente. A abertura *pot-pourri* da *Mignon*, a *Roca de Ônfale*, dois numerozinhos da *Arlesiana*, são trechos que se ouvem do mesmo modo como poderiam deixar de ouvir-se. *L'Apprenti sorcier*, o espirituosíssimo *scherzo* que nos encanta nas primeiras audições, não resiste às repetições frequentes. Restava Berlioz; infelizmente, o trecho capital do programa era a *Sinfonia Fantástica*, espécie de prefácio de *Cromwell* para a música: como manifesto de escola, a *Fantástica* tem um alto interêsse; mas como obra de arte, o seu valor é mediocre. Só o terceiro andamento, *Scena no campo*, à parte a pueril imitação do trovão, e o quarto, *Marcha para o suplício*, revelam, no grande compositor *in herbis* — Berlioz tinha 26 anos quando concluiu a sinfonia, em que, de resto, fez mais tarde várias alterações — aquilo que depois foi. É ainda de notar que o motivo que atravessa toda a sinfonia e representa a mulher amada não tem sombra de beleza nem de sentimento, o que é tanto mais de estranhar quanto é certo que Berlioz estava furiosamente apaixonado pela actriz inglesa Harriett Smithson, com quem veio a casar muito mais tarde, casamento que não foi feliz, como a própria *Sinfonia Fantástica* já deixava prever. Sendo esta a peça capital do concêrto, evidente se torna que o Festival não representou uma glória para a França.

Entre os dois festivais realizaram-se dois concêrtos ordinários em que foram levadas pela primeira vez a *Sinfonia em ré* de Johannes Brahms e uma *suite* de Augusto Machado *Bric-à-brac*.

O culto de Brahms tem-se desenvolvido na Alemanha ao ponto de haver quem o classifique de brahmsomania; o seu nome é agitado como um estandarte pela escola conservadora. Esta escola, que recusa à música a faculdade de exprimir os factos da vida real, considera Brahms o único compositor que, depois de Beethoven, deu à música um novo desenvolvimento. Apesar de eu também pensar que a melhor música é a absoluta, não me leva isso a

julgar que todos os que a cultivam sejam grandes; e Brahms é excessivamente pesado e maciço para poder considerar-se tam alto. Música séria não quer dizer música fastidiosa: e é de notar que todos os neo-clássicos, que se reclamam e afirmam herdeiros e continuadores de Beethoven, distam d'ele tanto como Wagner de . . . Puccini. Como espirosamente diz um notável professor francês, Brahms é um bom pedreiro, cuja pesada colher às vezes se faz leve; mas architecto genial, nunca; dá ideia dum tonel de cerveja preta. Esta foi também a minha impressão geral da *Sinfonia em ré*.

Quanto à *suite* de Augusto Machado é uma obra sem pretenções, cinco pequeninos números; é certo que podem fazer-se grandes pequeninas coisas, mas não é esta *suite* exemplo disso: a pobreza de invenção é compensada por uma feliz instrumentação, e pareceu-me que o último número, uma *giga* popular, ganharia em ser mais desenvolvido.

HUMBERTO DE AVELAR

OS TEATROS

Três novas peças portuguezas, *reprise* duma alegre farça também de autores nacionais e primeira representação de *Une femme passa*, a bela comédia dramática de Romain Coolus, traduzida com o título de *Rasto de mulher*, — eis o balanço do mês teatral, não aludindo aos arranjos que sofreram as revistas em voga para se conformarem com o decreto restritivo do tempo de duração dos espectáculos nocturnos e outras providências resultantes da guerra. Pela sua ordem cronológica, as três peças novas foram: *O último senhor de S. Gião*, três actos de Vicente Arnoso; *Os novos apóstolos*, quatro actos de Augusto de Lacerda, e *Sem dote*, três actos de Álvaro de Paiva, que se estreou como dramaturgo. A farça, esfusante de graça lusitana, com suas encadeadas situações, qual mais risonha, picaresca e surpreendente de inesgotável fantasia, e seus trocadilhos à Garrido, nada ficando a dever ao que importamos de França e últimamente de Espanha, intitula-se *O olho da Providência* e firmam-lhe os três actos Xavier da Silva, hoje sisudo médico especialista, autoridade em antropometria, e que em estudante cultivara o teatro como autor e intérprete para se divertir, e João Bastos, que prosseguiu escrevendo por dever de officio e é um dos três venturosos signatários da revista *O novo mundo*. No Gimnasio, onde se representou nove anos antes, reapareceu a interessante farça com o êxito de gargalhada que da primeira vez a consagrara e o excelente desempenho que os cómicos da companhia a que preside a grande actriz Maria Matos costumam dar àqueles indescritíveis disparates engenhosamente architectados e que visam apenas a um fim: fazer-nos rir sem descanso. . . E, pois que *O olho da Providência* é uma fonte perene de riso, de novo a sua carreira triunfal se encontra assegurada.

* * *

Vicente Arnoso, ainda mais distinto pelos cativantes primores da sua alma de poeta do que pelos seus velhos pergaminhos heráldicos, figura plácida e amável da boémia coimbrã e que, concluído o bacharelato em leis, boémio ficou incorrigivelmente, como o animasse o acolhimento cheio de simpatia carinhosa com que receberam a sua *Coimbra, terra de amores*, escreveu para o Repú-

blica os três breves actos de *O último senhor de S. Gião*, peça em que se entrevêem mais firmes certas apreciáveis qualidades de escritor dramático, isento, aliás de impertinentes e desmedidas ambições. Nesta obrinha, Vicente Arnoso exhibe-nos um quadro da vida aristocrática provinciana em decadência. O tipo melhor observado não é, porém, o fidalgo solarengo, sem coragem para a luta e para o trabalho, derradeiro rebento exangue dum secular tronco genealógico, e que, desejoso de continuar aparentando grandezas, olvida, quando o sufocam as garras abjectas da agiotagem, o orgulho de raça e dispõe-se a entregar a filha única por dinheiro. A personagem completa, inteiriça, apanhada em flagrante e incarnada deliciosamente por Chaby, à parte um exagero de pronúncia, é a do plebeu enriquecido a vender panos de feira em feira e que, sórdido e velhaco, manhoso e com pretensões, anseia por que um filho casadoiro lhe dê netos brazonados, consorciando-se com a herdeira de D. Francisco de Sá, o seu nobre e insolúvel devedor. Liquidar-se-há a dívida, correrá uma esponja sobre ela, se o fidalgo estiver pelos ajustes, mas ambos, finalmente concordes, a despeito das hesitações do aristocrata, esqueceram-se de que para realizar a transacção faltava que Maria, a pessoa transaccionada, aquiescesse. A filha do último S. Gião adora, porém, um primo estudante com o qual concertou casamento, e repele as boçais galantarias do filho do mercador. Quando D. Francisco, com a ameaça de que será executado pela justiça se o negócio se não fizer, procura levar o convencimento ao espírito de Maria, é elle que se convence da fealdade da sua attitude e súbitamente muda de propósito ante a eloquência pundonorosa da menina. E o que faz? A situação culminante da comédia, o seu desfecho, ei-los: o fidalgo pedira uma derradeira entrevista ao seu crêdor que chega com o filho, supondo iminente a suspirada ligação. Na sua presença, porém, D. Francisco transforma-se, é outro homem. A filha acordara nêle as adormecidas energias dos avós. Num arranco de dignidade e de altivez, sacrifica o seu bem estar ao próprio bom nome, annunciando os sponsais de Maria com o primo; despede-se, solene, dos atônitos criados e abandona a sua vetusta, armoriada vivenda ao agiota, antes que elle, com a lei na mão, de ali o expulse. Tudo lhe deixa, até os retratos e recordações de família! O mercador de panos e o filho, no entretanto, perdida a cartada, e dando à própria consciência a desculpa hipócrita do génio esbanjador do fidalgo (quem o mandou não ter juízo, ser perdulário?) ficam para o arrolamento. — Uma colcha de seda a cobrir mesas! exclama, indignado, o que enriqueceu vendendo varas de fazenda pelas feiras. . . . E, emquanto cuidadosamente a dobra, encolhendô desdenhoso os ombros, o pano desce. . . .

Vicente Arnoso, boémio, diletante das letras, de nobres apelidos, conhece a província e os seus aristocratas. O conflito que se debate na sua peça pode ser que o tivesse como testemunha ou que o ouvisse narrar. Mas o desintêrêsse de Maria pela fortuna representa menos a sua repugnância perante a confusão das classes do que o apaixonado e puro amor que dedica ao primo, embora elle seja a nossos olhos uma personagem incaracterística e banal, como o filho do mercador é um burgesso. . . . Se estes dois luzissem com outro verniz, além do que lhes empresta o oiro, não seria provável que de diverso modo se passassem as coisas? As *mésalliances* em Portugal tornaram-se trivialíssimas e a liga do sangue azul com os cifrões foi o salvatério de muitas

casas e de não poucas famílias. Apresentando-nos, no primeiro acto, em um interior de casa fidalga da Beira, as pessoas da sua comédia, a seroarem, e esboçando-nos logo o conflito, Vicente Arnoso aproveita o segundo, que decorre durante a noite num terraço debruçado sobre os campos, tendo como fundo a serrania da Estrêla, para com as lindas canções que um rancho de camponesas entôa, nos dar intensamente a poética, encantadora impressão da paisagem. E se o final do primeiro, com o monólogo de D. Francisco de Sá, revela um alheamento grande da técnica moderna, o do terceiro, com a scena tão naturalista do mercador improvisado dono do solar, dobrando, cioso e avaro, a cobertura duma mesa, é sem dúvida, de alguém que possui a nítida intuição dos bons e seguros efeitos teatrais . . .

*
* *

A peça de Augusto de Lacerda *Os novos apóstolos*, sub-intitulada «episódio do século XVI», e representada no Nacional, pouco mais estaria em scena do que uma semana. Em tórno de certa fantasiada intriga amorosa, pretendeu o dramaturgo reviver a atmosfera de um dos períodos da nossa história mais pitorescos e fecundos em temas teatralizáveis: o reinado de D. João III. As lutas entre cristãos novos e velhos, a introdução dos jesuítas, a espionagem do Santo Officio, os tormentos inquisitoriais, as primeiras revoltas do livre-exame, a dissolução dos costumes monásticos, o fanatismo e a hipocrisia dominantes fornecem de sobejo assunto a quem no tablado quiser evocar a tórva época. Mas Augusto de Lacerda, que conta trinta anos de carreira literária e dramática sem repouso, nos quatro actos de *Os novos apóstolos* esteve longe de ser feliz. Num ambiente histórico tão acentuado podem colocar-se tipos de mera fantasia, mas não há o direito de os confundir pelos nomes com personalidades cuja existência e cujo carácter são conhecidos. Esse um dos pecados irremissíveis do dramaturgo. *Os novos apóstolos* seriam, há dez anos, uma peça de ataque às ordens e congregações religiosas, servindo, num teatro de segunda ordem, para incitar o povo ignaro contra êsses institutos. Hoje, a obra de Augusto de Lacerda nem sequer sob tal aspecto se justifica. . . Renunciamos a contar o seu banal entrecho de amor, para apenas frisarmos que duas das principais personagens existiram realmente, comquanto os moldes em que diligenciou cingi-las o autor se lhes não ajustem. . . Um dos evangelistas mais cultos da moderna geração portuguesa, o pastor Eduardo Moreira, divergiu do modo como o dramaturgo encarou Frei Roque de Almeida, amigo de Damião de Goes, e que, através da peça, manifesta, embora indirectamente, as suas simpatias pela doutrinação luterana. O atropêlo histórico de maior gravidade, porém, é o da figura de Simão Rodrigues, cooperador de Inácio de Loiola na fundação da Companhia de Jesus e organizador da província portuguesa da mesma celeberrima sociedade, transmutado em tenebroso bandido. . . O padre-mestre que Baltasar Teles, na sua crónica apologética, minuciosamente nos biografou como homem sem mancha, um profeta, um taumaturgo, um predestinado, um santo, ardendo em amor de salvação das almas, levando às costas, pelas ruas de Lisboa, já quando leccionava o príncipe, o caldeirão dos presos; vestindo uma roupeta que, de tão pobre e coçada, não tinha côr definida, — o venerável padre-mestre Simão Rodrigues surge-nos em *Os novos apóstolos* não pau-

tado nas criações de Sue, mas a sua mesma grosseira caricatura. É o astuto e dissimulado malfeitor que se introduz furtivamente na casa alheia, mediante um baixo estratagema; que escuta entre portas; que proclama que os fins justificam os meios; que aferrolha num subterrâneo como numa sepultura a mulher com quem firmara um pacto inconfessável e de cuja língua receia; que, ora untuoso e humilde, ora impando de insolência e de orgulho, sacode as faldas pregas duma negra sotaina e se envolve em ampla capa, cobrindo a cabeça com um daqueles descomunais chapéus de que José Agostinho de Macedo dizia lembrarem o «convés duma nau de alto bordo...» Porque a peça se não denomina histórica, esta contrafacção, que vai da psicologia à indumentária, é porventura tolerável? Podiam *Os novos apóstolos* deslumbrar como técnica, empolgar pelo vigor, pelas situações, pelo imprevisto; podiam, como labor literário, constituir a suma perfeição no tocante à forma, em lugar de, por vezes, caírem no alambicado e no retórico com os seus anacrónicos versos brancos, que ainda deleitam quando os inspira a musa de Eugénio de Castro: — o naufrágio era, no entanto, inevitável, desde que não se escrupulizou em rotular com o nome histórico de Simão Rodrigues, sócio de Inigo e vulto da côrte e da época de D. João, o *Piedoso*, um vulgar jesuíta de romance anti-monástico que anda metido de gorra com bruxas judias e fradalhões devassos...

* * *

Sem dote, a peça em três actos com que no Nacional se estreou o sr. Alvaro de Paiva, um moço escritor portuense, procede, quanto a arrumadas usanças de técnica e ao pensamento dominante de moralidade, do teatro ultra-romântico, que fez o seu tempo. Os monólogos são seis ou oito, vindo quasi infalivelmente após um diálogo e, embora breves, produzem a desagradável impressão que é de calcular. O estilo, a espaços farfalhudo e pretencioso, como não reveste conceitos profundos ou bizarros, encanta os espíritos a cuja altura mental se encontra. O tema, desenrolando se com intermitências de anos, pois que entre o primeiro e o segundo acto medeia um e entre o segundo e o terceiro sete, visa a um objectivo moralizador: só há felicidade no casamento quando é o amor puro e desinteressado que a êle preside e não sórdidos apetites de riqueza. As questões domésticas decidem-se dentro de casa: a roupa suja lava-se em família. Para a demonstração da sua tese, engendrou o sr. Alvaro de Paiva coisas inverosímeis! Duas irmãs, Laura e Branca de Sousa, vivendo quer sob o mesmo teto quer a curta distância, ambas amigas, aceitam sucessivamente a côrte de Artur, sem que uma saiba da outra e apaixonam se por êle. A primeira nas preferências foi Branca, mas o caçador de dotes, quando se informa de que a dotada é a irmã, vira de rumo. Laura, a mais velha, possui, com efeito, duzentos contos, a têrça legada pelo avô, facto que Branca desconhece... E o casamento de Artur ajusta-se com Laura, a quem a irmã não esclarece sobre o carácter do figurão.

Mas Artur, se anseia pelos contos de Laura, apetece a formosura e a carne de Branca... Desposando uma e ficando assim ao pé da outra, são dois coelhos mortos de uma cajadada. E lança o alvitre do casamento de Branca, indicando para noivo Dinis, primo das manas e adorador confidente da sem dote. Dinis, porém, que o conhece, previne-o de que se não meta com

a sua vida e, dobrado um ano, quando imaginamos, pelo que ouvimos no primeiro acto, encontrar Branca longe de Artur, deparamo-los todos juntos na casa de campo dos pais de Dinis. É no momento em que Laura deu à luz e Artur, achando-se a sós com a cunhada, volta, lúbrico, a confessar-lhe o seu louco amor e a pedir-lhe que case com Dinis . . . para assim terem um editor responsável. Branca ouve a ignóbil proposta e declara ao tratante que o primo saberá da infâmia e, na verdade, tudo conta a Dinis, com quem, para salvação e escudo da sua fraqueza, está disposta a casar.

O que supõem que faz o primo? Aceita a mão de Branca e limita-se a prevenir Artur de que tome tento, porque matará como a um cão aquele que se atreva com sua mulher. Sete anos volvidos, Dinis é um industrial abastado. Mão criminosa, porê, lança-lhe fogo à fábrica, arruinando-o, com a agravante de lhe atribuírem o feito para evitar a falência! O desditoso industrial tem bom estômago e muita sorte, porque, quando decide socorrer-se dos contos do repugnante com-cunhado, aparece-lhe um antigo sócio que o salva generosamente da catástrofe, e saem ambos para fazer escritura de uma nova sociedade. No entretanto, aparece Laura, queixando-se dos maus tratos que lhe inflige o marido e, minutos depois, acode Artur que vem propor a Branca êste negócio: ela entrega-se-lhe, emfim, e êle empresta ao Dinis o dinheiro necessário para fugir à miséria e à desonra. Compreendeu tudo Branca: fôra Artur o incendiário! O mariola confessa, luxurioso . . . E, como jurara, um dia, ao marido jãmais ocultar-lhe a verdade, vendo entrar Dinis, põe-no ao corrente do que acabava de passar-se. Ainda não é desta vez que Artur colhe o prémio das suas proezas: no instante em que Dinis lhe aponta uma pistola, para o liquidar, a lacrimosa Laura, que tudo ouvira por detrás dum biombo, corre a interpor-se entre o marido e a arma justiceira. Artur é expulso da casa — até quando? — e a mulher vai-lhe no encalço, enquanto Branca, abraçando-se a Dinis, se confessa, finalmente, apaixonada por êle . . .

Iludiram-se os que supuseram os aplausos da primeira noite como significando apenas um êxito de estima. *Sem dote*, com a sua roupa suja lavada em família, o seu Artur, que é um exemplar acabado e extravagante patologia sexual, a sua Branca que detesta arcas encouradas, o seu Dinis longânime e a sua Laura mártir, nestes positivíssimos tempos das escrituras antenupciais, do adultério e do divórcio — obtêm noites a fio casas cheias, encanta e comove multidões, do mesmo passo que o República, onde Augusto Rosa interpreta, dum modo assombroso, o Darcier de *Une femme passa*, se conserva às môscas, — as raras môscas que logram resistir aos frios polares que nos torturam! E a peça de Coolus é bem mais moral que a do sr. Paiva . . .

Notícias & Comentários

CONSELHEIRO LAFAYETTE

Morreu no Rio de Janeiro êste notabilíssimo jurisconsulto, autor de vários trabalhos sôbre questões de direito e jurisprudência, destacando-se dêsses trabalhos o seu monumental *Direito de Família*.

O conselheiro Lafayette foi Senador do Império pela Província de Minas Gerais e um dos chefes do Partido Liberal, tendo sido por diversas vezes Ministro de Estado e Presidente de Ministério, em uma das situações liberais; delegado do Brasil, como Embaixador, esteve no Chile e nos Estados Unidos. Erudito, daquela erudição clássica de antanho, era o conselheiro Lafayette um sabedor profundo de toda a literatura jurídica universal, versadíssimo em filosofia e história, e conhecedor forte do latim, grego e hebraico.

Manejou a sátira à Juvenal; irônico e sarcástico, falando ou escrevendo, as suas palavras queimavam como metal candente. Era membro da Academia de Letras e pai dêsse belo espírito, que é a brilhante Albertina Berta. O conselheiro Lafayette foi um dos signatários do célebre manifesto republicano em 1870, com Saldanha Mosinho, Quitão Bocayna, Aristides Lôbo, etc. A sua morte representa uma grande perda para o meio jurídico e para a mentalidade brasileiros.

H.

EXPOSIÇÃO NAVARRO DA COSTA

No próximo número, a *Atlantida* referir-se-há largamente a esta exposição. Por hoje, queremos apenas constatar o brilhante sucesso obtido pelo ilustre pintor brasileiro, nosso colaborador, e que tão dedicadamente vem trabalhando por uma maior aproximação artística luso-brasileira.

*
* *

No próximo número :

Entrevista com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros sôbre a *situação internacional portuguesa e a guerra*.

A sorte do Cambaia, conto por Henrique Lopes de Mendonça.

História de uma Arca de pedra e de uma madeira de cabelos loiros, pelo Dr. Teixeira de Carvalho.

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I, II, III E IV)

Cada capa \$30 Cada encadernação \$50
Pelo correio \$32 Pelo correio \$56

CADA VOLUME ENCADERNADO **1\$50**
PELO CORREIO **1\$56**

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 15

<i>O Prior do Crato em Viana do Minho</i>	José Caldas
<i>Russa de má' pêlo (conclusão)</i>	Teixeira de Queiroz
<i>Em demanda do Rio de Janeiro</i>	Silva Bastos
<i>Alma harmoniosa</i>	Carlos Magalhães de Azeredo
<i>Les bambous, L'Intrus</i>	Ofélia Corêa da Costa
<i>Nas margens do Yser</i>	Reynaldo dos Santos

REVISTA DO MÊS

<i>Carta do Brasil</i>	João d'Além
<i>O mês artístico</i>	A. R.
<i>Crônica musical</i>	Humberto de Avelar
<i>O mês literário</i>	Joaquim Manso
«A Alegria, a Dôr e a Graça»	Lucio dos Santos
<i>Relatorio do Consul de Portugal no Maranhão</i>	F. P.

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reprodução de: Alves Cardoso.

Desenhos de: Raul Lino, Santos Silva e Cristiano de Carvalho

AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDICÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 números)	12\$000
Semestre	7\$000

Número avulso 1\$500

